



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

HORTÊNCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR FENELON CASTELO BRANCO
(1928-1971)

TERESINA-PI
2025

HORTÊNCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR FENELON CASTELO BRANCO
(1928-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^ª Dr.^ª Jane Bezerra de Sousa.

**TERESINA-PI
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Representação da Informação

R672h Rocha, Hortência Almeida Medeiros da
História e memória do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco
(1928-1971) / Hortência Almeida Medeiros da Rocha. – 2025.
165 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Teresina, 2025.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jane Bezerra de Sousa.”

1. História da Educação. 2. Grupo Escolar. 3. Ensino
Primário. 4. Cultura Escolar. I. Sousa, Jane Bezerra de. II. Título.
CDD 370.9

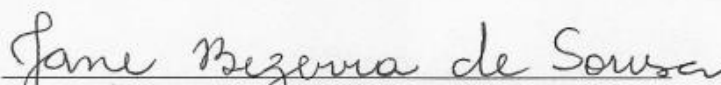
HORTÊNCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR FENELON CASTELO BRANCO (1928-1971)

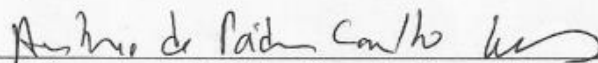
Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Jane Bezerra de Sousa.

Aprovada em: 21 de março de 2025.

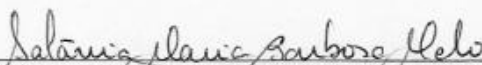
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Jane Bezerra de Sousa (Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED
Universidade Federal do Piauí - UFPI



Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes (Examinador Interno)
Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGED
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof^a. Dra. Salânia Maria Barbosa Melo (Examinadora Externa)
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC)
Universidade Estadual do Piauí

Aos meus familiares, por todo apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus e ao meu Senhor Jesus Cristo por tudo que Ele fez, faz e fará. Sou grata porque em tudo o Senhor nos tem ajudado (1Sm 7:12), no levantar, no estudar, na migração pendular de uma cidade para outra, nos cuidados e provisões cotidianos. Sou grata principalmente pelo sacrifício de Cristo na cruz, que foi a maior demonstração do seu amor e misericórdia pela humanidade, e por meio de sua morte nos dá o privilégio de sermos filhos de Deus e ter acesso à vida com abundância hoje e eternamente.

Agradeço aos meus pais, Dante e Simone, por todo o amor, ensinamentos, cuidado e apoio. Amo vocês!

Agradeço também aos meus irmãos Amanda, Beatriz, Dante Filho e Déllis, que sempre acreditaram em mim.

Aos meus avós, em especial à minha avó Irene, por acompanhar minha vida e minha caminhada educacional e profissional tão de perto.

Aos meus tios, primos e demais familiares pelo incentivo de sempre.

À minha orientadora Jane Bezerra de Sousa por toda a compreensão e paciência, por acreditar em mim e nesta pesquisa, por todo incentivo e orientação, por atuar na Universidade de uma forma tão profissional e humana. Admiro-te muito!

Aos meus colegas da turma de mestrado, em especial Paloma Vanessa, Wanderson Fidalgo, Irla Milena e Samuel Carvalho, que fizeram com que essa etapa fosse mais leve e mais feliz. Sou grata a Deus pela amizade de vocês.

Às minhas amigas Brenda Maria, Giselle Maria, Hellen Beatriz, Iramaira Torres e Gerlândia Luz, que desde a graduação na UESPI permaneceram próximas, independente das distâncias.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, pela oportunidade que tive de usufruir de uma formação tão valiosa. E a todos os professores que participaram desse processo.

Aos professores Antônio de Pádua Carvalho Lopes e Salânia Maria Barbosa Melo, pela gentileza e disponibilidade em contribuir com esta pesquisa, participando das bancas de qualificação e defesa.

Ao CETI Fenelon Castelo Branco, em especial à gestora Luzineide Maria de Castro, pelo apoio e disponibilidade.

Aos entrevistados que contribuíram com essa pesquisa ao compartilhar suas memórias: Maria do Socorro Sales, Elenice Fortes Melo e Vicente José do Rêgo Primo.

Ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Sociedade e Cultura (NESC), por todos os conhecimentos compartilhados.

À CAPES e à FAPEPI, pelo importante apoio que recebi como pesquisadora.

Gratidão a todos que, de forma direta e indireta, me ajudaram e torceram por mim!

*“Unienses: aqui vos ofereço
Esta brochura simples e modesta.
Para outros, bem sei, não terá preço;
Mas, para vós, será mimo de festa. ”*

Fenelon Castelo Branco, 1916.

ROCHA, Hortência Almeida Medeiros da. **História e memória do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco (1928–1971)**. 2025. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2025.

RESUMO

O presente estudo tem como foco a história e memória do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, instituição criada em 1928, na cidade de União-PI, com o intuito de modernizar a instrução primária, aumentar o número de letrados e educar os alunos e a comunidade unionense nos moldes patrióticos e progressistas do período. Como objetivo geral buscou-se analisar o processo de implantação, organização e funcionamento do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco e sua atuação na consolidação do ensino primário de União (PI) no período de 1928 a 1971. O recorte temporal desta pesquisa corresponde do ano de 1928, ano de criação do grupo, ao ano de 1971, ano em que o primário e ginásio passam a juntos corresponder ao 1º grau, segundo a legislação educacional. Por ser uma pesquisa de cunho histórico, usamos de diferentes fontes para analisar os processos, a história e a memória da instituição escolar alçada como objeto de estudo. Dentre as fontes consultadas para o *métier* historiográfico, destacamos: as fontes escritas do acervo do grupo escolar; fontes orais extraídas de testemunhos orais coletados por meio de entrevistas; fontes iconográficas; fontes oficiais como portarias, circulares e ofícios; fontes hemerográficas, com destaque para matérias e notícias extraídas de jornais da época e do Diário Oficial do Piauí. Por ser uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo histórica, elegemos como embasamento teórico-metodológico a História Cultural, tendo em vista que, para a melhor análise e interpretação, se fez necessário um suporte que nos permitisse ver as simbologias e representações dos fatos e contextos históricos. Adotamos como suporte teórico: Magalhães (2004), Lopes (2001), Ferro (1996), Costa Filho (2006), Chartier (1990), Certeau (2000), Neves (2017), Souza (2004), Sousa (2009), dentre outros. Foi percebido que a criação do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco fez parte do processo de expansão dos grupos escolares pelo interior do Piauí, e a sua organização e seu funcionamento refletiram o modo como a educação estava sendo organizada e os ideais e anseios de governantes e educadores do período. As memórias da/e sobre a instituição, interpretadas por meio das fontes, expôs como o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco representava para a população unionense uma escola popular e moderna. Esta instituição marcou a memória individual e coletiva de gerações de unionenses e modernizou a instrução primária da cidade, tornando-se a mais importante escola da cidade na primeira metade do século XX. Através do estudo do referido grupo escolar, foi possível interpretar como a educação primária do período se desenvolveu na cidade de União, como os alunos e a comunidade foram impactados e como ela era representada e simbolizada em meio aos processos sociais e históricos.

Palavras-chave: Grupo Escolar. Ensino Primário. História da Educação. Cultura Escolar.

Rocha, H. A. M. da. (2025). **History and memory of the Fenelon Castelo Branco Elementary School Group (1928–1971)**. (Master's thesis, Universidade Federal do Piauí). Graduate Program in Education, Center for Educational Sciences.

ABSTRACT

This study focuses on the history and memory of the Fenelon Castelo Branco School Group, an institution created in 1928, in the city of União-PI, with the aim of modernizing primary education, increasing the number of literate people and educating students and the Union community in the patriotic and progressive molds of the period. The general objective was to analyze the process of implementation, organization and operation of the Fenelon Castelo Branco School Group and its role in consolidating primary education in União (PI) from 1928 to 1971. The time frame of this research corresponds to the year 1928, the year the group was created, to the year 1971, the year in which primary and secondary education together began to correspond to the 1st degree, according to educational legislation. Because this is historical research, we use a variety of sources to analyze the processes, history, and memory of the school we studied. Among the sources consulted for this historiographical métier, we highlight: written sources from the school's archive; oral sources extracted from oral testimonies collected through interviews; iconographic sources; official sources such as ordinances, circulars, and official letters; and newspaper sources, with emphasis on articles and news items extracted from contemporary newspapers and the Official Gazette of Piauí. Because this is a qualitative historical study, we chose Cultural History as our theoretical and methodological basis. This is because a better analysis and interpretation required a framework that would allow us to see the symbology and representations of historical facts and contexts. We adopted as theoretical frameworks: Magalhães (2004), Lopes (2001), Ferro (1996), Costa Filho (2006), Chartier (1990), Certeau (2000), Neves (2017), Souza (2004), Sousa (2009), among others. It was noted that the creation of the Fenelon Castelo Branco School Group was part of the expansion of school groups throughout the interior of Piauí, and its organization and operation reflected the way education was being organized and the ideals and aspirations of government officials and educators of the period. The memories of the institution, interpreted through the sources, revealed how the Fenelon Castelo Branco School Group represented a popular and modern school for the people of Piauí. This institution marked the individual and collective memory of generations of União residents and modernized the city's primary education, becoming the most important school in the city in the first half of the 20th century. Through the study of this school group, it was possible to interpret how primary education during this period developed in União, how students and the community were impacted, and how it was represented and symbolized amid social and historical processes.

Keywords: School Group. Primery Education. History of Education; School Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - União no mapa do Piauí.....	33
Figura 2 - Mensagem do governador em 1926.....	37
Figura 3 - Notícia do regresso de Felon Castelo Branco	39
Figura 4 - Mensagem do Governador no ano de 1914	41
Figura 5 - Fotografia de Felon Castelo Branco	42
Figura 6 - Membros da Academia Piauiense de Letras (APL).....	43
Figura 7 - Notícia jornalística sobre a professora normalista Aldenora Sampaio Siqueira.....	47
Figura 8 - Casarão que foi alugado para o funcionamento do grupo escolar	51
Figura 9 - Mensagem do Diário Oficial sobre o custeio do prédio escolar	54
Figura 10 – Unionenses na Praça Getúlio Vargas	56
Figura 11 – Praça Getúlio Vargas vista de cima	57
Figura 12 – Transporte da empresa Zuca Lopes que faiza linha Teresina - União	58
Figura 13 – Folheto comemorativo do governo Leônidas Melo	59
Figura 14 – Modelo de prédio de grupo escolar	60
Figura 15 – Prédio do Grupo Escolar Eduardo Ferreira, em Amarante (PI).....	61
Figura 16 – Prédio do Grupo Escolar Afonso Mafrense, em Altos (PI)	61
Figura 17 – Prédio do Grupo Escolar Domingos Jorge Velho, em Teresina	62
Figura 18 – Prédio do Grupo Escolar Coelho Rodrigues, em Picos (PI)	62
Figura 19 – Prédio do Grupo Escolar Felon Castelo Branco.....	63
Figura 20 – Desenho arquitetônico da fachada do Grupo Escolar Felon Castelo Branco...	64
Figura 21 – Mensagem escrita à mão pelo presidente do Conselho Municipal de Ensino	66
Figura 22 – Fotografia panorâmica dos arredores do Grupo Escolar Felon Castelo Branco	67
Figura 23 – Memorando sobre salário-família	78
Figura 24 – Descrição do gabinete de Educação Física	85
Figura 25 – Ata da eleição do Conselho Popular de Instrução.....	90
Figura 26 – Memorando sobre inspetora escolar	94
Figura 27 – Registro sobre a Caixa Escolar	97
Figura 28 – Circular sobre a atuação da Caixa Escolar.....	99
Figura 29 – Uniforme dos anos de 1928 a 1950.....	108
Figura 30 – Uniforme usados a partir de 1950.....	111

Figura 31 – Alunos do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco reunidos na Praça Getúlio Vargas.....	112
Figura 32 – Carteira escolar dupla	114
Figura 33 – Carteira Escolar Individual	115
Figura 34 – Capa do livro “Um menino de qualidade”	118
Figura 35 – Páginas do livro “Um menino de qualidade”	119
Figura 36 - Livro Corações de Crianças.....	121
Figura 37 - Capa do livro Porque Meu Ufano do Meu Paiz.....	123
Figura 38 - Cópia do decreto nº55.795	134
Figura 39 - Notícia jornalística sobre o Dia do Presidente.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dissertações e Teses que abordam sobre Grupo Escolar produzidas no PPGED-UFPI entre 2005 e 2018.....	16
Quadro 2 - Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.....	19
Quadro 3 - Pasta com documentos dos anos de 1940 a 1947	20
Quadro 4 - Boletins mensais e outros documentos dos anos de 1969 a 1971.....	21
Quadro 5 - Livro de Atas do Conselho Popular de Instrução	22
Quadro 6 - Entrevistados para a pesquisa.	23
Quadro 7 - Escolas de União na década de 1920	34
Quadro 8 - Divisão do espaço do prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco	64
Quadro 9 - Diretoras do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco de 1928 a 1951 e de 1968 a 1971	74
Quadro 10 - Professoras que atuaram no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, entre 1928 a 1971	75
Quadro 11 - Divisão salarial dos professores por cargos de acordo com o Regulamento de 1910	77
Quadro 12 - Relação do material escolar solicitado em 1941	103
Quadro 13 - Relação do material escolar solicitado em 1942.....	105
Quadro 14 - Relação do material escolar solicitado no pedido do dia 15/03/1943.....	106
Quadro 15 - Festas cívicas no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.....	128
Quadro 16 - Festa do Dia da Árvore	131
Quadro 17 - Letra do hino da árvore	132
Quadro 18 - Festas que celebram a instituição.....	135
Quadro 19 - Festas de homenagem	136

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O INTERIOR NECESSITA DE GRUPOS ESCOLARES: UM NOVO MODELO DE ESCOLA PARA UM PIAUÍ E BRASIL SEDENTOS POR PROGRESSO.....	27
2.1 O cenário educacional brasileiro e piauiense que atende os grupos escolares	27
2.2 Um novo modelo de escola para a cidade de União: De escolas reunidas a Grupo Escolar	33
2.3 Fenelon Ferreira Castelo Branco: juiz, jornalista, poeta e patrono do grupo escolar	38
2.4 Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco: um novo modelo de escola para União	43
2.5 “O pesado, mas nobilíssimo sacerdócio do magistério primário”: A figura e atuação das normalistas no grupo escolar	44
2.6 De escola improvisada a “templo de civilidade”: os prédios do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco	48
3 ORGANIZAR, DISCIPLINAR E INSTRUIR: O FUNCIONAMENTO DO GRUPO ESCOLAR FENELON CASTELO BRANCO	68
3.1 Organização e funcionamento do grupo escolar.....	68
3.2 Ser diretor (a) do grupo escolar	71
3.3 Professoras do grupo escolar e a feminização do magistério	75
3.4 Currículo do grupo escolar	79
3.5 Perfil do alunado.....	86
3.6 Sob o olhar da inspeção: a atuação dos inspetores no funcionamento do grupo escolar	88
3.7 A caixa escolar como instituição de apoio às “crianças pobres”	95
4 O GRUPO ESCOLAR COMO ESCOLA DA REPÚBLICA: COTIDIANO E CULTURA ESCOLAR	102
4.1 Das materialidades da cultura escolar.....	103
4.2 Vestindo-se de identidade: o uniforme escolar	107
4.3 Materiais das salas de aulas.....	113
4.4 O cotidiano escolar: O recreio escolar e as brincadeiras	123
4.5 As festividades no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS	141
FONTES CONSULTADAS.....	146

1 INTRODUÇÃO

No campo da História da Educação, há diversos objetos de pesquisa que possibilitam a compreensão de processos educacionais passados e atuais, dentre eles se destacam os estudos sobre a cultura escolar, a legislação educacional, a história das instituições escolares, trajetórias de educadores, a história das disciplinas e dos currículos. E em meio a essa variedade de objetos que a Nova História Cultural¹ possibilitou analisar, o estudo das instituições escolares vem recebendo notoriedade e ocupando significativo espaço na produção de conhecimento sobre educação no Piauí e, de uma forma geral, no Brasil.

A presente pesquisa tem como objetivo historicizar o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, situado na cidade de União (PI), fundado em 1928 e reconhecido como uma instituição de ensino significativa para gerações de unionenses. Atualmente, a escola é denominada Centro Estadual de Tempo Integral Fenelon Castelo Branco e oferece ensino integral a cerca de 200 alunos, atendendo às séries finais do Ensino Fundamental II e às três séries do Ensino Médio.

De acordo com Andrade e Toledo (2020), o estudo de instituições constitui uma linha de pesquisa que se ocupa em descrever os diferentes momentos vividos pelas instituições educativas, sua estrutura física, sua relação com as políticas educacionais, seu projeto pedagógico e outros temas que contribuem para a compreensão do fenômeno histórico-educativo em sua totalidade.

O estudo da história das instituições escolares, conforme propõe Magalhães (1999), fundamenta-se no pressuposto de que o modo como se estuda o interior das instituições traz ao cenário da História da Educação uma quantidade de informações que ultrapassam os espaços físicos e arquitetônicos, permitindo a compreensão de uma gama de outros aspectos. Segundo o autor:

A evolução arquitetônica, a gestão/adaptação dos espaços e das estruturas, os ciclos de procura de instrução, os ciclos de renovação dos recursos humanos e materiais, as políticas de habilitação e recrutamento do pessoal docente, as políticas de admissão e de sucesso do pessoal discente, são factos, acontecimentos em combinatórias que de igual modo, não apenas não podem ser deixados de fora da preparação do discurso, integrador e problematizante da síntese histórica, como são fundamentais enquanto factores de informação e vias de estruturação da investigação (Magalhães, 1999a, p. 68-69).

¹ A Nova História Cultural é um campo historiográfico crescente desde as últimas décadas do século XX, que trouxe ao campo da história estudos com temáticas voltadas à cultura e com foco em objetos e sujeitos históricos dantes não pesquisados pela história tradicional como, por exemplo, o cotidiano, a cultura popular, o imaginário, os grupos sociais excluídos, entre outros (Barros, 2009, p.55).

Ao estudar a história das instituições escolares, o pesquisador a aborda como uma reconstrução histórica, pois seu objeto, a escola, não é uma criação sua — ela já existe ou existiu. O que o pesquisador constrói é o conhecimento do objeto, o que significa reconstruí-lo no plano do pensamento (Saviani, 2005). Assim, o processo de escrever a história das instituições escolares amplia as possibilidades de compreensão da própria História da Educação, à medida que essas instituições se relacionam com o todo, e não são uma mera subdivisão da Educação.

Além disso, a escolha por analisar a cultura escolar no contexto da pesquisa de uma instituição escolar permite compreender que a instituição não está isolada de seu entorno, como explana Magalhães (1999). Essa abordagem possibilita investigar as instituições observando o “que é vivenciado internamente e o que acontece no interior da escola, entre o que está no exterior, mas também, interior dos muros da escola” (Luchese, 2018, p.58).

Ao alçar a instituição educativa como seu objeto de análise, o pesquisador busca contextualizar a instituição pesquisada no cenário político, cultural, social e educacional em que ela estava ou está inserida, de forma que seja possível analisar as práticas e conhecimentos escolares desenvolvidas e a importância da instituição para a consolidação de um modelo de ensino e para determinada sociedade.

Considerando o valor do estudo sobre a história das instituições escolares, esta pesquisa buscou historicizar o Grupo Escolar Felton Castelo Branco e, assim, compreender como ocorreu sua fundação, organização, além de identificar sua cultura escolar e analisar sua atuação para com a educação local. Nesse ensejo, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de implantação, organização e funcionamento do Grupo Escolar Felton Castelo Branco e sua atuação na consolidação do ensino primário de União (PI), no período de 1928 a 1971. Como objetivos específicos, foram delineados os seguintes: compreender o contexto histórico nacional, regional e local de criação e implantação do Grupo Escolar Felton Castelo Branco; analisar a organização e funcionamento da instituição escolar pesquisada; identificar a atuação e relevância do grupo escolar para a consolidação do ensino primário de União e, por fim, discutir a cultura escolar e as práticas pedagógicas da instituição por meio das fontes orais, escritas, hemerográficas e imagéticas.

O recorte temporal da pesquisa considerou como marco inicial o ano de 1928, quando foi criado o Grupo Escolar Felton Castelo Branco, pelo decreto estadual nº 947, e como recorte final o ano de 1971, tendo em vista o advento da Lei 5692/1971, que fundiu o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário, transformando-o em primeiro grau. A

respeito do recorte espacial, foi adotado como tal a cidade de União-PI, onde se encontra a instituição.

Conforme Magalhães (1999), a aproximação do pesquisador com seu objeto de pesquisa, uma instituição escolar, poderá acontecer por três motivos: por conhecer algo sobre a instituição que deseja pesquisar, por ter ao seu alcance as memórias e as histórias da instituição ou por conta da ausência de pesquisas acadêmicas sobre a escola. Na presente pesquisa, buscamos compreender como o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco organizou, expandiu e transmitiu o ensino primário na cidade de União.

O interesse em desenvolver esse estudo surgiu das vivências na cidade de União, do contato com e da digitalização do Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Branco durante o curso de Licenciatura Plena em História, na Universidade Estadual do Piauí, especificamente na disciplina de História da Educação Brasileira, e também do desejo pessoal de continuar a desenvolver estudos como historiadora da educação.

A relevância desta pesquisa sobre o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco na temporalidade de 1928 a 1971 consiste na elaboração de uma fonte histórica bibliográfica de grande significado para a história da educação de União, que carece de trabalhos acadêmicos que abordem sobre sua história e preservem a memória da sua população e das suas instituições escolares, incentivando, dessa maneira, a produção de novas pesquisas.

Diante disso, a originalidade deste trabalho está na possibilidade de conhecimento não só da organização do grupo escolar, mas também na compreensão de como a sociedade unionense reagia a novos modelos escolares, quais suas visões de educação de qualidade e o que a educação representava para aquele período mediante seus critérios econômicos, culturais e sociais.

A pesquisa recorre a uma abordagem qualitativa exploratória que utilizou de levantamento bibliográfico, documental e de outras fontes para a obtenção dos dados e discussões. Assim, o caminho metodológico deste trabalho iniciou-se com a revisão bibliográfica sobre o tema, buscando-se compreender o estado da arte e a contextualização do objeto de estudo. Em seguida, foram lidas e utilizadas teses, dissertações e livros sobre o tema em perspectiva nacional e regional.

Em meio a essas leituras, foi percebido que estudos acerca de grupos escolares vêm sendo desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), o que favoreceu a esta pesquisa a aproximação com relevantes autores e a melhor compreensão da temática no Piauí e Maranhão. Em consulta ao repositório do PPGED-UFPI, detectou-se pesquisas que abordam especificamente grupos escolares e

outras que abordam sobre mais de uma instituição ou redes de ensino e que incluem capítulos sobre grupos escolares, como as seguintes:

Quadro 1 - Dissertações e Teses que abordam sobre grupo escolar produzidas no PPGED-UFPI entre 2005 e 2018.

Título	Autor/ Ano	Categoria
Picos e a consolidação da sua rede escolar: do grupo escolar ao Ginásio Estadual.	Jane Bezerra de Sousa 2005	Dissertação
História e Memória da Educação em Oeiras – Piauí.	Amada de Cássia Campos Reis 2006	Dissertação
De Tamboril a Isaías Coelho: a educação dos mestres escolas ao grupo escolar (1935-1970).	Welbert Feitosa Pinheiro 2007	Dissertação
História da Educação Jaicoense: dos primeiros aldeamentos ao ginásio Padre Marques.	Lourenilson Leal de Sousa 2010	Dissertação
História e memória das Primeiras Instituições escolares de José de Freitas-PI (1928-1971).	Maria do Amparo Holanda da Silva 2012	Dissertação
A CONSTITUIÇÃO DA REDE ESCOLAR DE TIMON-MA: do Grupo escolar ao Ginásio Bandeirante (1942-1971).	Cristiano de Assis Silva 2014	Dissertação
Grupo Escolar Padre	Elisângela Maria Silva	Dissertação

Delfino (1958-2016) – História e Memória.	2018	
A geografia nos grupos escolares no Piauí: Currículo, prática educativa e cultura escolar.	Maria do Socorro Pereira de Sousa Andrade 2019	Tese

Fonte: A Autora

Dados: PPGED-UFPI. Disponível em: <https://ufpi.br/dissertacoes-ppged>

A partir da leitura da pesquisa de Amada de Cássia Campos Reis (2006), foi possível perceber como a criação do primeiro grupo escolar da cidade de Oeiras, primeira capital do Piauí, foi importante para o momento em que o ensino público se consolidava naquele município, um momento em que a educação oeirense passou a ser mais organizada. O estudo da dissertação de Jane Bezerra de Sousa - *Picos e a consolidação da sua rede escolar: do grupo escolar ao Ginásio Estadual* - foi importante para este trabalho ao mostrar como o Grupo Escolar Coelho Rodrigues foi uma instituição essencial para a consolidação da rede de ensino da cidade, que posteriormente foi complementada com a criação do ginásio municipal.

A tese de doutorado de Maria do Socorro Pereira de Andrade - *A geografia nos grupos escolares no Piauí: Currículo, prática educativa e cultura escolar* -, nos ajudou a entender a trajetória desta disciplina no século XX e qual a sua finalidade para a Escola Primária piauiense, em especial para os grupos escolares. As pesquisas sobre grupos escolares no Maranhão, as quais destacamos a escrita de Cristiano de Assis Silva - *A constituição da rede escolar de Timon-Ma: do Grupo escolar ao Ginásio Bandeirante (1942-1971)*, e a pesquisa de Elisângela Maria Silva - *Grupo Escolar Padre Delfino (1958-2016) – História e Memória*, nos ajudaram a compreender as nuances de implantação dos grupos escolares no Maranhão, mais especificamente na cidade de Timon, próxima a Teresina-PI. Analisando estas pesquisas, foi possível perceber que os grupos escolares no Piauí e Maranhão se destacaram como importantes instituições para a expansão do ensino primário e para as redes de ensino que eles estavam inseridos.

A segunda etapa da pesquisa, ao iniciar os questionamentos e a interpretação do objeto de estudo, deu-se pelo contato com as fontes, pois, conforme Certeau, “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos

distribuídos de outra maneira” (Certeau, 2000, p.81). Dessa forma, só com as fontes conseguimos iniciar uma operação historiográfica autêntica que permita que o historiador as interprete e escreva sobre os fenômenos históricos.

De acordo com Barros (2020), fonte histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e seus desdobramentos no presente. Diante disso, para compreender como ocorreu a fundação, organização e também a cultura escolar do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, na temporalidade de 1928 a 1971, foram analisadas diversas fontes, as quais foram divididas desta maneira:

a) **Fontes escritas do arquivo escolar, legislações e mensagens de governo**, com as quais tivemos contato, seja presencialmente, como no caso das fontes do arquivo do grupo escolar e do Arquivo Público do Estado do Piauí, seja digitalmente, como as legislações e as mensagens de governo coletadas na biblioteca digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Dentre os documentos encontrados no Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Odilon Nunes, destacam-se ofícios do Departamento de Ensino e os livros do Diário Oficial. Os ofícios e notícias encontrados são, em sua maioria, discursos de governadores a respeito da educação piauiense, dos grupos escolares, dos aluguéis de casarões para abrigar as escolas, dentre outros. As legislações estudadas foram as que compreenderam o recorte temporal e que ocasionaram mudanças significativas na estrutura organizacional e de ensino da instituição estudada.

A respeito do uso do arquivo escolar, é importante frisar a sua importância para esta pesquisa pois, conforme Mogarro (2006), o arquivo acompanha a afirmação da instituição como um microcosmo com formas e modos específicos de organização e funcionamento, desempenhando um papel importante ao apresentar a identidade da escola nesse processo de construção da memória escolar. Ademais, a consulta ao arquivo escolar foi previamente solicitada a diretoria do CETI Fenelon Castelo Branco e confirmada ao Comitê de Ética da UFPI, por meio de uma autorização institucional.

No primeiro contato que tivemos com o acervo escolar da instituição foi constatado que não havia documentação dos quatro primeiros anos de funcionamento da escola, a saber, de 1928 a 1931. Após a lida da introdução do Livro de Registro Geral, escrita à mão pela então diretora Benedita Boavista da Cunha, compreendemos que a escassez de registros se deu pela falta de rigor das diretoras em registrar e/ou guardar esses registros.

Diante disso, foram consultados, no arquivo do grupo escolar, que atualmente

responde por CETI Fenelon Castelo Branco, quatro volumes de documentos que foram salvaguardados por diretores ao longo de décadas, apesar de que muitos outros documentos, fotos e objetos foram perdidos. O primeiro volume corresponde ao livro de registros denominado “*Registro Geral*” do Grupo Escolar “*Fenelon Castelo Branco*”, que foi organizado inicialmente em 1932 pela gestão da professora Benedita Boavistta da Cunha, e descreve até o ano de 1964. Nesse registro, há a descrição de eventos que ocorriam no ambiente escolar como festas escolares, ingresso e desligamento de professores e cópias de ofícios enviados ou recebidos. Para melhor compreensão do conteúdo desta fonte, destacamos o quadro a seguir:

Quadro 2 – Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco

Quantidade de páginas	Período dos registros	Tipos de documentos descritos no livro de registros	Conteúdos gerais dos registros	Instituições e órgãos remetentes e/ou destinatários	Responsável pelos registros
91	De 1932 a 1964	Ofícios enviados pela Secretária de Educação e Cultura do Estado do Piauí; Telegrama; Portarias; Outros.	Datação do início e fim dos anos letivos; Cotidiano escolar; Descrição do prédio da instituição; Festas Escolares; Ingresso e saída de professores e demais funcionários; Solicitação de material escolar; Registro de visitas de inspeção.	Secretaria de Educação e Cultura; Governo do Estado do Piauí; Inspeção de Educação Física; Prefeitura de União; Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.	Diretoras que atuaram no grupo escolar de 1932 a 1964.

Fonte: Elaborada pela Autora com dados coletados no acervo escolar do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, especificamente no Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco (1932-1964).

Além desses registros, também localizamos o segundo volume de fontes, uma pasta sem título com documentos em sua maioria dos anos da década de 1940, os quais se destacam

ofícios e memorandos emitidos pelo Departamento de Ensino do Estado do Piauí ao grupo escolar. Para melhor compreensão do conteúdo desta fonte, sintetizamos as informações no quadro.

Quadro 3 – Pasta com documentos dos anos de 1940 a 1947

Quantidade de páginas	Período dos registros	Tipos de documentos	Conteúdos gerais das fontes	Instituições e órgãos remetentes e/ou destinatários	Responsável pelos registros
165	1940 a 1947	Ofícios; Portarias; Regimentos; Circulares; Relação de material escolar.	Ingresso e saída de professores; Aumento de salário ou bonificação aos professores; Instruções para o ensino da disciplina de Educação Física; Instruções sobre a Caixa Escolar.	Conselho Municipal de Instrução; Departamento do Ensino do Piauí; Prefeitura de União; Comarca de União; Legião Brasileira de Assistência; Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.	Diretoras que atuaram no grupo escolar entre 1940 a 1947.

Fonte: Elaborada pela Autora com dados coletados no acervo escolar do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, especificamente na pasta de documentos referente aos anos de 1940 a 1947.

O terceiro volume de fontes consultadas foi a pasta intitulada *Boletins mensais e outros documentos dos anos de 1969 a 1971*. Entretanto, essa pasta também contém também alguns documentos dos anos de 1940, 1947, 1966 e 1972. A respeito do conteúdo destes documentos, o quadro a seguir sintetiza-os:

Quadro 4 – Boletins mensais e outros documentos dos anos de 1969 a 1971

Quantidade de páginas	Período dos registros	Tipos de documentos	Conteúdos gerais das fontes	Instituições e órgãos remetentes e/ou destinatários	Responsável pelos registros
120	1940; 1947; 1966; 1972.	Boletins mensais; Ofícios; Atestados médicos; Memorandos; Cópias de decretos; Telegramas; Circulares; Portarias; Autorizações; Guia de Transferência.	Registros de matriculados no Grupo Escolar; Registros dos professores que atuavam na escola; Memorandos sobre afastamento de professores por motivo de licenças variadas; Memorando sobre salário-família das docentes; Orçamento de despesas com o prédio escolar.	Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco; Inspetoria Seccional de Educação Física de Teresina.	Diretoras dos períodos em que os documentos foram recebidos e/ou produzidos.

Fonte: A Autora (2024)

Dados: Boletins Mensais e outros documentos do acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco (1969-1971)

O *Livro de Atas do Conselho Popular de Instrução* foi o quarto volume de fontes analisado, que contém algumas atas das eleições do conselho e seus respectivos membros. As atas dizem mais respeito a momentos de eleição dos membros do conselho e à posse de seus respectivos cargos. Acreditamos que este livro de atas permaneceu no grupo escolar porque a maioria das reuniões do conselho era realizada na sede do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco e, também, devido ao fato de suas secretárias, ao longo dos anos, pertencerem ao quadro docente da instituição. O quadro a seguir detalha mais esta fonte:

Quadro 5 – Livro de Atas do Conselho Popular de Instrução

Quantidade de páginas	Período dos registros	Tipos de documentos	Conteúdos gerais das fontes	Instituições e órgãos remetentes e/ou destinatários	Responsável pelos registros
13	1936; 1938; 1940; 1942; 1944; 1946; 1948	Atas de reuniões do conselho popular de Instrução	Eleição e posse de membros do Conselho Popular de Instrução e seus respectivos nomes.	Comunidade escolar; Conselho Popular de Instrução	Secretárias eleitas para o cargo durante o período dos registros, as quais foram: Maria Castello Branco Medeiros; Ana Carvalho Boavista; Maria do Rosário do Rêgo Lobão; Iraci Carneiro da Silva.

Fonte: A Autora

Dados: Livro de Atas do Conselho Popular de Instrução

b) **Fontes orais:** por meio da coleta de relatos orais de ex-alunos que estudaram no grupo escolar em algum momento do recorte temporal escolhido para este estudo. As entrevistas foram aprovadas e autorizadas pelo Comitê de Ética da UFPI, conforme o protocolo n.º 766969223000005214. Essas entrevistas foram posteriormente transcritas, e os relatos assinados por cada um dos entrevistados. Os entrevistados são melhor especificados

no quadro a seguir:

Quadro 6 - Entrevistados para a pesquisa

Nome	Profissão	Atuação no grupo escolar	Período em que estudou no grupo escolar	Data de Nascimento
Maria do Socorro Sales	Aposentada	Ex-aluna	1950-1954	02/10/1943
Elenice Fortes Melo	Aposentada	Ex-aluna	1961-1962	15/09/1951
Vicente José do Rêgo Primo	Aposentado	Ex-aluno	1943-1944	29/03/1933

Fonte: Dados provenientes da pesquisa (2024).

Compreendemos que, para historiar uma instituição, devemos não só analisar o seu funcionamento e sua trajetória, mas também compreender qual era a cultura escolar e como o cotidiano escolar e as relações entre as pessoas podem ser interpretadas. Para compreender quais práticas sociais, culturais e educacionais estavam presentes no grupo escolar, esta pesquisa utilizou a interpretação dos testemunhos orais coletados, os quais foram de vital importância. A respeito do uso metodológico da História Oral, concordamos com Delgado (2010) que afirma que:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (Delgado, 2010, p.12)

Ao trabalhar com a metodologia da História Oral, seguimos os procedimentos teóricos presentes nas obras de Thompson (2002), Freitas (2006), e Meihy e Ribeiro (2011). Durante a coleta dos testemunhos orais, não utilizamos questionários com perguntas fechadas para evitar que os entrevistados se sentissem acanhados e os relatos se reduzissem a falas curtas. Lançamos perguntas abertas para que o narrador estivesse à vontade para se expressar. Essa

postura foi tomada porque a estratégia da entrevista, segundo Thompson (2002), é responsabilidade do entrevistador, e não do informante. Sobre isso, ele reitera:

O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando o seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidências que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a vida. [...] Assim, quanto menos seu testemunho seja moldado pelas perguntas do entrevistador, melhor. (Thompson, 2002, p.258)

A História Oral foi uma ferramenta fundamental para a pesquisa, uma vez que possibilitou o diálogo com outros campos historiográficos a partir dos cruzamentos de fontes, permitindo perceber como as falas dos entrevistados foram importantes para a compreensão do ambiente escolar, do tipo de ensino adotado e para entender como os indivíduos reagiram a cada fase da instituição escolar. É válido mencionar o que diz Portelli (1996, p.60), que “o principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos”. Foi uma grande contribuição para o estudo a coleta das experiências e memórias de pessoas que estudaram no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, assim como o cruzamento destes relatos com as demais fontes para compreender a cultura escolar e os momentos históricos da instituição.

c) **Fontes hemerográficas:** constituem-se por fontes escritas encontradas em periódicos de circulação no estado. Os jornais analisados foram o *Diário Oficial do Piauí*, *A Impensa*, *Jornal Gazeta (PI)* e *O Piauíhy*. Em nossa análise, levamos em consideração que os jornais, de acordo com Luca (2008), são fontes que também devem ser questionadas, interpretadas, afinal “o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (Luca, 2008, p.140). Portanto, mais do que analisar as notícias, faz-se necessário decifrar os discursos emitidos, pois “para um historiador, um jornal é um caminho para compreender os pontos de vista, interesses, visões de mundo, pressões e contrapressões que se escondem por dentro e por trás dos textos jornalísticos” (Barros, 2023, p.21).

d) **Fontes autobiográficas:** são compostas de produções, principalmente livros de memórias de pessoas que tiveram contato com o grupo escolar em algum momento de suas vidas. Uma fonte desse tipo utilizada no corpo do texto foi o livro de memória da ex-diretora Maria Castello Branco Medeiros intitulado de *História de Uma Vida – Memórias*. Neste livro, a professora relata suas memórias sobre acontecimentos importantes de sua vida, inclusive aquelas relacionadas à sua chegada em União, sua transferência para o Grupo Escolar Fenelon

Castelo Branco, sua atuação como diretora, seu discurso na solenidade de inauguração do prédio escolar, sua aposentadoria.

e) **Fontes imagéticas:** a maioria das imagens utilizadas no corpo do estudo são fotografias, seja fotografias dos prédios escolares seja de alunos e professores. Estas fotografias não foram utilizadas com fins ilustrativos, mas, conforme Mauad (1990), como um instrumento de análise e interpretação do real, resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado em códigos convencionalizados culturalmente. Desse modo, a inserção da fotografia no estudo possibilitou também uma melhor interpretação do meio social e cultural que o ambiente escolar proporcionava e o modo como as pessoas se comportavam.

f) **Livros sobre a cidade de União:** estas fontes nos permitiram adquirir um olhar mais compreensível sobre o contexto unionense das primeiras décadas do século XX, tendo como pré-requisito de estudo o fato de terem sido produzidos por historiadores. Sendo assim, utilizamos o livro *Brisas do Progresso: Faces e Contornos da Primeira República em União(PI)*, de autoria de Jayra Barros Medeiros, e os livros *Narrativas da história política, social, religiosa e econômica do município de União (PI): Da origem à atualidade* e *Asas da Modernidade: O município de União-Pi no percurso da Era Vargas (1930-1945)*, ambos de autoria de Danilo José dos Reis Batista.

g) **Edifício escolar:** entedemos o edifício escolar como fonte histórica pois o consideramos um vestígio do passado, que foi criado e modificado pelo homem durante um determinado tempo. A preservação do prédio do grupo escolar, mesmo com algumas modificações, possibilitou a compreensão de como o espaço escolar era dividido, o que, juntamente com a interpretação das fontes escritas, permitiu identificar onde as crianças estudavam, brincavam em momentos de lazer, o local que aconteciam as festividades cívicas e até mesmo o contato com as árvores plantadas nas festividades do Dia da Árvore. Ademais, com o apoio da literatura sobre prédios escolares, foi possível constatar traços arquitetônicos que marcaram estas edificações.

Uma instituição pode ser vista de várias perspectivas, o modo como o historiador vai interpretar o objeto dependerá “de um lado, da formação, da experiência, da criatividade e dos valores do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso as fontes” (Nosella; Buffa,2013, p.59). Sendo assim, este estudo está dividido em três partes principais, a saber:

O primeiro capítulo, intitulado de *O interior necessita de grupos escolares: Um novo modelo de escola para um Piauí e Brasil sedentos por progresso*, aborda a situação da educação no Brasil e Piauí que antecede o período dos grupos escolares, explicando como este

modelo de escola funcionava e como ocorreu a implantação e expansão destes no território piauiense. Ademais, é discutido a situação social e econômica da cidade de União e como se deu a criação do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco. Ainda neste capítulo, trata-se sobre o prédio escolar como representação da República e sobre a atuação do magistério feminino nos grupos escolares, representado pelas professoras normalistas.

Em continuação à abordagem sobre o funcionamento do grupo escolar, o segundo capítulo, denominado *Organizar, disciplinar e instruir: o funcionamento do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco*, descreve como o estabelecimento era organizado, como ele reagiu às mudanças na legislação, como se firmou como importante instituição da cidade e qual é o perfil e função do corpo docente e demais funcionários. Além disso, é discutido o perfil dos estudantes.

No terceiro capítulo, intitulado de *Grupo escolar como escola da república: Cotidiano e cultura escolar*, foi discutido a cultura escolar do grupo. Para isso, embasamo-nos no cruzamento das mais diversas fontes que tivemos contato, com destaque para os relatos orais e os registros escritos do livro de registro geral. Com o auxílio da História Cultural, foi possível perceber os vestígios do cotidiano escolar e a singularidades presente nas memórias de escola e infância.

A partir do estudo desta instituição, acreditamos estar contribuindo para futuras pesquisas no campo da História da Educação, em especial sobre a temática dos grupos escolares, do ensino primário e da perspectiva da cultura escolar. Ademais, buscamos ampliar os conhecimentos acerca da história da educação do Piauí e da cidade de União, incentivando e auxiliando a realização de futuras pesquisas.

2 O INTERIOR NECESSITA DE GRUPOS ESCOLARES: UM NOVO MODELO DE ESCOLA PARA UM PIAUÍ E BRASIL SEDENTOS POR PROGRESSO

Esta primeira sessão tem como propósito discutir o surgimento e a implantação dos grupos escolares no Piauí e na cidade de União, onde, por meio do entendimento do contexto nacional e local, observamos como ocorreram as movimentações do poder estadual e municipal em busca da expansão do ensino primário piauiense e o que esse novo modelo de escola – os grupos escolares – representava para a instrução e os planos de progresso que o governo tinha para a sociedade. Em continuidade, neste capítulo também é analisado como ocorreu a fundação do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em União, em 1928. No ano de 1938, o grupo escolar recebeu um prédio próprio que, somado a outras edificações no estado e no município, remonta a um anseio por modernização não só do ensino como também da paisagem urbanística, o que marca esse período republicano em questão. Ademais, discute-se a significância da atuação das professoras normalistas nos grupos escolares piauienses.

2.1 O cenário educacional brasileiro e piauiense que atende os grupos escolares

A instrução primária no Piauí há tempos é pauta de discussões e interesses diversos, como sua regulamentação, seus ideais, sua expansão, gratuidade, seu currículo e seus custos. De acordo com Costa Filho (2006), desde seus primórdios, a educação na província do Piauí progrediu a passos lentos quando comparada às demais províncias e, posteriormente, aos demais estados. Isso ocorreu por conta da colonização tardia do Piauí, que avançou de dentro do sertão para fora, e do descaso com a população sertaneja, que tardiamente teve acesso às primeiras letras.

Os antecedentes educacionais, precisamente os da Colônia, nos mostram, conforme Ferro (1996), que os padres da Companhia de Jesus que aqui chegaram não obtiveram significativo sucesso educacional, pois “[...] o ensino, com conteúdos de leitura e escrita, e até de latim, pouco interessava a uma população de vaqueiros e homens da terra. O ensino, distorcido da realidade, não oferecia atrativos ao povo, que não sentira a necessidade de tais conhecimentos” (Ferro, 1996, p.58). Além dessa distância entre o ensino e a realidade do alunado e do isolamento do estado com outras regiões, a atuação dos jesuítas no Piauí, conforme Costa Filho (2006), se expressou mais em evangelização do que em letramento dos colonos e nativos. O fato de os jesuítas não terem construído escolas, com exceção de muitas

outras províncias vizinhas, acentuou a desigualdade de instrução regional.

É diante de um cenário educacional repleto de descuidos e de uma população majoritariamente analfabeta e rural que o Piauí adentra o período republicano com anseios de melhorias e mudanças. A partir de 1890, há, entre as autoridades piauienses, uma preocupação em inserir o estado nos projetos que o novo regime idealizava, os de progresso e de modernidade. Esse desejo republicano, que era difundido em todos os estados, via na instrução um dos melhores caminhos para alcançar a ascensão da sociedade brasileira. Em cordância a isso Almeida (2004) destaca:

No findar do século XIX, os arautos do liberalismo haviam anunciado a equalização de oportunidades com a promessa da libertação humana que se havia plantado nas trilhas da instrução. Na onda propagandística, os republicanos, reatualizando a plataforma de um regime político que se desejava sólido e progressista, anunciaram nos tempos em devir a concretização de um projeto de escola pública, obrigatória, gratuita, democrática e laica, consolidando a política social burguesa, enquanto levantavam as flâmulas de uma educação que, sob o signo da democracia, teria em si o potencial de corrigir as desigualdades sociais (Almeida, 2004, p.2).

Se a instrução primária seria de vital importância para a solidez de um regime e a modernização da pátria, surgiram então debates e propostas sobre como o Poder Público poderia intervir de forma mais eficaz e solucionar os principais entraves da educação deixados pelo período provincial. No Piauí, conforme Lopes (2018), as autoridades viam como solução a ser tomada para o problema da educação piauiense a profissionalização dos professores que desde a província não vinha sendo efetivada devido ao fracasso atribuído aos professores nos estudos do Curso Normal. Esta culpabilização dos docentes pelo fracasso escolar e de sua formação no curso normal, de acordo com Lopes (2006), não levava em conta o curso “abstrair a realidade concreta do exercício da profissão docente no Piauí, posta como de salários mesquinhos e dominada pelo patronato político” (Lopes, 2006, p. 216).

Percebe-se que a necessidade de revolucionar a instrução piauiense, para que o estado se modernizasse, adentra o novo século mirando na mesma estratégia inicial – a profissionalização docente. Reiterando isso Lopes (2001) destaca:

A necessidade de disseminação do ensino primário no Piauí, já inúmeras vezes posta pelos jornais e documentos oficiais, apresentava-se aqui adjetivada com os termos métodos, disciplinas e ordem. A especificidade da ação da Escola Normal estava justamente em formar os docentes necessários a essa disseminação moderna e disciplinada da instrução primária pelo estado, que realizada desta forma superaria um dos maiores entraves ao

“desenvolvimento das forças productoras do Estado” (Lopes, 2001, p. 35).

Diante desse anseio por novos rumos educacionais, várias reformas em nível nacional e estadual surgiram. Destacamos as mudanças ocorridas no ano de 1910, como a reorganização do ensino do estado por meio da lei nº 548 e decreto nº 434 de 19 de abril, a legalização dos grupos escolares, e a criação da Escola Normal Oficial². Esta última possuía, inicialmente, um público majoritariamente feminino, tendo o propósito de modernizar, por meio da formação de professores, as gerações de crianças que seriam contempladas pelo ensino primário no Piauí.

A respeito da Reforma de 1910, instituída no Governo de Antonino Freire³, Brito (1996) destaca a importância do regulamento para organização de cada estrutura do ensino e o estabelecimento de significativas mudanças. Sobre esta reforma de ensino, o historiador destaca:

O Regulamento de 1910 é um documento histórico da mais alta relevância para a educação piauiense não só pelo longo período de sua vigência, que se estende praticamente até 1930, como pelas mudanças que operou na estrutura dos diversos ramos de ensino mantidos pelo Estado (Brito, 1996, p. 46).

É válido frisar que por meio da Reforma de 1910, no Piauí, conforme Neves (2017), as Escolas Isoladas e Escolas Reunidas passaram a se somar no quadro do ensino público primário com outros tipos. A respeito das escolas isoladas e escolas reunidas, Neves (2017) destaca:

[...] As do tipo Escolas Isoladas ministravam apenas o ensino elementar. As reunidas constituíam do agrupamento de três ou mais escolas funcionando sob uma mesma direção. As escolas Singulares seriam específicas para cada sexo ou mixtas, diurnas ou noturnas, e seriam mantidas ou criadas onde segundo a estatística escolar houvessem 30 crianças sem receber instrução primária. O curso neste tipo de escola teria a duração de três anos. As escolas singulares especiais do sexo feminino seriam obrigatoriamente regidas por professoras (Neves, 2017, p. 75).

Na Reforma de 1910, outro tipo de escola foi legalmente criado – os grupos escolares, os quais já haviam sido propostos em 1905 por discursos governamentais de cunho

² A Escola Normal Oficial foi uma instituição voltada à formação ao magistério, com público inicial majoritariamente feminino.

³ Antonino Freire da Silva foi um engenheiro civil público e político que governou o estado do Piauí no período de 1910 a 1912.

reformista, que viam o modelo grupo escolar como “elemento modernizador do sistema escolar piauiense” (Lopes, 2001, p.100). Todavia, sucedeu por muitos anos o predomínio do modelo de escolas reunidas e isoladas, tendo em vista que o primeiro grupo escolar do Piauí só foi criado em 1922 (Lopes, 2001).

De acordo com Souza (2004), os grupos escolares tiveram início em São Paulo, no final do século XIX, quando foi construído o primeiro grupo escolar, que posteriormente se tornou um modelo para os demais implantados no estado paulista. Esse modelo de escola se difundiu por vários estados do Brasil durante o início do século XX e, em cada região, a criação e instalação dos grupos escolares tiveram suas peculiaridades, o que nos leva a perguntar: quais os motivos e preceitos políticos e sociais que impulsionaram a fundação de grupos escolares no Piauí?

O modelo grupo escolar foi implantado no Piauí em 1922, tendo como principal peculiaridade o local de implantação – a cidade de Parnaíba, importante cidade do norte do estado e para a Companhia de Navegação a Vapor ⁴, e possuidora de uma economia forte “representada pela indústria extrativista, com destaque de amêndoas de coco babaçu e seus derivados, e da cera de carnaúba” (Imprensa Oficial, 1939, p.89).

De acordo com Lopes (2001), o pionerismo de Parnaíba com a criação do Grupo Escolar Miranda Osório em 1922 deu-se por um processo no meio estadual e, sobretudo, municipal que antecede à implantação da escola, como explica:

Se 1922 foi o ano de criação desta escola, o processo que levou a sua constituição é anterior e relaciona-se com a modernização que as elites político-comerciais procuravam realizar para fortalecer a condição de Parnaíba como cidade comercial mais importante do Piauí. Esta modernização da cidade teve como eixos principais a urbanização, a construção de estradas e o desenvolvimento da instrução (Lopes, 2001, p.151).

Os interesses e investimentos da elite e autoridades parnaibanas também estavam ligados à busca de desenvolvimento econômico, pois “o investimento em educação não se dava por filantropia, mas pela necessidade dessa aplicação para o aumento da produção e para o desenvolvimento da cidade” (Lopes, 2001, p.155).

Após a implantação do grupo escolar em Parnaíba, conforme Lopes (2006), outros foram construídos na capital Teresina: Grupo Escolar Demóstenes Avelino (1926); Grupo

⁴ A Companhia de Navegação a Vapor, de acordo com Medeiros (2021), era responsável por regulamentar no estado os vapores e barcos de reboque que transportavam pessoas, animais e mercadorias para a exportação e importação. A companhia possuía quatro agências, uma delas na cidade de União, que tinham a função de fiscalizar a entrada e saída de pessoas e mercadorias nas embarcações.

Escolar José Lopes (1928); Grupo Escolar Antonino Freire (1928) e Grupo Escolar Teodoro Pacheco (1928). Percebe-se que, durante sete anos, este modelo ficou restrito a duas cidades, Parnaíba e a capital Teresina e, por isso, surgiram reivindicações e, posteriormente, a decisão do governo piauiense de expandir os grupos escolares para outras cidades.

As decisões de abrir escolas nos municípios piauienses eram tomadas pelo poder estadual, conforme as necessidades de cada região. Em 1921, segundo Neves (2017), o princípio da obrigatoriedade escolar para crianças de 7 a 14 anos foi adotado legalmente pelo estado, o que, apesar de ser algo ainda difícil de ser alcançado naquele momento, fez com que a pauta da educação primária continuasse a ser discutida, inclusive sobre a parceria de governos estaduais e municipais.

Em 1921 o princípio da obrigatoriedade é aceito pelo atual governador João Luís Ferreira, passando a ter caráter obrigatório. Para a real execução do princípio o governador solicita aos municípios um auxílio e organização de um fundo especial, a partir deste o Estado teria condições de realizar investimentos na instrução, como por exemplo a remuneração de professores, especificamente as normalistas dotadas com a necessária competência profissional (Neves, 2017, p.63).

Apesar do modelo de grupo escolar ser o tipo de escola de maior custo para os cofres do estado e para as contribuições municipais, ainda assim era visto pelas autoridades como o ideal e mais moderno tipo de escola para a instrução primária do Piauí. Este novo modelo de escola foi muito significativo para a história da educação primária brasileira pois trouxe consigo novas organizações do tempo escolar, dos espaços físicos da escola, assim como uma divisão do trabalho docente. A respeito dos grupos escolares, Vidal (2006) acrescenta:

A reorganização administrativa e pedagógica da escola elementar por eles propiciada incidiu na reordenação dos tempos e espaços escolares, na ampliação do currículo, contemplando disciplinas de caráter enciclopédico, e na redefinição do lugar ocupado pela escola no traçado da cidade, posto que os Grupos Escolares se constituíam como uma realidade essencialmente urbana (Vidal, 2006, p.10).

Além destas mudanças na organização do Grupo Escolar Miranda Osório, há a presença de inspirações paulistas, tanto na escolha do mobiliário do grupo, adquirido todo em São Paulo, quanto na construção e planta do prédio escolar, ou na divisão de ensino no Piauí, propostas pelo professor paulista Luiz Galhanone, que viera ao Piauí a pedido de Matias Olímpio de Melo com o intuito maior de reformar a rede de ensino e, assim, a escola viria a se tornar uma “repartição pública de verdade” (Lopes, 2001, p. 100).

Conforme Lopes (2001), com as mudanças advindas do próprio modelo de grupos escolares e as propostas por Galhanone, o Grupo Escolar Miranda Osório se tornou um modelo de inspiração a ser seguido pelos demais grupos escolares do estado. Ainda sobre isso, explica:

Com essa modernização o Grupo Escolar Miranda Osório assumiria, momentaneamente, o papel destinado à Escola Modelo e tornar-se-ia referência de escola moderna no estado, embora sua influência sobre a educação escolar tenha sido restrita à condição de exemplo a ser seguido. Os indícios de uma influência mais duradoura deste Grupo Escolar, na educação do estado como um todo, restringiram-se ao estabelecimento de um novo programa das matérias de ensino primário, feito segundo o programa então em vigor nos grupos escolares de São Paulo, aprovado pelo Conselho Superior de Educação e adotado para todas as escolas do Piauí (Lopes, 2001, p. 167).

Durante esse período de implantação do modelo grupo escolar no Piauí, há, nos relatos governamentais, a expressão do desejo e da necessidade de ampliação da rede de ensino, como Neves (2017) destaca:

Em mensagem publicada em 1923, João Luiz Ferreira relata que no interior do estado existiam municípios que careciam de novas escolas, não sendo, porém, possível ao Estado prover a todas as necessidades das municipalidades. Neste sentido reclama ação auxiliar dos governos municipais em caráter de urgência (Neves, 2017, p. 63).

Diante disso, percebemos como o financiamento educacional era um entrave para o desenvolvimento da rede de ensino piauiense, sobretudo relacionado à implantação de novas escolas, pois o governo não estava disposto a assumir todos os custos, requerendo dos municípios a participação no financiamento educacional.

Durante o governo de Mathias Olímpio de Mello (1924-1928), retomou-se o debate sobre a expansão de escolas pelo estado, em especial as do modelo grupo escolar, que, apesar do alto custo de sua fundação e manutenção, eram consideradas nacionalmente como “um dos projetos modernizantes da república, o Grupo Escolar representava o acesso da população à escola modernizada” (Sousa, 2005, p.28).

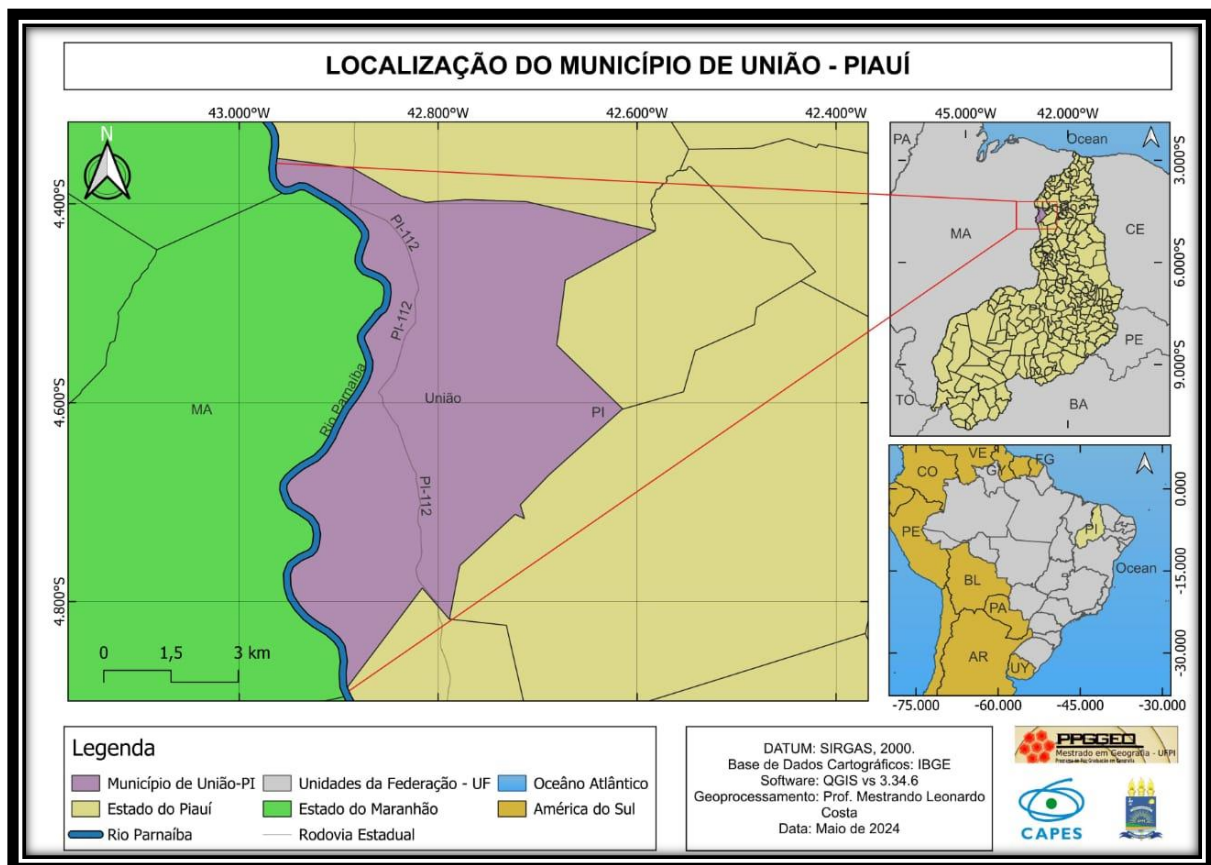
A partir desse comprometimento um tanto tardio de expansão dos grupos escolares para outras cidades de populações mais densas, é que, no final dos anos da década de 1920, o Piauí vai propiciar o aumento da oferta e número de matrículas, fazendo com que na década de 1930, segundo Neves (2017), o estado alcançasse um índice significativo de crescimento de matrículas a nível nacional.

2.2 Um novo modelo de escola para a cidade de União: De escolas reunidas a Grupo Escolar

Durante o período da Primeira República (1889-1930), as cidades brasileiras foram palcos de diversas mudanças sociais e urbanas. Havia um desejo republicano de expandir pela nação o ideário de “ordem e progresso” e de uma modernização que alcançasse os principais eixos da sociedade, como a economia, a política, e a educação. No Piauí, isso não foi diferente; o governo estadual, durante esse período, buscou maneiras de interligar as cidades, antigamente chamadas vilas, e melhorar o comércio piauiense e o escoamento dos seus produtos para fora do território. Em conformidade com Medeiros (2021), uma ação importante tomada para isso foi uma maior exploração do Rio Parnaíba.

A cidade de União, localizada na região norte do estado do Piauí, passou de Vila do “Estanhado” para cidade por meio das mudanças trazidas pelo regime republicano e por suas peculiaridades como um local de forte comércio, população densa e boa localização às margens do Rio Parnaíba.

Figura 1 - União no mapa do Piauí



No final do século XIX, União foi inserida no trajeto da Companhia de Navegação a Vapor piauiense, consolidando-se como uma das principais cidades do Piauí, conforme explica Medeiros (2021):

[...] Entre Parnaíba, o maior empório comercial do período e Teresina, a então capital, União recebia o movimento do comércio piauiense que foi responsável por viabilizar as tentativas de “melhoramento” e instaurar discursos utópicos e urbanísticos, inserindo-a no imaginário de civilização e progresso que circulava o Brasil nos anos da Primeira República (Medeiros, 2021, p. 21).

Mas, além da busca pelo crescimento econômico e de interligar as cidades umas às outras, havia, no meio governamental e no meio empresarial piauiense do final do século XIX e início do século XX, um desejo de melhorar a qualidade da instrução pública, o que, segundo Lopes (2001), fez com que mudanças e leis fossem implantadas, como, por exemplo, a criação da Escola Normal e as exigências sobre a formação das normalistas e, posteriormente, a implantação e expansão de um modelo escolar mais moderno. Neste caso, o protagonismo do grupo escolar substituiu os modelos casas-escolas e escolas reunidas.

No início da década de 1920, União contava com algumas escolas isoladas, federais e mistas, localizadas na zona rural e no perímetro urbano. Durante a pesquisa e análise dos documentos, localizou-se registros de escolas desse período, as quais destacam-se no quadro a seguir:

Quadro 7 - Escolas de União na década de 1920

Nome e tipo da escola	Local da escola
Escola Mixta	Zona Urbana – Bairro Centro
Escola para o sexo Feminino	Zona Urbana – Bairro Centro
Escola Federal	Zona Rural – Centro Agrícola David Caldas
Escola Mixta de Novo Nilo	Zona Rural – Novo Nilo
Escola Nuclear da Liberdade	Zona Rural – Liberdade
Escola Singular Gameleira	Zona Rural – Gameleira
Escola Nuclear de Santa Rosa	Zona Rural – Santa Rosa

Fonte: A Autora coletou os dados em: Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Felton Castelo Branco; Mensagens do Governador para a Assembléia (PI), disponíveis em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873233&pesq=Uni%C3%A3o&pagfis=1001>; <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873233&pesq=Uni%C3%A3o&pagfis=1172>

Estas escolas, localizadas por meio dos documentos analisados, ofertavam o ensino primário e funcionavam mediante o número de crianças com idade escolar. Caso não obtivesse a quantidade necessária, a escola era fechada e os alunos e professores remanejados a outras escolas próximas. O espaço de ensino destas escolas, era na maioria das vezes, precários: espaços alugados ou até mesmo nas residências dos professores.

Diante desse cenário, o então governador Mathias Olímpio de Mello, em mensagem à Assembleia estadual, destacou que cidades importantes como União, de população já densa e de economia significativa para o estado, necessitavam possuir grupos escolares. No discurso a respeito, ele reitera:

E essa exigência de todo pronto digna de ser atendida, quanto mais que fala, directamente, aos intimos interesses de cada municipio, de que sois representantes populares, e em que a falta de um estabelecimento centralizador de ensino primario determina atrasos cujas consequencias bem conheceis (Mello, 1927, p. 27).

Desse modo, a aspiração maior do governo estadual era a expansão do modelo de grupos escolares e de escolas reunidas por todo o estado, escolas que centralizassem o ensino, pois esses dois modelos se mostravam mais organizados e propícios ao desenvolvimento do ensino primário. Assim, se compreendia que o retardamento da implantação desses estabelecimentos acarretava grandes atrasos para a educação primária do estado.

De acordo com Lopes (2001), nos anos da década de 1920, a cidade de União vinha sendo reconhecida pelo poder estadual por estar “apresentando dois melhoramentos estreitamente vinculados à modernização do Piauí”, pois estavam investindo na instrução e na abertura de estradas (Lopes, 2001, p. 207). Sobre essa desenvoltura unionense, destaca-se a fala do então governador:

Vae tambem adiantada a construcção de caminhos carroçaveis ligando esta capital a União e Altos. [...] Para a a realização de todos esses trabalhos tem o governo do Estado concorrido em auxilios pecuniarios, sendo que em relação as estradas Therezina – União, Theresina – Altos e Theresina – Livramento, tomou a iniciativa da construcção, encarregando-se do custeio da parte que se desenvolve em território desta capital, edificando as restantes a encargo dos outros municípios e particulares enpenhados, directamente, na effectivação desses melhoramentos valiosos (Ferreira, Mensagem do governador João Luiz Ferreira no dia 01 de junho de 1924, p. 28).

Percebe-se que a construção de caminhos carroçáveis de União à capital Teresina

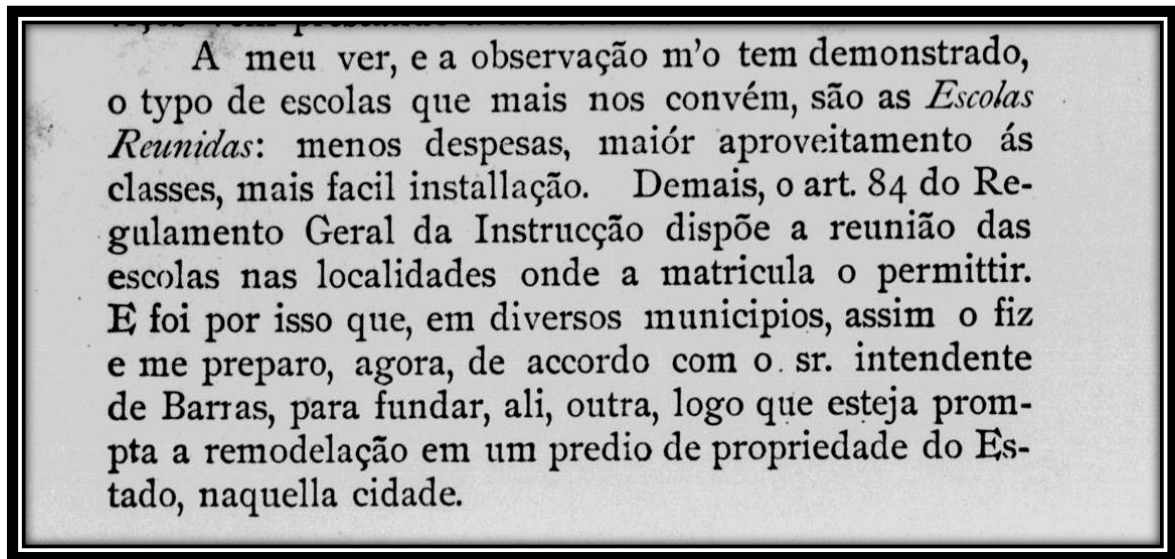
estava sendo custeada por uma parceria dos governos estadual e municipal, o que, aos olhos do governo estadual, se mostrava um meio e um interesse de União de possuir mais uma via de escoamento de produtos, ideias e pessoas, não se limitando à via fluvial do Rio Parnaíba. Essa parceria dos dois poderes também se manifestava na criação de escolas nas cidades piauienses, como destaca Neves (2017):

A lei n. 753 promulgada em 7 de julho de 1913 determinava que seria o governador que autorizava a extinção, permanência ou criação de novas escolas nos povoados. Quando o município pretendesse criar mais escolas e solicitasse a sua fundação ao governador deveria ter contribuído adiantada e anualmente com a cota de 600\$000 mil réis para os cofres do Estado (Neves, 2017, p.74).

A criação de escolas, desse modo, era feita pelo poder estadual, que avaliava quais cidades necessitavam de novas escolas e quais os modelos escolares mais adequados, conforme a quantidade de crianças na faixa etária escolar. Assim, em 1927, ocorreu a criação das Escolas Reunidas Fenelon Castelo Branco, em União, por meio da junção das cadeiras estaduais e da cadeira municipal da época, legalizadas pelo decreto nº 931, de 13 de julho (Piauí, 1927). As escolas receberam esse nome em homenagem ao juiz de direito, jornalista e poeta Fenelon Castelo Branco, que também ocupara o cargo de secretário da Academia Piauiense de Letras, e que falecera no ano anterior.

O modelo escolar de escolas reunidas se configurava em um modelo mais organizado do que os anteriores e mais econômico aos cofres públicos, pois reunia escolas isoladas em um único espaço, mesmo que estes, em sua maioria, ainda não se apresentassem como o padrão desejado, que era almejado na figura do modelo do grupo escolar. Dessa forma, as escolas reunidas eram o modelo adotado em regiões menos habitadas ou como um modelo que devia ser implantado enquanto não se podia instalar o grupo escolar, como aconteceu na cidade de União durante um ano. A respeito das escolas reunidas, o governador Mathias Olímpio de Mello destacou:

Figura 2 - Mensagem do governador em 1926



Fonte: *Imprensa Oficial do Piauí*, 1926, p.46. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720470&pasta=ano%20192&pesq=Grupo%20+%20escolar&pagfis=1394>

Apesar do avanço nos investimentos em implantar escolas reunidas, como foi possível perceber na mensagem de governo de 1926, as autoridades piauienses decidiram por iniciar uma expansão dos grupos escolares em determinadas cidades, como mostra o discurso do então governador Mathias Olímpio de Mello, em 1927:

No interior do Estado, só há, até agora, um grupo escolar: o Miranda Osório, em Parnahyba. [...] Deficientes demais, o número das escolas do interior não corresponde, de alguma forma, às necessidades, cada vez maiores. Precisamos fundar grupos escolares, ou crear escolas reunidas, nas principaes cidades piauienses, notadamente em Floriano, Amarante, União, Oeiras, Piracuruca, Pedro Segundo e Campo Maior, de populações já densas. (Mello, Mensagem do governador Mathias Olímpio de Mello, 1 de junho de 1927).

O interesse da expansão dos grupos escolares emitido na fala do governador acontecia em um cenário de anseios progressistas e de modernização da instrução piauiense, como destaca Melo (2009):

As ideias de progresso que circulavam na sociedade brasileira estimulavam a criação de mais escolas no Brasil e, portanto, o Piauí se insere neste contexto, buscando expandir o ensino primário para a concretização do sonho da universalização da educação (Melo, 2009, p.30).

O ano de 1928, de acordo com Lopes (2001), é um marco no processo de expansão do

modelo de grupo escolar no interior do Piauí, com a criação deste tipo de escola nos municípios de União, José de Freitas, Barras, Campo Maior, Picos e Floriano. Em União, as Escolas Reunidas Fenelon Castelo Branco foram elevadas a grupo escolar, conforme o decreto nº 947, artigo 4, de 23 de janeiro de 1928, “Art 4: As escolas reunidas “Fenelon Castelo Branco”, da cidade de União, ficam elevadas á categoria de Grupo Escolar, com a denominação de “Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco” (Piauí, 23 de janeiro de 1928).

Com a elevação das escolas reunidas a Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, União passa a ser o segundo município do interior do Piauí a implantar este novo modelo, visto pelas autoridades como o modelo ideal para o progresso e o desenvolvimento da instrução piauiense e, conseqüentemente, da população. Com a implantação do grupo escolar na cidade, o ensino primário de União passa, mesmo que a passos lentos, por novas modificações em sua organização e oferta.

2.3 Fenelon Ferreira Castelo Branco: juiz, jornalista, poeta e patrono do grupo escolar

O paraninfo das escolas reunidas de União continuou sendo homenageado quando estas escolas se tornaram grupo escolar, e entender quem foi Fenelon Ferreira Castelo Branco é válido para compreender a sua relevância para a sociedade unionense e piauiense da época, visto suas contribuições jurídicas, sociais e literárias.

Fenelon Ferreira Castelo Branco nasceu em 22 de maio de 1874, no município de Barras, filho mais velho do segundo enlace matrimonial de Manuel Thomaz Ferreira com Maria de Jesus Castelo Branco. Em sua infância, Fenelon foi alfabetizado por sua mãe na fazenda em que viviam, em Barras. Posteriormente, ingressou nos estudos elementares na mesma cidade (Castelo Branco, 2019). Anos depois, estudou no Liceu Piauiense onde cursou os estudos preparatórios para adentrar, como a maioria de seus irmãos mais velhos, no mundo dos estudos do bacharelado em Direito. Ao concluir o preparatório, viajou para Recife (PE) onde ingressou na Faculdade de Direito, graduando-se em 1894 (Castelo Branco, 2019).

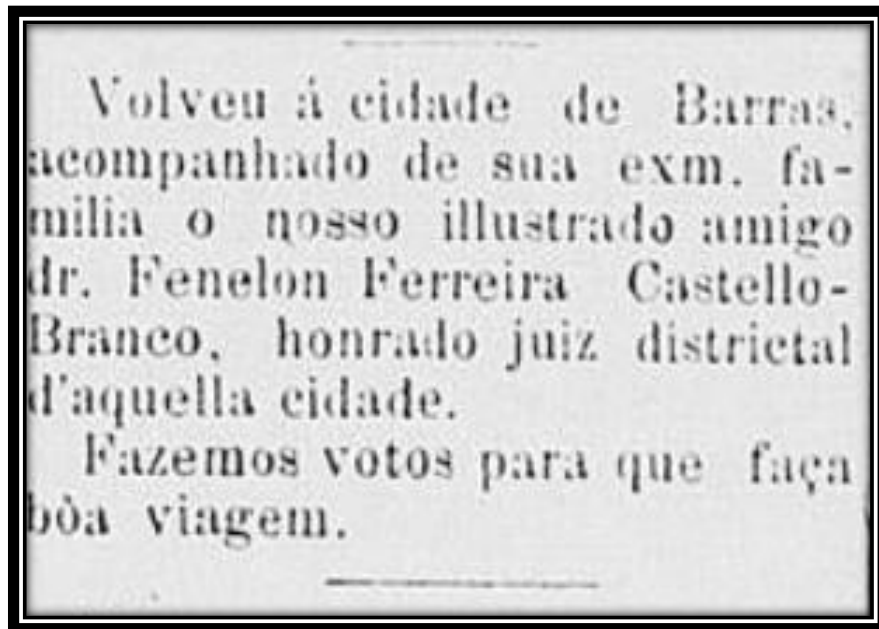
Após concluída a graduação de bacharelado em Direito, Fenelon Ferreira Castelo Branco regressou ao Piauí por breve tempo e, em seguida, mudou-se para o Maranhão, onde trabalhou como promotor nas comarcas das cidades de Barreirinha e Rosário. Anos depois, exerceu o cargo de Juiz de Direito nas comarcas de Mirador, Picos e Pastos Bons (Castelo Branco, 2015).

Fenelon Ferreira Castelo Branco casou-se pela primeira vez em 1901, com sua prima Ana Fortes Castelo Branco, porém neste mesmo ano sua esposa faleceu, com apenas três

meses de matrimônio, causando-lhe uma depressão, que o inspirou a desabafar suas dores em sonetos, futuramente transformados em uma coletânea *Anos de Luto* (1902). Após o momento mais intenso do luto, Fenelon casa-se novamente, com outra prima e antiga cunhada, Lina Fortes Castelo Branco, com quem teve cinco filhos (Castelo Branco, 2019).

Em 1908, Fenelon retornou para trabalhar no Piauí após pedir sua exoneração do Tribunal de Justiça do Maranhão, a fim de estar mais próximo de sua mãe, que se encontrava enferma. No período de 1908 a 1910, reinicia sua carreira de magistratura em Barras, sendo isso relatado no jornal:

Figura 3 - Notícia do regresso de Fenelon Ferreira Castelo Branco



Fonte: Jornal O Piauí, 28 de novembro de 1908, p.6. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=816221&pesq=Grupo%20+%20escolar&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=116>

O regresso de Fenelon para a cidade banhada pelo rio Marataoã é noticiado pelo jornal, que o adjetiva como “ilustrado amigo” e “honrado juiz distrital”. A notícia, que se encontrava na área do jornal que descrevia sobre a vida de pessoas das classes alta e média da sociedade piauiense, possivelmente não foi anunciada no mesmo momento em que Fenelon se mudou, pois já o descreve como juiz do distrito da cidade. De acordo com Homero Castelo Branco (2019), a decisão de Fenelon de abandonar sua carreira no Maranhão gerou repercussão no Piauí, o que nos ajuda a entender o porquê da notícia no jornal. Sobre isso, o autor reitera:

A atitude de exonerar-se de uma carreira promissora no Maranhão repercutiu nos meios políticos do Piauí. Anísio de Abreu, então governador, chamou-o em Teresina e o nomeou juiz distrital de Barras, seu torrão natal. Aceitou, porém, na condição de não se afastar de sua mãe. Assim, desempenhou a função até 1909, residindo em União, onde abriu um colégio, dividindo seu tempo entre o juizado e a educação da mocidade (Castelo Branco, 2019, p. 37).

O trecho acima, da biografia de Fenelon produzida por Homero Castelo Branco, traz uma colocação interessante – a fundação de um colégio por Fenelon Ferreira Castelo Branco. Porém, apesar de não termos tido contato com os arquivos pessoais do magistrado, não encontramos em jornais ou fontes governamentais nenhuma menção de um colégio particular em União fundado por ele, o que impossibilitou o cruzamento de fontes para discorrer sobre essa informação.

Mesmo atuando na cidade de Barras, Fenelon Ferreira Castelo Branco também adquiriu residência na cidade próxima, União, onde sua mãe residia, terra que estimava muito, a ponto de atuar em jornais e revistas da época, criticando situações sociais e políticas unionenses. Na revista *União por Dentro*, ele escreve usando o pseudônimo João Eliziário, fato sobre o qual Medeiros (2013) destaca:

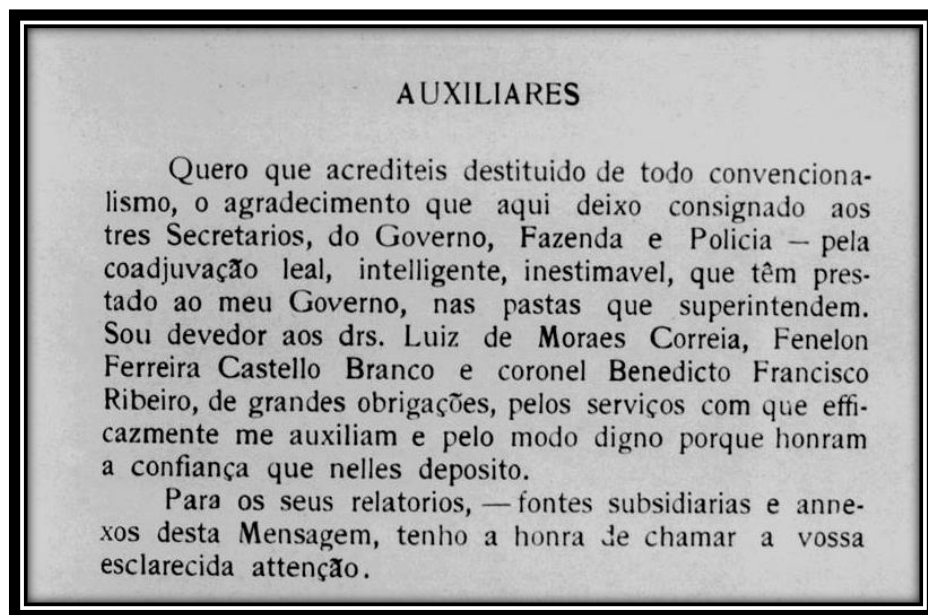
Fenelon Castelo Branco [...] nos permite com os poemas da revista “União por dentro”, desvendar o universo da cidade de União através de sua produção literária na Primeira República e entender como essas questões foram afetadas pelo horizonte técnico do período em questão. As novas conquistas tecnológicas como, os navios a vapor, os telégrafos e as tentativas industriais afetam a forma literária que acaba absorvendo a representação de artefatos industriais. Esse movimento pode ser percebido no título da revista, “União por dentro”, no qual percebemos uma necessidade de inserir a referida cidade nas questões de modernização que adentravam o cenário brasileiro, que associadas à trajetória de vida profissional do referido autor são importantes para uma melhor compreensão das configurações históricas do período estudado (Medeiros, 2013, p. 7).

Além da revista *União por Dentro*, Fenelon Castelo Branco também escreveu para outros periódicos, como o jornal *O Estanhado* e o jornal *Vim-Vim*, este último de sua fundação, onde escrevia críticas, a maioria em formato de sonetos, descrevendo semanalmente o cotidiano unionense, sua política de dois extremos, e seu espaço urbano, que dizia precisar de modernidade e limpeza. Dentre esses sonetos, destacam-se: O Chefe Local; A Ponte da Raiz; A Limpeza pública; O cemitério Público; O Matadouro.

Em 1912, o governador Antonino Freire da Silva nomeou Fenelon Ferreira Castelo Branco como juiz de Direito de Floriano. O magistrado e jornalista aceitou a nomeação, pois

o motivo maior que o prendia em União era sua mãe, Maria de Jesus, que falecera em 1910. No governo de Miguel de Paiva Rosa (1912-1916), Felon foi indicado pelo vice-governador Raimundo Borges da Silva ao cargo de Secretário de Estado da Polícia, assumindo o cargo por meio do decreto de 1º de julho (Imprensa Oficial, 1913, p.56). A respeito do seu trabalho como “Chefe da Polícia”, como assim era chamado quem desempenhava o cargo de secretário de estado da polícia, o governador reconheceu seus bons serviços, como demonstra o discurso de 1914:

Figura 4 - Mensagem do Governador no ano de 1914



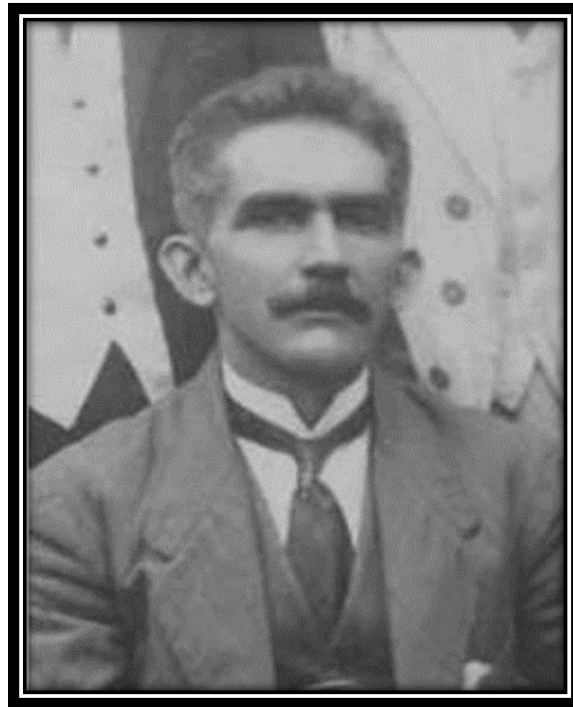
Fonte: Imprensa Oficial, 1914, p.69. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720470&Pesq=auxiliares&pagfis=793>

Alguns anos depois, Felon Ferreira Castello Branco pediu exoneração do cargo e, o então governador Raimundo Borges da Silva, o nomeou para uma das varas de Teresina, onde trabalhou até os anos finais de sua vida. Mesmo atuando em Teresina, Felon Ferreira Castello Branco continuava exercendo sua outra profissão, a de jornalista e poeta, escrevendo para os periódicos de União que, segundo Medeiros (2013), também circulavam na capital, Teresina.

Na fotografia a seguir, Felon Ferreira Castello Branco posa para a câmera com semblante simples e sério, usando roupas sociais que lhe eram usuais, sendo descrito por Lucídio de Freitas não apenas como um jurista, mas também como “um poeta de surtos colossais” (Castelo Branco, 2015, p. 94).

Figura 5 - Fotografia de Fenelon Castelo Branco



Fonte: Academia Piauiense de Letras

Além de suas contribuições no ramo jurídico no Piauí e Maranhão, Fenelon Ferreira Castelo Branco foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras (APL), sendo seu primeiro secretário e ocupando assento na cadeira nº3. Este reconhecimento e participação na APL se deu por suas obras poéticas, como a coletânea de trinta e cinco poesias intitulada *Anos de Luto* (1902) e seu trabalho como jornalista na revista *União por Dentro*, usando o pseudônimo João Elizário. Na fotografia a seguir, a mesma utilizada anteriormente, porém sem recorte, Fenelon Castelo Branco está ao lado dos confrades da Academia Piauiense de Letras, sendo os que estão em pé, da esquerda para a direita: Jônathas Batista; Celso Pinheiro; Lucídio Freitas; Antônio Chaves; Benedito Aurélio de Freitas; Édison da Paz Cunha. E os que estão sentados, da esquerda para a direita: Fenelon Ferreira Castelo Branco; Clodoaldo Freitas; Higino Cunha e João Pinheiro.

Figura 6 - Membros da Academia Piauiense de Letras (APL)



Fonte: Castelo Branco (2019)

Diante dessa relevante atuação de Felon Ferreira Castelo Branco na Academia Piauiense de Letras, dos seus trabalhos jurídicos nos estados do Maranhão e Piauí, e de sua partida precoce aos 52 anos, ele foi homenageado em 1927 com a decisão municipal de nomear as escolas reunidas da cidade de União com o seu nome. Posteriormente, quando as escolas reunidas se tornaram um grupo escolar, o nome permaneceu a fim de prosseguir com a homenagem.

2.4 Grupo Escolar Felon Castelo Branco: um novo modelo de escola para União

Com a elevação das escolas reunidas a Grupo Escolar Felon Castelo Branco, União passou a ter em sua rede de ensino um novo modelo escolar, visto pelas autoridades como o mais adequado para a superação do atraso educacional. Devido à sua organização, o grupo escolar “era apresentado como arrojado, moderno e competente” (Lopes, 2001, p.110). Com a ascensão dos grupos escolares, muitas formas de tratar a instrução foram reformuladas, como o papel do professor e a pedagogia escolhida para nortear as práticas pedagógicas. A respeito disso o Departamento de Instrução Pública indicava:

O ensino primário será, assim, sobretudo educativo: prático e concreto, o mais possível integrado ao meio físico e as necessidades sociais, baseado em programas que que estimulem o interesse infantil, devendo os professores encaminhar as lições de modo a incitar as faculdades mentais e morais do aluno para um desenvolvimento gradual, principalmente da observação e do raciocínio. Dever-se-ão, no ensino primário, adotar as conquistas positivas da escola nova: lições variadas, concisas, vividas, deixando sempre o educando a iniciativa de adquirir os conhecimentos por si, reservando ao professor o papel de guia esclarecido e metódico (Piauí, Departamento de Instrução, 1932, p. 3).

Percebe-se que não há referências às práticas usadas em anos anteriores, como palmatórias e práticas pedagógicas que distanciavam o aluno do assunto estudado, o que leva as autoridades de ensino a indicar a pedagogia da Escola Nova nos espaços escolares, uma abordagem que propõe a participação ativa do aluno, valorizando assim sua individualidade. Ademais, com o grupo escolar, a escolarização não estaria centralizada na figura do professor, mas contaria com um grupo de funcionários bem divididos, os quais eram: professores, diretor(a), zelador(a) e porteiro.

Além dessa hierarquia dos funcionários públicos, o grupo escolar também permitia organizar a docência em torno de séries escolares, que eram divididas de acordo com a idade escolar das crianças ou o nível de conhecimento. Desse modo, as salas multiseriadas, onde o professor ensinava diversos assuntos a várias crianças de diferentes níveis, foram substituídas pelo ensino seriado e sequencial (Vidal, 2006).

2.5 “O pesado, mas nobilíssimo sacerdócio do magistério primário”⁵: A figura e atuação das normalistas no grupo escolar.

Com a expansão gradativa dos grupos escolares no Piauí, as autoridades governamentais passaram a intensificar as exigências por qualificação dos professores que atuavam nestes estabelecimentos. Desde 1910, com fundação da Escola Normal, o governo buscava “promover a superação do que era definido como ‘incompetência dos docentes’”, visto como a principal causa do atraso escolar piauiense (Lopes, 2001). Sendo assim, era incubido aos professores, sobretudo as professoras normalistas, a responsabilidade e a pesada obrigação de modernizar o ensino primário com suas próprias mãos. Conforme Lopes (2001):

⁵ A frase “O pesado, mas nobilíssimo sacerdócio do magistério primário” foi retirada do discurso feito pela diretora Maria Castello Branco Medeiros na solenidade de inauguração do prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo, em 1938. Tal discurso se encontra na página 76 do livro *História de Uma Vida – Memórias*, publicado em 1991, de autoria da mesma diretora.

Concebida estreitamente vinculada ao projeto de modernização das escolas primárias, a formação que a Escola Normal Oficial ministrava revelava o ideal de escola primária a ser implantado. O objetivo dessa escola era formar docentes competentes para a implantação de um novo modelo educacional público e o estabelecimento de uma nova competência profissional: tratava-se do grupo escolar (escola primária por excelência) e da docente com escolaridade específica para esse fim (Lopes, 2001, p. 41).

Muitas das professoras normalistas deste período ingressavam na Escola Normal por meio de bolsas de estudos que os municípios doavam, a fim de que, depois de formadas, as moças voltassem à terra natal e atuassem nas escolas mediante seus aprendizados (Lopes, 2011). Um exemplo dessa parceria entre municípios e futuras normalistas aconteceu com a professora Maria Castello Branco Medeiros, que foi contemplada com uma bolsa. Sobre isso, ela relata em seu livro de memórias:

A bolsa de estudo era de 200 mil réis, fornecida pelo comerciante Domingos, mediante um recibo, visado pelo Diretor. Pagava 60 mil réis de pensão com roupa lavada e gomada, e o restante era para brincadeira e alguns remédios, que graças a Deus quase não precisava. A roupa de uso vinha de casa, a farda do colégio, como era naquele tempo. Sapatos, meias, livros, papéis, canetas, tinta, lápis, borracha, cadernos, aula particular, quando precisava, eram fornecidos pelo Estado, com a autorização do Dr. Anísio (Medeiros, 1991, p. 15).

Através dessa bolsa e de todo o amparo que ela proporcionou para o estudo, Maria Castello Branco Medeiros conseguiu se formar na Escola Normal Oficial, em Teresina, no período de 1924 a 1927, e no findar do curso regressou a terra natal, Parnaíba, como previsto. Entretanto, ainda durante o curso, o Dr. Anísio de Brito Melo, então diretor-geral de ensino, expôs a ela os planos para a criação de um grupo escolar em União (PI) e a convidou para fazer parte do corpo docente, que necessitaria de normalistas. O que, para ela, naquele momento, seria algo que não desejava, como destacou em sua resposta:

Fiquei revoltada e respondi logo: - Prefiro receber o diploma num dia e no outro botar uma trouxa de roupa na cabeça e ir lavar roupa no rio Parnaíba, do que ser professora naquela terra. Mas para quebrar meu orgulho, a arrogância, o convencimento, não sei bem dizer, fui ser professora em União. E para completar, Diretora. (Medeiros, 1991, p. 20-21)

O relato da professora normalista Maria Castello Branco Medeiros mostra sua inconformidade com o convite, ou melhor, decisão do diretor-geral de educação de encaminhá-la a terras unionenses, o que demonstra que as localizações das professoras

normalistas eram, em sua maioria, influenciadas pelo Departamento de Ensino, que, mediante as necessidades das cidades, indicava quais professoras seriam ideais nessas transferências e encaminhamentos.

Apesar do convite feito pelo Dr. Anísio de Abreu, a normalista Maria Castello Branco Medeiros voltou a cidade de Parnaíba depois de formada e ingressou no Grupo Escolar José Narciso, onde trabalhou por um ano antes de ser oficialmente transferida ao recente grupo escolar de União. Essa realidade de transferências de professoras normalistas de uma escola a outra era recorrente, conforme as fontes estudadas. A vida das normalistas era marcada por essa dedicação ao magistério que, por muitas vezes, levava a mudanças repentinas. Sobre esse estilo de vida social das normalistas piauienses, Sousa (2009) destaca:

O preço dessa autonomia dessas jovens professoras era a solidão resultada do afastamento geográfico de seus familiares. O espaço social que ocupariam dali por diante era diferente de outras mulheres de sua geração. Os sapatos altos e as roupas elegantes enunciavam certa condição econômica, difícil de manter. Como “moças diferentes da cidade”, pela renda que possuíam e pelos novos conceitos, atraíam a atenção de toda uma população, recebendo também propostas de casamento com rapazes de famílias ricas, iniciando, a partir de então, o seu entrelaçamento com o poder (Sousa, 2009, p.101).

Esta percepção social das normalistas era predominante em todo o território piauiense. As jovens formadas na Escola Normal Oficial eram vistas de modo distinto no meio social, afinal, as normalistas passaram a trabalhar fora do ambiente doméstico, recebiam seus próprios salários que, apesar de serem inferiores a muitos ordenados destinados aos diversos profissionais homens, ainda assim garantiam a elas um meio de sobrevivência e diferenciação social nas comunidades que estavam inseridas. Um exemplo dessa diferenciação pode ser visto na notícia do jornal Gazeta de 1943, em uma seção especial:

Figura 7 - Notícia jornalística sobre a professora normalista Aldenora Sampaio Siqueira



Fonte: Jornal Gazeta, 13 de fevereiro de 1943, p.48.

Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830402&pasta=ano%20194&pesq=Grupo%20+%20escolar&pagfis=1678>

A notícia destaca o êxito da normalista Aldenora Sampaio Siqueira, que, depois de exercer docência no grupo escolar de União, foi nomeada, por meio de um classificatório, para trabalhar no Grupo Escolar Gabriel Ferreira. Tal fato foi destacado pelo jornal como algo digno de nota, que devia ser merecidamente reconhecido e ressaltado.

Em conjunto com o prestígio social, as normalistas também eram cobradas pelo pleno funcionamento das escolas e pelo desempenho das crianças atendidas nos estabelecimentos de ensino estaduais, permanecendo, injustamente, na figura do professor o maior responsável pela situação do ensino público piauiense. A respeito das responsabilidades do professor primário, a Diretoria Geral de Instrução Pública de 1932 reafirmava:

Para a formação do caráter do educando, que será preocupação real do professor, ele investigará a feição moral do aluno, não só indagando os pais ou responsáveis quais as suas tendências e hábitos, como também observando a criança na classe, no recreio, entrada e saída e, ainda em suas mútuas relações. Para a formação do homem socializado, que é o escopo

imediatamente visado na escola, o professor transformará as suas lições em centros de interesse coletivo, em que salientem, com exatidão, as complexas necessidades do meio ambiente, com as soluções respectivas, melhormente aconselhadas (Piauí, Diretoria Geral de Instrução Pública, 1932, p.1).

Nota-se que todas as exigências da diretoria em prol de uma formação adequada recaíam sobre os professores. Seriam eles os principais responsáveis pelo mau ou bom desempenho dos alunos no curso primário, assim como pela sua formação cidadã esperada. As autoridades de ensino almejavam que o espírito de "homem socializado" fosse forjado nos estudantes do grupo escolar, sendo algo imposto pelos professores, que deviam educar de tal forma que os costumes e hábitos trazidos de casa pelos alunos fossem questionados e, se necessário, adequados aos novos moldes de comportamento do espaço escolar e social em que estavam inseridos.

2.6 De escola improvisada a “templo de civilidade”: os prédios do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco

Os grupos escolares do Piauí, assim como os de outras regiões do país, constituíram-se como uma realidade urbana, com o objetivo de tornar a escola acessível aos habitantes das áreas centrais das cidades. Na cidade de União, o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, criado em 1928 pelo decreto nº 947, artigo 4, de 23 de janeiro de 1928, também foi implantado na região central do município. No entanto, durante os primeiros dez anos de funcionamento, o grupo escolar de União não possuía prédio próprio, assim como a maioria das escolas criadas no ano de 1928, no interior do estado. Durante os primeiros anos de atuação, o grupo funcionou em casas alugadas, como descrito nas memórias de Maria Castello Branco Medeiros (1991):

O grupo funcionava numa casinha à rua Anfrísio Lobão; depois de 2 anos passou para uma outra na praça da Igreja. Passado uns 3 anos, foi para uma casa melhor do Cel. Anfrísio Lobão, à Praça Getúlio Vargas. Finalmente, depois de uma boa temporada foi para um prédio próprio, na mesma praça (Medeiros, 1991, p.22).

Percebe-se, através do relato testemunhal da professora Maria Castello Branco Medeiros, que o grupo escolar mudou de local algumas vezes. Isso se deu por conta das péssimas condições de infraestrutura que os casarões alugados possuíam, sendo locais inapropriados ao funcionamento pleno de uma instituição escolar. A situação do prédio do grupo escolar de União é descrita no discurso do governador da época:

Ao assumir o governo, encontrei no interior do Estado apenas 5 grupos, como vereis do relatório do Director Geral da Instrução Pública: dois em Parnayba, um em União, um em Barras e um em Livramento. Destes, apenas os dois de Parnaíba e o de Barras tinham instalações congruas e frequência satisfatória. O de União funcionava num prédio absolutamente impróprio ao fim destinado e nem mesmo carteiras dispunhas. As poucas que nelle existiam estavam estragadas. Por solicitação minha o sr. Intendente municipal alugou e adaptou vasto prédio, concertou os móveis existentes e adquiriu novos. (Leal, mensagem do Governador João de Deus Pires Leal, 1929, p.63)

Por meio da fala do então governador João de Deus Pires Leal, percebemos que, embora o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco tenha sido inaugurado recentemente, ele não apresentava condições mínimas para um funcionamento ideal, o que chamou a atenção da autoridade estadual para a situação. Esse descaso com a infraestrutura e com os recursos essenciais evidencia que as inaugurações de estabelecimentos de ensino nos municípios nem sempre atendiam às condições necessárias para o pleno uso por parte dos alunos e demais funcionários.

Ademais, na fala do governador, ele destaca que solicitou ao Intendente Municipal o aluguel de outro prédio e a sua adaptação para o uso escolar, assim como o conserto e a compra de itens de mobiliário. Assim, esse foi um exemplo da parceria entre os governos estadual e municipal no que diz respeito à instrução primária, sendo as decisões, em sua maioria, tomadas pelo estado, com o poder municipal atuando como implementador dessas alterações, com ou sem auxílio financeiro do estado.

Com as melhorias feitas nos prédios adaptados, o governador, em relatos posteriores, defende que esta parceria do governo municipal e estadual permitiu a ampliação do espaço escolar e, conseqüentemente, houve um aumento do número de matrículas, como é destacado na mensagem do ano de 1929:

O interesse assim demonstrado pela instrução por parte dos governos estadual e municipaes, ecoou promissoramente no espírito público, dando em resultado um sensível aumento de matricula em todas as escolas do Estado. Em União, por ex, ela era de 68 alunos e atingiu, este ano, de início, a de 126 (Leal, mensagem do governador João de Deus Pires Leal, 1929, p.63).

O aumento do número de matrícula, segundo as autoridades, foi ocasionado por melhorias estruturais implementadas pela coligação dos dois governos citados. Entretanto, o fato de que o grupo escolar de União ainda não possuísse prédio próprio mas desenvolvia seu ensino em prédios improvisados fazia com que problemas estruturais ainda persistissem. Em 1932, a diretora do grupo transcreve um ofício ao Director Geral da Instrução a respeito da

situação do estabelecimento:

Ofício nº 4: Ao Sr. Diretor Geral da Instrução Pública, nos seguintes termos:
 - Respondendo a vossa circular de 16 do mês p. findo, informo: 1_ A Casa onde funciona o Grupo Escolar “Fenelon Castelo Branco” pertence ao Dr Anfrísio Lobão Veras Filho; 2_ É alugada; 3_ O aluguel mensal é de 100\$; 4_ Foi alugada pelo município, na administração do Sr. Filinto do Rêgo Monteiro; 5_ Não existe contrato escrito; 6_ Tem condições higiênicas e disposição para os fins que está servindo; 7_ Uma ligeira modificação no prédio o adaptará, com vantagens, às boas condições higiênico-pedagógicas (Livro de Registro do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p.3).

No ofício emitido pela diretora do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, ela esclareceu que, apesar de a casa alugada possuir condições higiênicas para o funcionamento, ainda havia a necessidade de mais modificações no prédio, o que acarretaria em melhores condições para a oferta do ensino. Neste momento, ainda não havia registros sobre pedidos ou pretensões por parte do poder estadual para a construção de um prédio próprio, apesar de sua necessidade.

No ano de 1933, a diretora do grupo escolar encaminhou novos pedidos para ajustes e concertos no prédio alugado e adaptado, e em resposta a um desses pedidos, a Diretoria Geral da Instrução Pública, na pessoa do Diretor Benedicto Martins Napoleão, entra em contato com a Prefeitura Municipal de União para que resolvesse o impasse, como o ofício a seguir destaca:

Teresina, 3 de abril de 1933. Sr Secretário: Tomo a liberdade de solicitar as vossas providências, junto à Prefeitura Municipal de União, no sentido de serem mandadas tirar goteiras e concertar uma porta do G.Escolar “Fenelon Castelo Branco” que se encontra caída (Piauí, Diretoria de Instrução, ofício nº 643, 3 de abril de 1933).

O ofício acima solicitava à Prefeitura Municipal de União a restauração urgente de uma porta do prédio do grupo escolar e a retirada de goteiras no teto, o que demonstra também que todo reparo no prédio escolar, seja de pequeno ou grande porte, deveria ser previamente solicitado ao governo estadual que, na maioria das ocasiões, repassava ao governo municipal a incumbência da resolução.

De acordo com as descrições do livro de memórias da professora Maria Castello Branco Medeiros (1991) e do livro do historiador Danilo José dos Reis Batista (2021), um dos prédios alugados descrito nas fontes seria residencial, localizado na Rua Anfrísio Lobão, no bairro Centro, próximo à Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios:

Figura 8 - Casarão que foi alugado para o funcionamento do grupo escolar



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Na fotografia do prédio, podemos perceber que a estrutura original foi parcialmente preservada e que o casarão transparece não ter espaço suficiente para a quantidade de alunos que estudavam no grupo escolar nos primeiros 10 anos de funcionamento. A arquitetura do casarão possui traços da arquitetura colonial. Historiadores unionenses, como Batista (2021), estimam que o prédio foi construído nos primeiros anos do século XX.

O interesse pela construção de um prédio próprio para o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco ocorreu no final da primeira década de existência da instituição, durante os governos de Leônidas de Castro Mello (governador do Piauí) e Filinto do Rêgo Monteiro (prefeito de União). De acordo com Batista (2023), a cidade de União já vinha sendo auxiliada pelo governo do estado com outras obras urbanas a fim de criar uma “nova cidade”, mais moderna, por meio de obras urbanísticas significativas, como o calçamento de importantes vias, a criação da Usina Elétrica, a urbanização de embarque e desembarque nas zonas “portuárias” do rio Parnaíba, entre outras.

A respeito da criação do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, é válido mencionar que desde 1929 o governo estadual aconselhava os municípios que desejassem ter grupos escolares que era “preciso, apenas, que alargueis as dotações ornamentárias” (Piauí, 1929), o que demonstra que, apesar de as construções dos prédios escolares serem custeadas pelo governo estadual, este, por sua vez, requeria dos governos municipais um repasse e auxílio antecipado por meio das arrecadações.

Durante o governo de Landry Sales Gonçalves (1931-1935), o poder estadual demonstrava-se insatisfeito com o quadro de escolas instaladas em locais improvisados, em sua maioria em casas privadas e/ou casarões alugados, e iniciou um processo de construção e reforma de vários prédios públicos, em especial no setor da Educação, como a construção do prédio do Liceu Piauiense em 1934. Ademais, no decorrer deste governo, que foi presidido nacionalmente por Getúlio Dornelles Vargas, foi legalizada a Reforma do Ensino Primário de 1933 e também foi instituído, por meio da Constituição de 1934, a criação do Departamento das Municipalidades. De acordo com Melo (2009), este departamento mediava a relação dos governos estaduais e municipais, sobretudo no que se refere ao financiamento da Educação.

No governo seguinte, chefiado por Leônidas de Castro Mello, a pauta da construção de prédios escolares e o seu custeio permaneceu, assim como o desejo de expandir essas construções a outros municípios do estado. É válido destacar que Leônidas de Castro Mello assumiu o posto de governador do Piauí em 1935 e foi nomeado por Getúlio Dornelles Vargas como interventor estadual em 1937, conforme a nova política ditatorial do Estado Novo, permanecendo no cargo até o ano de 1945. Durante os dez anos de governo Leônidas de Castro Mello, houve um destaque na educação por inúmeras construções públicas por todo o estado, mas também por ser um governo de caráter autoritário.

No cenário municipal, a saber, em terras unionenses, a figura do interventor municipal Filinto do Rêgo Monteiro partilhava dos mesmos viéses políticos de Leônidas de Castro Mello e de Getúlio Dornelles Vargas, e, por meio de parcerias entre os poderes, Filinto do Rêgo Monteiro buscou modernizar a cidade de União com inúmeras obras públicas. De acordo com Batista (2023), obras como a Usina Elétrica de União, o matadouro público, o prédio da prefeitura, a primeira biblioteca pública, importantes pontes na zona rural e o prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco emergiram no mandato de Filinto do Rêgo Monteiro.

A respeito do uso das obras públicas como símbolo de poder, podemos relacionar o que Foucault (1982) aborda sobre o estudo da relação da arquitetura de prédios, sobretudo os prédios escolares, e o simbolismo do poder vigente:

Seria preciso fazer uma “história dos espaços” — que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” — que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar; passando pelas implantações econômico-políticas (Foucault, 1982, p. 212).

A respeito da construção do prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco percebe-se, conforme análise das fontes escritas, que a edificação fazia parte dos projetos do governo do estado, pois a Educação era vista como a propulsora de novas mudanças na sociedade brasileira e piauiense. Desde o início do regime republicano, a escola seria o lugar de transformações sociais, como explica Souza (1998):

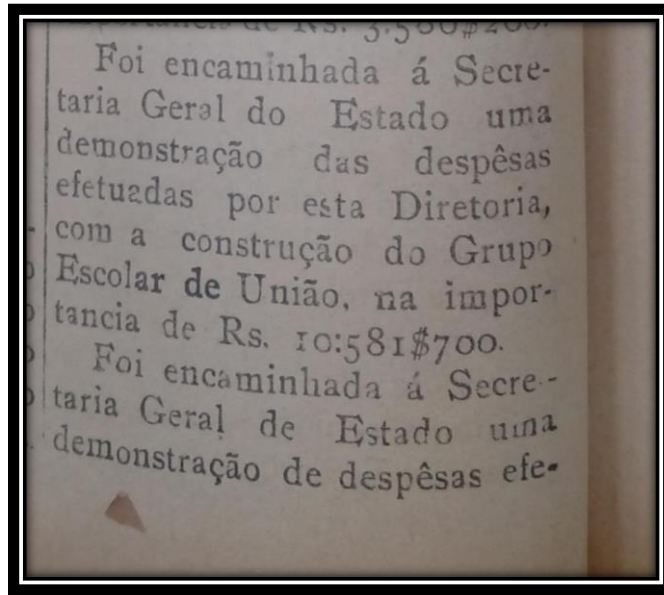
Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação. A escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos; por isso, os grupos escolares tornaram-se um símbolo. Era preciso torna-los evidentes, exibi-los, solenizá-los! (Souza, 1998, p. 14).

De acordo com Melo (2009), o projeto dos prédios grupos escolares do Piauí deste período, final da década de 1920, foi elaborado por Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, engenheiro civil e Diretor de Obras Públicas, que fez um plano de construção de grupos escolares para que a autoridade municipal que solicitasse a construção de um grupo já recebesse o projeto do edifício. Segundo o relato de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, coletado pela Fundação CEPRO, e exposto na escrita de Melo (2009), na página 52, a prefeitura recebia a planta do grupo escolar e edificava a escola, recebendo geralmente o valor da metade do custeio da obra ou trinta mil contos de réis. Todavia, além do custo com a construção, era necessário a compra do terreno, que no caso do grupo de União foi oficializada em 1937, conforme descrito no Diário Oficial de 1937:

<Pague se em termos> Ofício do sr. Diretor de Obras Públicas, solicitando providências no sentido de ser autorizado, por telegrama, ao sr. Exactor Estadual de União, a assignar a escriptura de compra, pelo Estado, pela quantia de 5:00\$000, de um terreno, pertencente ao sr. Waldemar Napoleão do Rêgo, situado á praça Thomaz Gonçalves daquela cidade onde será construído o Grupo Escolar (Piauí, Diário Oficial. 7 de outubro de 1937, p. 2).

No ano seguinte, em 1938, com a compra do terreno já realizada, o governo estadual, por meio do Diário Oficial, apresentou o encaminhamento do valor que estava sendo gasto com a construção do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco:

Figura 9 - Mensagem do Diário Oficial sobre o custeio da construção do prédio escolar



Fonte: Diário Oficial, 10 de agosto de 1938, p. 6

Percebe-se que no caso do grupo de União só foi gasto pelo governo estadual um pouco mais de 10 mil contos de réis, o que pode indicar a possibilidade de que o governo municipal custeou o restante do valor da construção, que acreditamos ter sido em torno de cinquenta mil contos de réis, conforme os cálculos que o engenheiro Luís Mendes apresentava como padrão para uma construção como esta (Melo, 2009). A possibilidade de a prefeitura de União ter reembolsado o restante do valor demonstra o quanto o prefeito prezava por esta obra, sendo adjetivado durante a solenidade de inauguração do prédio no discurso da diretora do grupo como “o maior dos obreiros”:

Srs., cabe-nos também esta hora de justas alegrias e doces emoções uma dívida de gratidão. E o credor desta dívida Sre., é o Cel Filinto do Rego Monteiro, digníssimo Prefeito Municipal. Pela sua operosidade funcional, pelo seu dinamismo, pelo seu patriotismo, em suma, já se impôs ao Cel. Filinto a eterna estima dos filhos de União. Agora, porém, com a inauguração deste prédio, que era um dos maiores sonhos, e do qual foi um dos maiores, senão o maior dos obreiros, torna-se também credor da imorredora gratidão dos seus conterrâneos. A ele, portanto, em testemunho, os nossos vibrantes aplausos, de par com o nosso sincero agradecimento e reconhecimento. (Medeiros, 1991, p77)

As construções públicas, tanto para o presidente Getúlio Vargas quanto para os interventores estaduais e prefeitos municipais, eram de grandes significados para suas carreiras políticas, pois as obras levavam seus nomes nas placas de inauguração e na

mentalidade do povo, o que os favoreciam no mundo da política e no histórico que gostariam de deixar. Outrossim, estas edificações, pontes, praças, eram construídas a fim de representar o regime vigente, buscando expor, por meio destas, o poderio da Nação, do estado e do município. No que diz respeito a construção de grupos escolares no Piauí, Melo (2009) destaca:

[...] a construção dos grupos escolares acelera e modifica o tempo, e tais mudanças só são possíveis de serem entendidas em um processo de urbanidade, atentando para o fato de que os prédios escolares construídos podem ter dado início a várias cidades piauienses, no sentido de uma dinâmica, que acelera o tempo (Melo, 2009, p.62)

Além da importância que o prefeito dava a essa construção para o grupo escolar e para sua própria carreira política, o prédio também significava muito para população unionense que, assim como a população piauiense em geral, via nos prédios do grupo um símbolo de futuro. A respeito disso, Melo (2009) destaca:

A expansão dos prédios escolares nas décadas de 30 e 40 do século XX pelo sertão piauiense enchia de esperanças de dias melhores homens e mulheres de cada lugar onde se constituía uma escola. Os pais passavam a acreditar que seus filhos teriam um destino diferente dos seus, não seriam marcados pela estiagem, o ser-tão seco que forjou uma mentalidade pelas inconstâncias da natureza, que às vezes era mãe e enchia de alegria e cor todos os pratos e desejos, outras vezes era só penúria, melancolia, da terra-seca, da mata-seca, dos animais mortos de magros (Melo, 2009, p.34)

De acordo com Souza (1998), os grupos escolares eram essencialmente prédios urbanos e deviam apresentar uma arquitetura majestosa, e por isso deviam ser instalados em áreas que os valorizassem. A respeito disso ela acrescenta:

[...] O grupo escolar fazia parte desse conjunto de melhoramentos urbanos, tornando-se denotativo de progresso de uma localidade. Ele era um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita. Entende-se, dessa forma, por que esses estabelecimentos de ensino passam a fazer parte dos interesses de diferentes grupos sociais e tornam-se um elemento de disputa política (Souza, 1998, posição 419).

O Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco foi construído em uma área central da cidade de União (PI), em frente à praça Thomás Gonçalves, que posteriormente foi renomeada como Praça Getúlio Vargas, sendo oficialmente inaugurada em 1939 (Batista, 2023). A praça representava para a cidade um importante espaço de socialização, onde a

população passeava, e onde as escolas costumavam comemorar datas festivas, como as festividades do Dia da Pátria e do Dia da Árvore, além de acompanhar procissões religiosas. A praça, que um dia foi nominada Praça Thomás Gonçalves e posteriormente renomeada Praça Getúlio Vargas, era mais conhecida pelo povo unionense como “praça do Fenelon”, devido ao fato de o grupo escolar estar defronte a ela. A fotografia a seguir registra momentos de descontração da população na Praça Getúlio Vargas, na década de 1970:

Figura 10 – Unionenses na Praça Getúlio Vargas



Fonte: União do Passado
Créditos: Lúcia Heleno Melo

O coreto⁶, exposto na fotografia acima, localizado na parte central da praça, era palco de apresentações da banda de música da prefeitura e de outras manifestações culturais e cotidianas da população unionense, como os passeios do fim da tarde e noite, e de encontros de amigos e casais de namorados que conversavam sentados nos bancos do jardim e/ou no coreto da praça.

⁶ Pavilhão erguido em praças ou jardins públicos para apresentações políticas ou culturais.

Figura 11 - Praça Getúlio Vargas vista de cima



Fonte: Piquete Explorador.

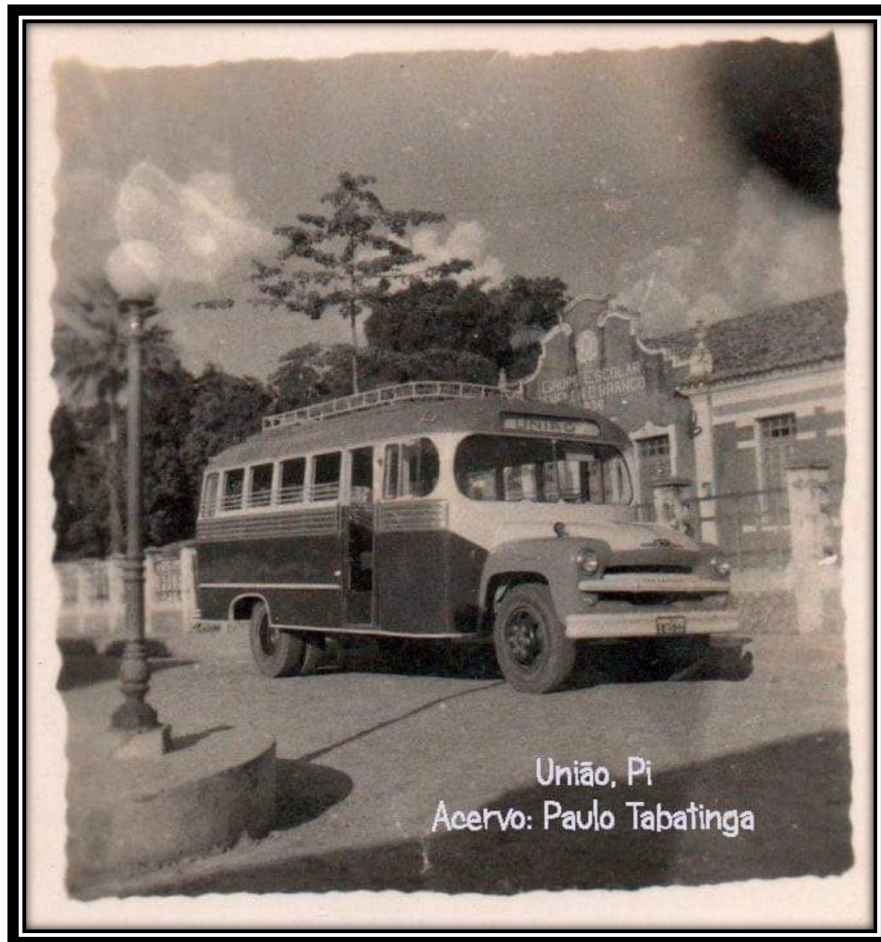
Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bvc5bLqn0t-/?igsh=Z3M3dHhla3gwN2E=>

Créditos: Prefeitura Municipal de União

Na fotografia acima, a Praça Getúlio Vargas é destacada, tendo, ao lado esquerdo da imagem, o muro do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco. A praça é bem arborizada, e algumas das árvores que aparecem na fotografia, de acordo com a documentação escrita do grupo escolar, foram plantadas pelos alunos e professores durante festividades como o Dia da Árvore.

O prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco simbolizava a modernização do centro urbano de União (PI), demonstrando a presença do Poder Público e sendo um dos prédios mais importantes da cidade, juntamente com a Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios e outros casarões construídos na área central dessa região. A fotografia a seguir registra a presença de um dos transportes da empresa Zuca Lopes, uma importante companhia que operava linhas entre a capital Teresina e outras regiões do estado, no centro de União. Ao fundo, a imagem também registra o prédio do grupo escolar:

Figura 12 - Transporte da empresa Zuca Lopes em frente ao Grupo Escolar Fenelo Castelo Branco



Fonte: Arquivo Paulo Tabatinga

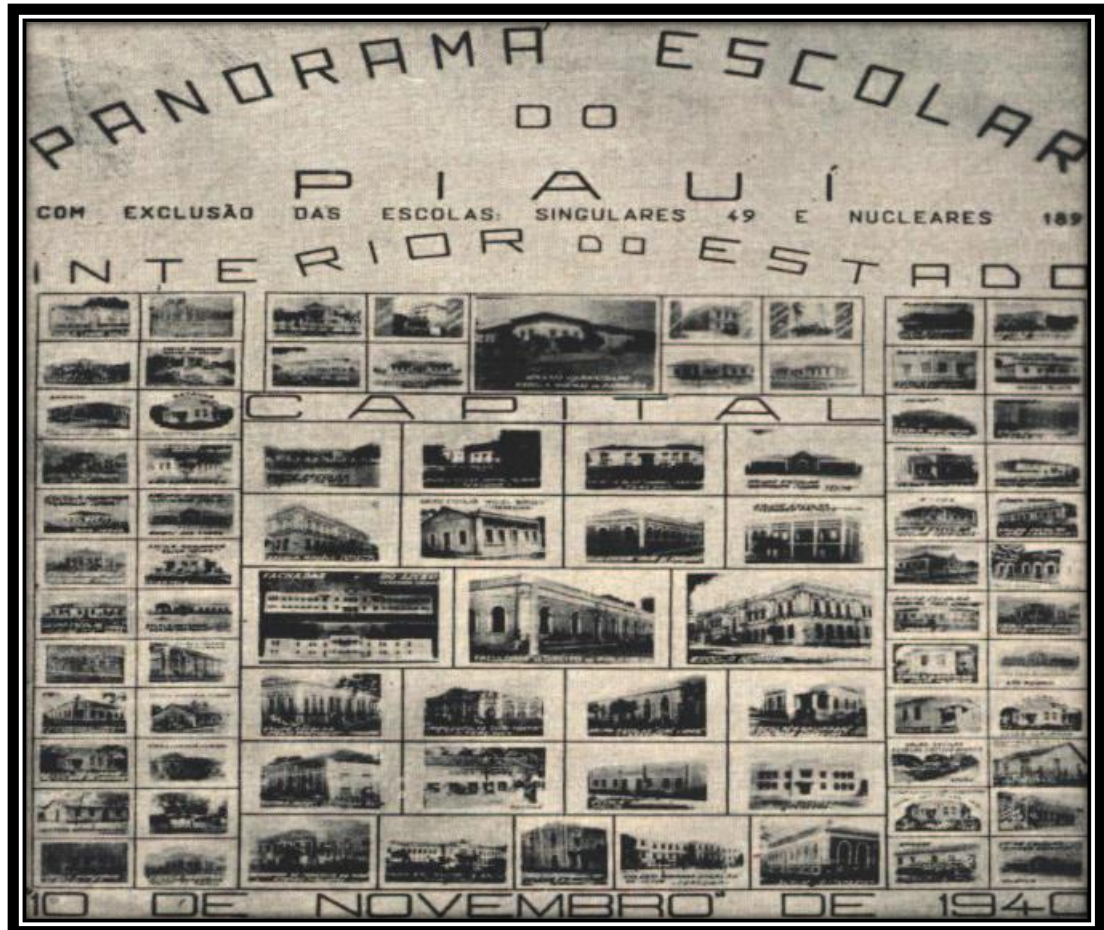
Créditos: Paulo Tabatinga

A fotografia destaca elementos importantes, como o transporte com o visor informando o local de destino — a cidade de União — e o local onde a foto foi tirada: em frente ao prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco e ao lado da Praça Getúlio Vargas. Isso pode ser notado pelo poste característico no canto esquerdo da fotografia. O registro nos permite compreender como esse espaço simbolizava uma parte importante da cidade de União, tanto para a população local quanto para a visão de quem vinha de fora.

O grupo escolar, de acordo com Rosa Fátima de Souza (1998), tornou-se um elemento de disputa política, como pode ser observado no esforço do prefeito Filinto do Rêgo Monteiro para inaugurar a importante obra e na ajuda financeira e nos custeios por parte do estado, representado pela figura de Leônidas de Castro Melo. Este último, por muitas vezes, fez questão de ressaltar as escolas, sobretudo os grupos escolares, que haviam sido construídos durante o seu governo. Um exemplo disso é este cartaz propagandista do governo do estado,

que destaca o panorama escolar durante os oito anos de administração de Leônidas de Castro Melo:

Figura 3 - Folheto Comemorativo do governo Leônidas Melo



Fonte: Melo, 2009, p.57

O cartaz acima apresenta os grandes empreendimentos escolares que foram reformados ou construídos durante o governo de Leônidas de Castro Mello, incluindo o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em União (PI). O que há em comum entre esses prédios escolares, além de sua importância para a educação, é a arquitetura majestosa que os destacavam no meio urbanístico das cidades. Isso foi intencionalmente planejado, considerando os propósitos urbanísticos da época.

No estado de São Paulo, durante as primeiras décadas do regime republicano, de acordo com Ramalho e Wolf (2002), várias instituições escolares estavam sendo construídas seguindo um padrão, porém com fachadas diferentes. Do outro lado do país, no Piauí, a maioria dos grupos escolares eram construídos seguindo uma mesma planta, inclusive com a

mesma fachada. No relatório do governo do Piauí, do ano de 1937, é apresentado o modelo de prédio dos grupos escolares que estava sendo construído na maioria das cidades do interior, como destacado na seguinte fotografia:

Figura 14 - Modelo de prédio de grupo escolar no Piauí



Fonte: Piauí, 1937, p.37

Na legenda da foto do prédio construído em José de Freitas, destaca-se que ele foi custeado exclusivamente pelo Estado e inaugurado em 1936. Este modelo arquitetônico de grupo escolar foi adotado na capital Teresina e nos municípios de Picos, Amarante, José de Freitas, Altos e União. Nas fotografias a seguir, pode-se perceber como os prédios dos grupos escolares dessas cidades são quase idênticos, diferindo apenas nas cores da fachada e na presença ou ausência de um muro:

Figura 15 - Prédio do Grupo Escolar Eduardo Ferreira, em Amarante (PI)



Créditos: Paulo Tavares

Figura 16 – Prédio do Grupo Escolar Afonso Mafrense, em Altos (PI)



Créditos: Larysse Sepúlveda

Figura 17 - Prédio que funcionou o Grupo Escolar Domingos Jorge Velho, em Teresina (PI)



Créditos: Alexandro Dias

Figura 18 - Prédio que funcionou o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, em Picos (PI)



Créditos: Prefeitura Municipal de Picos

Figura 19 – Prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em União (PI)



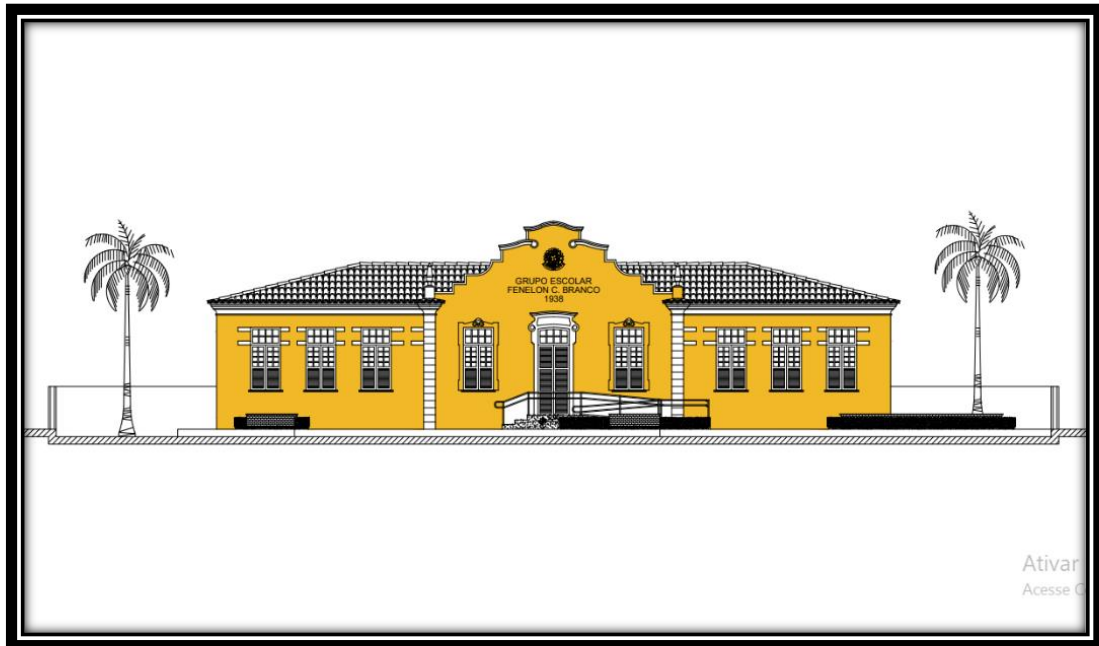
Fonte: Piquete Explorador do Estanhado

Créditos: José Raimundo Sousa

Em 1938, foi inaugurado o prédio próprio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em uma solenidade festiva que reuniu autoridades, alunos, professoras e a comunidade escolar. O prédio, de arquitetura neocolonial, foi construído com base nas plantas criadas para o mesmo modelo escolar aplicado em outras cidades do estado. O principal intuito era edificar uma escola que simbolizasse a presença do progresso, da República e do Poder Público na cidade. A padronização desses prédios fazia com que todos os grupos escolares seguissem os modelos arquitetônicos já utilizados no estado.

Na imagem a seguir, da planta do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, percebemos que ele segue o mesmo padrão dos demais grupos implantados no período, com sua arquitetura eclética com traços neocoloniais e neobarrocos:

Figura 20 – Desenho arquitetônico da fachada do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco



Fonte: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-PI (2021)
 Créditos: Marcela Guimarães - Arquiteta responsável pelo desenho

De acordo com registros do Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, a planta original era dividida dessa maneira:

Quadro 8 - Divisão do espaço do prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco

Descrição	Tamanho em metros ²
Total do terreno	3016 m ²
7 salas de aula	280 m ²
1 diretoria	12,20 m ²
1 arquivo	12,20 m ²
1 varanda	33,25 m ²
1 depósito	24,50 m ²
1 cantina	8,40 m ²
1 recreio descoberto	1,906 m ²
Área construída	1,110 m ²
Área livre	1,906 m ²

Fonte: Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, 1932-1964, p.82.

O recreio descoberto descrito nos registros é o que entendemos como pátio escolar, localizado no início do prédio escolar, rodeado pelos muros da frente. É o espaço de transição entre a rua e a parte interna do espaço. A estrutura ampla do prédio escolar também estava alinhada com os interesses de uma escola mais higiênica, pois as salas de aulas amplas, bem iluminadas e com seus janelões sempre abertos favoreciam com que o ambiente escolar fosse mais ventilado e limpo, diminuindo assim a proliferação de algumas doenças virais e, conseqüentemente, as faltas justificadas dos alunos por adoecimento.

Em algumas ocasiões, o prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco também era utilizado para outras funções além do ensino ao público infantil. As reuniões do Conselho de Instrução, conforme registros do seu livro de atas, eram sediadas no prédio do grupo escolar. Acreditamos que isso se deu por sua localização central na cidade e também pelo fato de que, geralmente, as secretárias do conselho eram as diretoras do próprio grupo escolar. Em períodos de eleições, as salas do grupo eram utilizadas como sessões eleitorais, e em outras ocasiões, o grupo escolar era utilizado até mesmo para festividades não escolares, como mostra esse comunicado escrito à mão por José Lopes de Melo, então presidente do Conselho Municipal de Ensino, em 1947:

Figura 21 - Mensagem escrita à mão pelo presidente do Conselho Municipal de Ensino

União 6 de julho de 1947.

Exma. Srta. S. Maria Medeiros

M. D. Diretora do Grupo Escolas Fenelon
Castelo Branco.

Nesta Cidade.

Bom o intuito de facilitar a realização de uma festa dançante que deseja efetuar hoje a elite Unionense; porém nos a fim de autorizar a diretora do grupo. Que dignamente é dirigido por V. Excia; a entregar a chave do respectivo prédio ao portador.

Responsabilizando-me pela solicitação acima, agradeço antecipadamente.

Respeitosas considerações.

José Lopes de Mello
Presidente Conselho Ensino.

Fonte: Pasta de documentos dos anos de 1940 a 1947 do Acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

No comunicado acima enviado ao grupo escolar, o então diretor do Conselho de Ensino comunica a diretora a pretensão de realizar uma festa dançante para a “elite unionense” e solicitava que ela autorizasse a entrega das chaves do prédio escolar. A

utilização do espaço escolar nesta ocasião demonstra como o prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco representava um importante espaço para a população unionense, tanto no que se refere a questões educacionais quanto culturais.

Em 1945, o Patronato Maria Narciso, um colégio confessional e de ensino primário, é fundado nas proximidades do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, mais especificamente na Rua Areolino de Abreu. O prédio do Patronato Maria Narciso pode ser visto no canto esquerdo e superior da fotografia a seguir, tirada nos anos 2000:

Figura 22 - Fotografia panorâmica dos arredores do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco



Fonte: Piquete Explorador do Estanhado. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/BvkqpGWBsgG/?igsh=MXdvNDVtdDcxZmt1dQ==>
Créditos: Danilo Reis

No canto esquerdo e inferior da fotografia podemos ver o prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, que neste período já contava com a ampliação da sua estrutura, mantendo, entretanto, a planta inicial de 1938 sem grandes alterações. O muro baixo ao redor do grupo escolar e construído em 1938 permaneceu até o ano de 2023.

3 ORGANIZAR, DISCIPLINAR E INSTRUIR: O FUNCIONAMENTO DO GRUPO ESCOLAR FENELON CASTELO BRANCO

Neste capítulo, é analisado como ocorreu o funcionamento e a organização do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, historicizando a instituição em seus múltiplos aspectos, desde a admissão de professores, currículo escolar, disponibilidade de matrículas, até aspectos legislativos de como o grupo escolar se adaptou às mudanças educacionais. Ademais, aborda-se a função de diretor(a) escolar, suas atribuições e sua representação para a instituição pesquisada.

3.1 Organização e funcionamento do grupo escolar

Com a fundação do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em 1928, o ensino primário público da cidade de União contou com um novo modelo de escola. O grupo escolar era visto como a escola que modernizaria a educação piauiense, juntamente com a atuação das professoras normalistas formadas na Escola Normal Oficial (Lopes, 2001). O caráter modernizador deste tipo de escola — os grupos escolares — se dava para além do prédio dividido em salas homogêneas, mas, principalmente, por sua organização e seu currículo, que os diferenciava das demais escolas que atuavam concomitantemente no mesmo período, como as escolas isoladas, escolas mixtas ou escolas reunidas. Com o advento dos grupos escolares, o ensino primário foi dividido em séries, como destaca Vidal (2006):

Constituindo-se como escolas agrupadas, os Grupos Escolares aglutinavam em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando a docência em torno de séries escolares que passavam a corresponder ao ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção em exame final. O ensino seriado e sequencial substituíam as classes de aluno em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública (Vidal, 2006, p. 8).

O fato de que os grupos escolares foram implantados no Brasil pioneiramente pelo estado de São Paulo fez com que os grupos escolares paulistas se tornassem modelos para os que seriam implantados na região sudeste e, posteriormente, nas demais regiões do país. Por isso, “educadores paulistas foram contratados por governos de vários estados para participarem do processo de organização da instrução pública” (Sousa, 2004, p. 118).

No contexto piauiense, o primeiro grupo escolar do estado – Grupo Escolar Miranda Osório – recebeu a visita do educador paulista Luiz Galhanone, que foi contratado para ir à cidade de Parnaíba (PI) reorganizar a instrução primária pública, dando especial atenção ao grupo escolar da cidade (Lopes,2006). A partir das mudanças acrescentadas na organização e funcionamento do grupo escolar de Parnaíba, este passou a influenciar o modo como os grupos criados posteriormente seriam organizados.

O Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, ao ser criado, seguiu os parâmetros organizacionais já aderidos no Grupo Escolar Miranda Osório, organizando os alunos em séries homogêneas, conforme o currículo e o conhecimento do público infantil. A divisão do tempo escolar e o currículo no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco seguiam a mesma divisão do Grupo Escolar Miranda Osório, divisão essa que foi publicada pela Sociedade Auxiliadora da Instrução. A respeito disso, Neves (2017) destaca:

A Sociedade Auxiliadora da Instrução publica em 1927 o Programa de Ensino Primário com as divisões do tempo escolar e a especificação dos conteúdos e indicações para cada um dos quatro anos do curso primário. O programa define para o 1º e 2º ano as seguintes disciplinas: Leitura, Caligrafia, Linguagem, Linguagem Oral, Linguagem Escrita, Aritmética, Formas, Desenho, Geografia, História, Instrução Moral e Cívicas, Lições de Cousas, Música, Trabalhos Manuais e Ginástica, e para o 3º e 4º ano as mesmas, salvo as substituições de “Formas” por Geometria e “Lições de Cousas” por Ciências físicas e naturais (Neves, 2017, p. 49-50).

A partir do Regulamento Geral de Ensino de 1933, novas regras foram acrescentadas no que tange ao funcionamento dos grupos escolares piauienses, ao caráter pedagógico, às funções dos professores e às exigências sobre o alunado. Este regulamento foi seguido durante vários anos, como pode ser constatado nas exigências do Departamento do Ensino, na circular nº 932, do dia 26 de abril de 1946, enviada ao Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco:

Chegando ao conhecimento deste departamento diversas irregularidades verificadas ultimamente nos Grupos Escolares desta capital, solicito-vos as necessárias providências no sentido que sejam observadas as normas estabelecidas pelos artigos 147, 162, e § 185, 183, 188, 198, 199 e 200 do decreto lei nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933 (... Regulamento Geral do Ensino), cujo os textos abaixo transcrevo sob vosso conhecimento e devido cumprimento (Piauí, Departamento do Ensino, circular nº 932 do dia 26 de abril de 1946).

Em continuidade, o ofício destaca alguns artigos do Regulamento Geral de Ensino de

1933 que devem ser devidamente cumpridos para que, diferentemente de alguns grupos escolares da capital Teresina, não haja irregularidades. Os artigos escolhidos pelo departamento a serem diligentemente seguidos foram os seguintes:

Art. 147 Serão eliminados da matrícula: a) os alunos que forem despedidos por incapacidade física superveniente. b) os que tiverem 60 faltas justificadas ou 30 não justificadas. c) Os incorrigíveis. d) Os que falecerem, ou mudaram de residência. e) Os que tiverem completado o curso.

Art. 162, 18 – Em qualquer dos turnos diários, poderá haver uma interrupção de 20 minutos, para recreio ao ar livre.

Art. 164, Item IV – Nos Grupos Escolares e Escolas Agrupadas, os professores e empregados, dez minutos antes do início das aulas assinarão o ponto que será imediatamente encerrado pelo diretor ou, na falta deste, pelo o mais antigo dos professores presentes.

Art 135 – São deveres dos alunos: comparecer a escola decentemente vestidos, de acordo com a situação individual, e convenientemente assíduos.

Art. 134 – São banidos da escola pública os castigos físicos, as posições humilhantes e aprivação de recreio e aulas, como qualquer outros que atentem contra a saúde e a dignidade do aluno.

Art. 198 – “O ensino primário será, assim sobretudo educativo: prático e concreto, o mais possível integrado ao meio físico e as necessidades sociais baseado em programas que estimulam o interesse infantil, devendo os professores encaminhar as lições de modo a encitar as faculdades mentais e morais do aluno para um desenvolvimento gradual, principalmente da observação do raciocínio, que se exercitam por meios ou processos intuitivos.

Art. 199 – No ensino primário, deve-se-ão adotar as conquistas positivas da escola nova, novas lições variadas, concisas, vívidas, ao alcance da mentalidade infantil, deixando sempre ao educando a iniciativa de adquirir os conhecimentos por si, reservando ao professor o papel de guia esclarecido e metódico.

Art. 200 – O método geral do ensino será intuitivo, cabendo ao professor não permitir que o aluno decore mecanicamente as lições, mas procure, ativamente, a compreensão e o sentimento dos fatos, substituída a memorização fatigante pelo raciocínio produtivo (Piauí, Departamento de Ensino, circular n° 932 do dia 26 de abril de 1946).

Os artigos do Regulamento de 1933 destacados acima e lembrados pelo Departamento de Ensino aos grupos escolares piauienses em abril de 1946 demonstram o controle do estado imposto às instituições educacionais de ensino primário, que deveriam seguir as observações do regulamento, principalmente as que diziam respeito à matrícula e desligamento de alunos, à assiduidade destes, assim como o método de ensino que seria utilizado pelos professores. Entretanto, é importante frisar que, no início deste mesmo ano, mas precisamente em 2 de janeiro de 1946, foi aprovada pelo decreto n° 8.529 a Lei Orgânica do Ensino Primário, que regulamentava as bases e as finalidades do ensino primário em todo o país. Sendo assim, era dever do Departamento de Ensino do Piauí reforçar e solicitar às

instituições prescritas nesta lei, o que não ocorre de maneira imediata no ano de 1946, conforme os registros analisados.

O corpo de funcionários dos grupos escolares também distingue este modelo escolar dos demais, como as escolas reunidas e as escolas isoladas. De acordo com Neves (2017), o Regulamento de 1933 determinava quais as principais funções exercidas no grupo escolar, que deveriam constar, além do diretor(a), “um professor para cada classe de 40 alunos, no mínimo, uma professora adjunta-estagiária, uma inspetora de alunos e um zelador-porteiro” (Neves, 2017, p. 78). A partir de 1946, o regulamento, com base na Lei Orgânica do Ensino Primário, previa que, para o funcionamento da instituição do grupo escolar, era necessário no mínimo cinco (05) turmas de alunos e número igual ou superior de docentes (Brasil, 1946).

3.2 Ser diretor (a) do grupo escolar

A função de diretor nas escolas de ensino primário piauiense foi legitimada primeiramente pela legislação educacional de 1910. Tal regulamento foi descrito por Brito (1996) como o “documento histórico de mais alta relevância para a educação piauiense” por seu longo período de vigência e as transformações advindas dele (Brito, 1996, p. 46). Essa função já estava presente em escolas reunidas, mas foi a partir dos grupos escolares que o cargo de diretor(a) recebeu o seu maior reconhecimento, conforme destaca Souza (1998):

O magistério deixava de ser uma desventura e tornava-se uma profissão digna, reconhecida e edificante. O grupo escolar contribuiu para a reafirmação desse status constituindo-se em um campo de trabalho e de produção de identidades profissionais. A implantação desses estabelecimentos de ensino favoreceu, não obstante, o surgimento de uma nova categoria profissional: o de diretor. No processo de produção de uma nova cultura escolar, os grupos foram também responsáveis por uma nova organização interna do poder dentro da escola (Souza, 1998, posição 535).

De acordo com Silva (2017), a função de diretor (a) nos grupos escolares era extremamente importante, pois “[...] ao manter a ordem, a disciplina e assegurar o andamento das atividades escolares, os diretores tornavam-se representantes das instâncias superiores de instrução e do governo, portanto, serem a alma e os olhos atentos do estado nessas instituições” (Silva, 2017, p. 58).

Por ser uma função de autoridade, Souza (1998) nos diz que em São Paulo o “cargo de diretor, facultado a profissionais do sexo masculino em sua maioria, reforçava, outrossim, as desigualdades nas relações de gênero estabelecidas no universo social mais amplo” (Souza,

1998, posição 730). No território piauiense, a predominância e o privilégio do sexo masculino em cargos da instrução pública se davam principalmente nos cargos de inspeção e de chefias do departamento de ensino. Ao contrário do que ocorria no estado paulista, a maioria dos cargos de direção dos grupos escolares piauienses eram ocupados por professoras, sobretudo professoras normalistas. A respeito das competências do diretor em São Paulo, que eram equivalentes aos demais diretores de outras regiões, Souza (1998) acrescenta:

Cabia a ele fiscalizar todas as classes durante o funcionamento das aulas, elaborar horários, representar a escola, propor ao governo criação e supressão de lugares de adjuntos no grupo e nomeação e dispensa de professores, indicar a nomeação de porteiros, contratar e despedir porteiros e servente, proceder a matrícula, classificação e eliminação de alunos, submetê-los a exames mensais e finais, responder por toda a escrituração da escola, organizar folha de pagamento e diário de ponto, apresentar relatórios anuais, além de fazer cumprir as disposições legais sobre o recenseamento escolar e impor ao pessoal as penas que incorressem (Souza, 1998, posição 751).

No caso piauiense, a direção das escolas primárias, sobretudo dos grupos escolares, era assumida majoritariamente por professoras normalistas. Ser diretora em um grupo escolar era um desafio para a maioria dessas mulheres. A exigência do governo estadual era que as diretoras fossem professoras bem vistas pela sociedade e que exercessem com louvor o seu papel. Nos relatos da professora Maria Castello Branco Medeiros (1991), chamada por muitos como Dona Bibi, ela descreveu como o Dr. Anísio Brito de Melo, então diretor da instrução pública, visando a criação do grupo escolar de União, a convidou para ser a diretora da instituição:

Mas antes, um parêntese, quando estava no último ano de estudos, o Dr. Anísio reuniu 4 normalistas – eu e 3 colegas filhas de União – e comunicou que ia fundar um Grupo Escolar naquela cidade e que nós iríamos ser as professoras; e eu, sendo a mais forte, seria a Diretora (Medeiros, 1991, p. 20-21).

O trecho acima demonstra como a função de diretora era escolhida a dedo, por meio da indicação de algum tutor ou autoridade vinculada ao governo estadual, municipal ou especificamente ao próprio Departamento de Ensino do estado. O fato de o Dr. Anísio lançar o convite à Maria Castello Branco Medeiros, ela sendo ainda estudante, demonstra que ela poderia ter algumas qualidades que a enquadravam no perfil de diretora normalista que o governo buscava encontrar atuando. Em alguns casos isolados, a diretoria era ocupada pela professora que mais tempo estivesse participando do corpo docente do grupo escolar, conforme o Regulamento de 1933 (Piauí, 1933).

A respeito do que o Regulamento de 1933 exigia do cargo diretora escolar, Silva (2017) destaca importantes questionamentos:

As atribuições do cargo de direção escolar são inúmeras, posto que esse cargo é administrativo e técnico, conforme o exposto na Lei nº 548. Ademais, partindo da observação de alguns verbos nos tópicos dispostos no Decreto nº 434, tais como impor, organizar, velar, cumprir e dirigir, infere-se que esse cargo tinha por principal finalidade fazer cumprir os principais objetivos educacionais dentro da política dos grupos escolares, uma vez que era sua atribuição a inspeção e fiscalização dos métodos de ensino aplicados em sala de aula, bem como a matrícula e frequência dos alunos, fato esse que deveria ser comunicado mensalmente ao Diretor Geral da Instrução Pública (Silva, 2017, p. 63)

Portanto, o cargo de diretor se tornava indispensável para o pleno funcionamento dos grupos escolares de acordo com o regulamento adotado no período, cabendo ao diretor imprimir grandes esforços para o cumprimento dessas inúmeras incumbências que iam desde enviar relatórios sobre frequência de alunos, cuidar e registrar a escritura escolar, ser intermediária nos conflitos entre professores e o estado, impor a disciplina e as regras para a convivência entre alunos e entre professores, dentre tantas outras funções que o cargo exigia.

A professora normalista Maria Castello Branco Medeiros, diretora do Grupo Escolar Fenelon Castello Branco durante 18 anos, relatou em seu livro de memórias sobre sua efetivação no cargo, sua postura e atuação como gestora do grupo:

Em março de 1933, assumi o cargo de Diretora do Grupo, onde permaneci até 1951, tendo deixado por motivos políticos. Na vida profissional, sofri poucos incidentes, a não ser algumas censuras de pais de alunos e reclamações sem fundamento. Cumpria sempre com as obrigações, atendia bem o Regulamento do Ensino e nem ligava para o que diziam, pois sabia perfeitamente que nunca um chefe de Repartição agradava ao povo, principalmente quando este gostava de cumprir seus deveres (Medeiros, 1991, p. 22-23).

O relato da ex-diretora demonstra como sua função era voltada para executar na instituição de ensino as regras que o regulamento prescrevia e manter na instituição a ordem estabelecida, sendo a mediadora dos conflitos entre pais e professores, professores e o Departamento de Ensino, e até mesmo conflitos entre professores e alunos, como ocorreu em junho de 1951, conforme descrito no ofício a seguir:

Ao Senhor Diretor do Departamento da Educação, nos seguintes termos: Atendendo determinação da V. Exa por intermédio do Sr. Inspetor do Ensino, cumpre-me informar em relação ao incidente [...], o seguinte: A

referida professora censurando a aluna por estar se tornando preguiçosa nos estudos, esta lhe respondeu atrevidamente, e como aquela que repreendesse e lhe mandasse calar, a aluna replicou que esse direito era de sua mãe somente. Indignada com a resistência indisciplinar da aluna, a professora fê-la retirar-se e anotou a sua expulsão, mas atendendo a diretoria deste Grupo, que deseja evitar, tanto quanto possível, expulsão de alunos, foi aquela pena convertida em eliminação disciplinar. Respeitosas saudações. (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p. 66)

Percebe-se neste caso como a diretora assumiu uma posição de mediadora entre a professora e a aluna, conseguindo ao menos converter a expulsão em eliminação disciplinar. Também ficou a seu encargo explicar o ocorrido para o Departamento de Educação, já que, por se tratar de uma possível expulsão, era importante descrever as causas e circunstâncias de tal medida escolhida e, posteriormente, anulada.

Como bonificação da atuação na gestão dessas instituições o Regulamento de 1933, no capítulo VII, determinava que o diretor (a) dos grupos escolares receberia uma gratificação de 600\$000 contos de réis em seus ordenados mensais de professora normalista, que correspondiam a 1.440\$000 contos de réis (Neves, 2017).

Além da normalista Maria Castello Branco Medeiros, outras professoras exerceram a direção do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco no período detalhado no quadro a seguir:

Quadro 9 - Diretoras do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco de 1928 a 1951 e de 1968 a 1971

Nome da diretora	Anos de atuação
Corina Eufrosina de Oliveira	1928
Benedita Boavista da Cunha	De 1930 a 1932
Ângela Solange de Sampaio	1932
Ana Carvalho	?
Maria Augusta de Sousa Rubim	1932
Maria Castello Branco Medeiros	De 1933 a 1951
Clívia Boavista do Rêgo Monteiro	1968 a 1971

Fonte: A Autora

Dados: Acervo Escolar do Grupo Fenelon Castelo Branco; Medeiros (1991).

Em nossas pesquisas, não conseguimos constatar qual a data em que Ana Carvalho foi diretora. Entretanto, o livro de memórias de Maria Castello Branco Medeiros (1991) e alguns documentos não datados demonstram sua atuação como diretora e apontam para sua atuação de gestora no recorte temporal em questão. Não foi possível localizar o nome de quem estava à frente da direção entre os anos de 1952 a 1967. No entanto, no quadro, é possível perceber a presença dominante da figura feminina à frente da gestão do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

3.3 Professoras do grupo escolar e a feminização do magistério

De acordo com os escritos do Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, as primeiras professoras da instituição foram as professoras das antigas escolas reunidas, quais eram: Corina Eufrosina de Oliveira (diretora), Benedita Boavista da Cunha e Maria José Cardoso e Almendra; posteriormente, foi adicionada ao grupo de regentes a professora Ângela Solange de Sampaio. Um ano depois, em 1929, a professora Maria Castello Branco foi acrescida ao corpo docente.

No livro *História de Uma Vida – Memórias*, publicado em 1991, de autoria de Maria Castello Branco Medeiros, a professora, na época já aposentada, descreveu o nome das professoras que atuaram no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco. A partir da análise das fontes do acervo do grupo escolar e dos dados presentes no livro de memórias da ex-diretora, organizamos o quadro a seguir com os nomes de professoras citadas nos documentos e no livro como integrantes do corpo docente do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, no período de 1928 a 1971:

Quadro 10 - Professoras que atuaram no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, entre 1928 a 1971.

Nome das professoras	Outra formação ou função exercida
Corina Eufrosina de Oliveira	Diretora
Benedita Boavista da Cunha	Diretora
Maria José Cardoso e Almendra	
Ângela Solange de Sampaio	Diretora
Maria Castello Branco Medeiros	Diretora
Maria Alice Carvalho Abreu	
Gracildes de Figueiredo Monteiro	
Maria de Jesus Sampaio	
Ana Carvalho	Diretora
Antonia de Arêa Leão	
Lenir Marques	
Maria de Lourdes Bernadete e Silva	
Maria Augusta de Sousa Rubim	Diretora
Daura Veras e Silva	
Nair Santos Lima	
Auri Castello Branco	
Aldenora Sampaio Siqueira	
Maria Rosário do Rêgo Lobão	
Júlia Mendes do Monte Lustosa	
Creusa Pereira Magalhães	

Antônia da Silva Medeiros	Professora de Educação Física
Nair da Cunha Machado	
Ana Coelho de Freitas	
Almerinda do Rêgo Monteiro	
Maria do Carmo Medeiros Barros	
Ordantina Saraiva da Rocha	
Maria Castello Branco Medeiros	
Maria Antonieta Lopes	
Maria de Lourdes Miranda Craveiro	
Iraci Carneiro da Silva	
Maria de Lourdes Moraes	
Zuleide Pereira Magalhães	
Maria Auri Oliveira	
Miriam Oliveira	
Isabel Ferreira do Rego	
Isabel Rego de Sampaio	
Sara Rodrigues Santos	
Clívia Maria do Rego Monteiro	
Maria do Socorro Castelo Branco Silveira	
Grasiela Beserra de Alencar	
Maria de Nazareth Soares Barros	Professora de Educação Física
Elita Raulino de Almeida	
Cisalpina Ceci do Rêgo Melo	
Irca Ferreira	
Maria Diva do Rêgo Melo	
Francisca Andrade Quaresma	
Maria de Jesus Marques Santana	
Milza de Araujo Boavista	
Lindalva Almeida	
Elmorâni Pereira Dantas Nery	
Maria de Jesus Bona	
Maria dos Prazeres Costa	
Hilza Boavista Abreu	
Raimunda Ferreira	Auxiliar de Disciplina
Inês Borges e Silva	Professora de Letras
Jacira Saraiva Miranda	
Maria da Conceição Sales	
Lúcia de Jesus Bacelar	
Maria Francisca Teresa Medeiros de Assunção	
Neusa Candida Rodrigues Vasconcelos	
Maria da Paz Coutinho de Melo Piazzarollo	
Maria do Socorro de Almeida Tobler	
Carmen Maria do Rêgo medeiros	Professora Auxiliar
Maria do Perpétuo Socorro Medeiros Lustosa	
Maria do Socorro Vaz de Sousa	
Maria Luíza Lobão	
Maria Antonieta Pereira Lopes	

Antônia da Silva Medeiros	Professora de Ed. Física
Nair da Cunha Machado	

Fonte: A Autora

Dados: Medeiros, 1991; Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco (1932-1964).

É notório no quadro acima a exclusividade de mulheres nos cargos de professores e diretores do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco. A feminização do magistério no Piauí, de acordo com Lopes (2001), começou a se intensificar a partir das primeiras décadas do século XX, quando as autoridades estaduais buscavam a modernização da rede de ensino, apostando na tríade Grupos Escolares, Escola Normal Oficial e Normalistas. Com esse incentivo, muitas jovens mulheres perceberam no magistério uma valiosa oportunidade de ingressar no mundo do trabalho fora do lar, mesmo recebendo baixos salários no início. Sobre essa visão de época acerca do magistério feminino, Sousa (2009) destaca:

[...] o trabalho do magistério, única carreira aberta ao sexo feminino, sendo a profissão docente concebida como sacerdócio, cuja vocação era feita à mulher, mas bem preparada para desempenhá-la. Assim, o magistério ganhou o caráter de missão e vocação, configurando-se como continuidade do trabalho do lar. Nesse processo, a mulher deveria viver em sociedade e ser agradável ao homem, mas não concorrer com ele profissionalmente, pois isso ultrapassaria os limites da segurança social (Sousa, 2009, p. 95).

Havia uma diferenciação dentro do corpo docente, conforme a atuação das professoras e sua formação. Essa diferenciação se devia a formação da professora e/ou do cargo que ocupava, sendo legalmente instituída a partir do Regulamento de 1910, como pode ser notado no quadro 11:

Quadro 11 – Divisão salarial de professores por cargo e formação, de acordo com o Regulamento de 1910.

Cargo/função	Vencimentos		Total
	Ordenado	Gratificação	
Diretor		600\$000	600\$000 réis
Professoras normalistas	1.440\$000	720\$000	2.160\$000 réis
Professoras por concurso ou da antiga Escola Normal	1.040\$000	520\$000	1.560\$000 réis
Professores adjuntos e normalistas	666\$667	333\$333	1.000\$000 réis

Professores adjuntos e da antiga Escola Normal	480\$000	240\$000	720\$000 réis
--	----------	----------	---------------

Fonte: A Autora

Dados: Neves (2017)

Para auxílio nas despesas com a família, as professoras do grupo escolar que tinham filhos recebiam uma ajuda de custo, um meio de contornar de forma branda os ordenados que ainda eram baixos e injustos. O memorando n. ° 530, do dia 30 de junho de 1947, enviado pelo Departamento de Educação ao Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, informa o reajuste do salário-família de uma das normalistas do grupo:

Figura 23 – Memorando sobre salário-família

ESTADO DO PIAUÍ
S. G. E.
DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMORANDUM

530

Teresina, 30 de junho de 1947

Senhora Diretora:

De ordem do Sr. Diretor Geral, comunico-vos, para os devidos fins, que foi aumentado o salário-família de ORDANTINA SARAIVA DA ROCHA, Professora desse Grupo, em virtude de haver nascido-lhe um dependente, a partir de abril do corrente ano.

Aproveito a oportunidade para apresentar-vos

Saudações

Audir Fortes Rebelo
(Audir Fortes Rebelo)
Diretor do S.A.

Diretora do Grupo Escolar "Fenelon Castelo Branco"
PIAUI - PIAUÍ

Fonte: Piauí, Departamento da Educação, memorando n° 530, 1947.

Acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco

Ainda no que se refere aos salários das professoras do Piauí, foi somente em décadas posteriores ao regulamento de 1910, a partir da década de 1960, que as professoras da rede estadual obtiveram maior valorização em seus ordenados, graças à sistematização do ensino e a leis importantes em nível nacional e estadual, como a Lei n.º 4440, de 27 de outubro de 1964 (Brito, 1996).

3.4 Currículo do grupo escolar

O currículo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco seguia o padrão dos demais grupos piauienses, e também de outros estados, devido à influência exercida pelos grupos escolares paulistas sobre os demais. A respeito disso, Souza (2004) acrescenta que “o ensino primário completo era ministrado em quatro anos, abarcando um programa enciclopédico que envolvia um auspicioso conjunto de matérias que atendiam aos princípios da educação integral – educação física, intelectual e moral” (Souza, 2004, p. 117).

O ensino primário público, na modalidade elementar, devia ser oferecido para crianças de 7 a 12 anos, e era ministrado em quatro anos, com quatro séries distintas, com disciplinas prescritas conforme o regulamento de ensino. O currículo dessas séries, organizado pelo regulamento de ensino, dividia as disciplinas e destinava mais importância a algumas em detrimento de outras. As disciplinas do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco seguiam a mesma divisão das do Grupo Escolar Miranda Osório que, por sua vez, eram publicadas pela Sociedade Auxiliadora da Instrução.

De acordo com Neves (2017), na publicação da Sociedade Auxiliadora da Instrução eram prescritas como disciplinas para o 1º e 2º ano as seguintes: Leitura, Caligrafia, Linguagem, Linguagem Oral, Linguagem Escrita, Aritmética, Formas, Desenho, Geografia, História, Instrução Moral e Cívica, Lições de Coisas, Música, Trabalhos Manuais e Ginástica. Já para o 3º e 4º ano, as disciplinas eram as mesmas, com exceção das disciplinas de “Formas” e “Lições de Coisas”, que foram substituídas, respectivamente, por Geometria e Ciências Físicas e Naturais.

Em meio a essas disciplinas, destacavam-se no grupo escolar as disciplinas de Leitura, Caligrafia, Linguagem, Linguagem Oral, Linguagem Escrita e Aritmética, que eram vistas como as mais importantes a serem aprendidas pelos alunos, tendo em vista a grande

significância de saber ler, escrever e contar, condições indispensáveis para a formação de futuros cidadãos letrados e capacitados para o progresso que estaria por vir. O contexto social e histórico demandava da escola um currículo em que essas disciplinas fossem as mais trabalhadas, como destaca Rosa Fátima de Souza (2008):

A partir da República, ler e escrever tornaram-se meios de assimilação de uma moral laica e de aquisição de novos conhecimentos, isto é, a base da aprendizagem das outras matérias do programa extenso adotado nas escolas. Não se pode desconsiderar também a importância desempenhada por esses saberes no exercício da cidadania, visto que, durante quase todo o século XX, eles foram mantidos como critérios para a participação política (Souza, 2008, p. 54).

Ser letrado na sociedade brasileira, piauiense e unionense durante boa parte do século XX, em meio a um nível de analfabetismo altíssimo, principalmente no meio rural, onde residia a maioria das pessoas, era visto pelas famílias como uma grande vitória conquistada por seus filhos. As disciplinas mais voltadas para a escrita, leitura e noções de matemática eram trabalhadas nos grupos escolares praticamente todos os dias. No Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em particular, esses saberes eram transmitidos até mesmo em dias de sábado, como relembra a ex-aluna Maria do Socorro Sales, que estudou na instituição entre 1951 e 1954:

Fazíamos caligrafia para ter boa letra. Tinha a sabatina. Tinha aula até sábado. A sabatina todo mundo tinha que aprender a tabuada porque ela botava uma série aqui perguntando a tabuada. Se você acertasse você saía com a nota nas costas na sabatina. Quem é que queria sair com uma nota ruim nas costas? Quem dirá de vermelho. Saía com a nota nas costas que era pra saber quantas você errou. Todo mundo aprendia a tabuada porque todo mundo queria sair com 10. Dia de sábado era sabatina e caligrafia. No caderno de caligrafia ela botava uma frase aí a gente ia fazer, aqueles cadernos que tem umas 4 linhas, 2 estreitas e 1 larga que era pra fazer nas estreitas as letras minúsculas...aprendemos, todo mundo tinha a letra boa, eu era conhecida pela minha letra, hoje está tremida, mas eu era conhecida pela minha letra boa. Dia de sábado era só a sabatina que era a tabuada e a caligrafia, e iria embora. Nesse dia, a caligrafia era de caneta, tinha que levar a caneta (Sales, 2024).

No relato da ex-aluna Maria do Socorro Sales, é possível perceber como a pedagogia implantada no grupo escolar prezava por exercícios que ensinavam as crianças a escreverem corretamente, fosse com o uso do lápis ou da caneta, a fim de desenvolver as múltiplas finalidades que o conhecimento proporcionaria. O intuito maior era fazer com que os alunos

praticassem a escrita culta a partir do uso correto da língua portuguesa, e essa escrita deveria ser bonita e legível, usando letras em formas adequadas. A respeito disso, Souza (2008) acrescenta:

Inúmeros exercícios envolvendo elementos da gramática da língua nacional visavam a aperfeiçoar os padrões da norma culta. A centralidade da escrita justificava a preocupação com a caligrafia. Escrever com destreza e legibilidade tornava-se também uma demonstração do domínio da cultura escrita. Implicava, antes de tudo, a incorporação de condutas e gestos adequados – a inclinação do corpo, a disposição do papel, o uso do lápis ou da caderneta. Do treino das letras à cópia de palavras e frases, a caligrafia converter-se-ia também em oportunidade para a aprendizagem de valores e normas de conduta (Souza, 2008, p. 57).

Além do exercício da caligrafia, nas sabatinas ocorridas por muitos anos no grupo escolar, o estudo e o exercício da tabuada também eram trabalhados com os estudantes como uma forma de auxiliar os estudos matemáticos, em especial a aritmética, que era um conteúdo presente em todos os anos do ensino elementar ofertado pelo grupo escolar. Na narrativa de Maria do Socorro Sales, ela destaca a forma rigorosa com que os alunos eram tratados a fim de aprenderem a tabuada e destaca a presença de castigos, não distribuídos de forma física, pois isso já era fortemente proibido pelo regulamento, mas que se apresentavam como castigos de cunho psicológico e moral, como o exemplo das notas nas costas dos alunos.

Ainda a respeito da disciplina de Aritmética, Formas e Desenho, é válido analisar a quantidade de conteúdos que eram trabalhados com os alunos, o que atualmente é melhor distribuído no Ensino Fundamental I e II, como destaca Maria do Socorro Sales, que dizia que “a gente saía do Fenelon quase doutora”, e acrescentou:

Eu lembro demais aprendendo, nós sabíamos tudo de matemática, decompor número em fatores primos, decompor número, achar mínimo denominador comum, máximo denominador comum, fração, aprendi muito fração, gostava muito de fazer fração. [...] A gente aprendia muito, matemática, geografia, e era tudo copiado (Sales, 2024).

A quantidade de conteúdos matemáticos trabalhados em poucas séries do grupo escolar ocorria pelo intuito maior de formar os estudantes para o mundo do trabalho que, por sua vez, exigia-lhes conhecimentos de letras e números para a operacionalização de suas funções. Sendo assim, “a língua materna, a matemática, as ciências, a história, a geografia, a

educação física, a instrução moral e cívica, o desenho e os trabalhos manuais foram considerados válidos para a instrução popular” (Souza, 2008, p. 20).

Dentre as disciplinas ofertadas no curso primário do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, a disciplina de Educação Física também recebia grande destaque. Foram encontrados e analisados no acervo escolar diversos ofícios a respeito da disciplina. Em 1939, foi criada (subordinada ao Departamento de Ensino) a Inspeção de Educação Física, posteriormente renomeada como Divisão de Educação Física em 1946, órgão responsável por fiscalizar e regulamentar como a disciplina deveria ser trabalhada e quais eram os deveres dos professores e diretores diante dessa disciplina. Segundo Souza (2010), por meio do mesmo Decreto-lei nº 168 de 3 de março de 1939, que criou a inspeção, foi criado também o Curso Especial de Educação Física, o qual capacitaria professores das instituições escolares a trabalharem com a disciplina em questão.

Em um dos muitos documentos da Inspeção de Educação Física enviados ao Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, destacam-se as circulares que diziam respeito às instruções da disciplina, como se pode notar em uma das circulares do ano de 1946:

Senhora Diretora: Comunico-vos para os devidos fins que, pelo decreto nº76, de 15 de maio passado foram postas em vigor as Instruções para o ensino de Educação Física nas escolas, baixadas com o decreto nº273, de 17 de junho de 1940. Para melhor esclarecimento transcrevo abaixo o artigo 17 do referido decreto: “É obrigatório a frequência nas aulas de Educação Física. O aluno do curso primário ou normal, que não tiver uma frequência de OITENTA POR CENTO das aulas de Educação Física, não poderá fazer exame das demais disciplinas e não será promovido de classe. Em se tratando da conclusão do curso, os alunos que não tiverem a frequência exigida, só serão diplomados depois de cumprirem um estágio de 60 dias, observada a mesma média de frequência, com início no primeiro dia de aula do período letivo que se seguir. Para a verificação dessa frequência o professorado de Educação Física, procederá a chamada, diariamente, registrando em livro próprio as faltas que constatar. Os professores de Ed. Física, apresentarão mensalmente, até o dia cinco, aos Diretores dos estabelecimentos em que servirem, a relação da frequência do mês anterior, que deverá ser registrada para os devidos fins, e enviada à Inspeção de Educação Física. Na Educação Física não há nota de exame, sendo exigida como tal a frequência referida neste item” (Piauí, Inspeção de Educação Física, circular nº26, 19 de julho de 1946).

A circular da Inspeção de Educação Física reforçava principalmente a obrigatoriedade da frequência dos alunos na disciplina, visto que a disciplina não possuía nota de exame, tendo como critério de aprovação apenas a presença dos alunos em 80% das atividades. O documento destaca ainda a disciplina como importantíssima para o

prosseguimento no curso primário ou para a finalização deste. Ademais, destacava algumas obrigatoriedades do professorado da disciplina, que devia registrar a participação dos alunos e prestar contas das presenças e faltas. Ainda a respeito das obrigações dos professores da disciplina, foi enviado outro documento ao grupo escolar solicitando a realização das devidas instruções:

Instruções para o ensino da Educação Física nas escolas. Capítulo II. Das diretrizes para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos de ensino no Estado. Art.13 – O professorado de Educação Física usará OBRIGATORIAMENTE durante o trabalho, o uniforme próprio. Art. 23 – O professorado de Educação Física providenciará pelo emprego de todo o tempo de serviço, o qual deverá ser de duas horas de campo e duas horas de Gabinete, de acordo com as experiências de serviço e com as instruções juntas, quando este tempo fôr todo ocupado num só turno. Nos casos em que sirva em dois turnos, trabalharão 2 horas em cada turno, sendo uma hora de trabalho físico, de campo (2 aulas) e uma hora de serviço de gabinete (Piauí, Inspeção de Educação Física, circular nº26, 19 de julho de 1946).

Ademais, a disciplina de Educação Física, além de trabalhar na performance dos corpos, deveria obrigatoriamente fazer parte das festividades cívicas que deveriam acontecer na instituição no decorrer do ano letivo, como destaca a circular enviada ao grupo escolar em 1946:

[...] Na Educação Física não há nota de exame, sendo exigida como tal a frequência referida neste item.”. Que ainda no art. 21 do mesmo capítulo diz: “Cada estabelecimento estabelecerá, anual e obrigatoriamente, uma demonstração de Educação Física, em dia de festa nacional, de livre escolha, cujo programa deverá ser submetido à Divisão de Educação Física, com uma antecedência da data de 30 dias da data de sua realização” (Piauí, Inspeção de Educação Física, circular nº26, 19 de julho de 1946).

O intuito de incluir as demonstrações de Educação Física na programação das festividades da escola era apresentar para o público – alunos, professores, autoridades e comunidade escolar – que assistia à cerimônia a importância da Educação Física e das demais atividades físicas para a formação dos discentes e da população brasileira. De acordo com Souza (2010), a “Educação Física procurava destacar o que era comparado como sendo o seu elevado alcance educativo, tanto pela prática da higiene corporal, que vigorava as energias orgânicas e prevenia enfermidade, como pelos hábitos e qualidades morais que despertavam a tenacidade, a persistência, a independência e o espírito de disciplina, concórdia e solidariedade” (Souza, 2010, p. 23).

No período em que estudou no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, de 1950 a 1954, Maria do Socorro Sales relembra o local e o dia em que geralmente ocorriam esses jogos, como durante a festividade anual do Dia da Árvore. Essa festividade, segundo ela, era a mais movimentada do grupo escolar por conta da realização dos jogos e da presença de outras instituições na celebração promovida pelo grupo escolar. Sobre isso ela rememora:

Atrás, tudo que era festinha era feito no pátio da frente. Lá atrás só funcionava a educação física que a gente ia fazer lá atrás e os jogos do dia 21 de setembro. Mas todo resto que fazia era na frente da fachada porque dava o suficiente para os alunos, formava na calçada, tudo que era festinha era na frente da escola porque se fosse lá no fundo ninguém veria nada. Só a Educação Física era lá atrás e no dia 21 que eram os jogos, mas depois passava todo mundo lá pra frente da escola. Lá era só pra fazer educação física. E eles não gostava nem muito que a gente fosse pra lá, porque lá tinha os banheiros e tinha um poço e era perigoso porque menino é menino. Mas eles fizeram uma casa e o o poço era lá dentro [...]. Eles não gostavam muito que a gente fosse pro lado de trás da escola por causa daquele poço que era muito perigoso, por isso que lá era só para fazer educação física, mas tudo que se fazia na escola era no pátio da frente da escola (Sales, 2024)

No relato, a ex-aluna destaca que, por necessitar de mais espaço para a realização das atividades, as práticas de Educação Física eram realizadas no fundo do prédio do grupo escolar, um local aberto e maior, com condições melhores de abrigar os que estavam se exercitando e aqueles que assistiam aos jogos e às demonstrações de Educação Física. Ela destaca que, por conta de um poço, esse local era utilizado exclusivamente nos dias da disciplina ou de alguma festividade que necessitasse do espaço. Entretanto, a disciplina de Educação Física também exigia que o grupo escolar destinasse um espaço para abrigar um gabinete médico-biométrico, onde os professores faziam as avaliações dos alunos, das quais extraíam resultados de cada um e enviavam os dados para a Inspeção de Educação Física. Em um ofício de 17 de julho de 1945, destinado à Inspeção e transcrito no Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, a diretora informa sobre um espaço improvisado como gabinete, e sobre quais os instrumentos disponíveis para o manuseio do professor:

Figura 24 - Descrição do gabinete de Educação Física

13-7-45

Ofício s/n - Ao Sr. Inspetor-Chefe
de Educação Física, nos
seguintes termos:

Em resposta à vos-
sa circular n.º 3/45, cumpro-me infor-
mar-vos que a prática de educação
física neste Grupo é ministrada no
pátio interno do mesmo, cuja área
é de 1.680 metros quadrados (42 x 40).

Não existe nenhuma instalação.
O gabinete médico-biométrico, numa
dependência do edifício, consta do se-
guinte:

- 1 Espirômetro
- 1 Balança
- Escalas para medida de estatura,
braço, torax, etc
- Aparelhos para medir, o crânio
nariz, etc

Fonte: Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Felton Castelo Branco, p.47.

O ofício emitido pela diretora diz que, no ano de 1945, as práticas de Educação Física ainda eram ministradas no pátio interno da instituição, que acreditamos ser o espaço aberto no fundo do prédio. Ademais, ela acrescenta que havia um espaço nas dependências do grupo escolar que funcionava como o gabinete médico-biométrico e que contava com alguns aparelhos para os exames biométricos nos alunos. Ainda no ofício, ela destaca que esses aparelhos serviam para a medição da estatura dos corpos discentes, inclusive partes do corpo que não eram relacionadas com as atividades físicas propriamente, como nariz e crânio. Estes exames biométricos representavam um dos meios da política eugenista do período de busca de padrões corporais na população brasileira, pois “é possível perceber intenções de formar turmas homogêneas e adequar a intensidade do exercício ao tipo constitucional de cada

indivíduo, haveria o propósito de identificação de tipos constitucionais brasileiros por meio desse instrumento” (Silva; Macêdo; Goellner, 2022, p.7-8).

Todas essas disciplinas, de acordo com o discurso ancorado nas perspectivas escolanovistas, tinham um propósito de juntas formar um currículo de ensino primário que introduzisse novas e modernas pedagogias, substituindo pedagogias mais antiquadas desenvolvidas nas casas-escolas, por exemplo. O ensino primário deveria, além de ensinar corretamente os saberes das matérias do currículo, educar os alunos de forma que, no futuro, ao saírem da escola, se encontrassem como bons e produtivos cidadãos, conforme as regras sociais e ideológicas vigentes no período.

3.5 Perfil do alunado

A população unionense de meados do século XX, assim como a população piauiense, se caracterizava por ser uma população de maioria rural e de poucos letrados, devido à pouca oferta do ensino primário nas zonas rurais, seja por meio de escolas ou professores. Com a fundação do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em União, surgiu mais uma oportunidade de formar mais alunos unionenses com o ensino elementar. Entretanto, a maioria dos alunos do grupo escolar era da zona urbana da cidade, devido à localização da escola e ao fato de haver outros tipos de escolas em algumas regiões rurais do município.

Apesar das dificuldades, algumas famílias da zona rural faziam o esforço para levar os filhos à zona urbana a fim de obter acesso ao grupo escolar, como é o caso da família da ex-aluna Maria do Socorro Sales:

Eu aprendi muito com a minha mãe, meu pai e minha mãe vieram embora do interior, lá de onde é a COMVAP hoje, para colocar nós na escola, pra não ser analfabeto como eles, meu pai não sabia ler mas qualquer problema de matemática resolvia. Quanto é tantas vezes tanto? Ele dizia. E minha mãe não era muito letrada também, ela dizia muito pra gente ficar letrada. Eu dizia: então nós vamos ficar letrada. (Sales, 2024).

Percebe-se que tornar-se “letrada” era tão importante para a aluna quanto para a família, pois, na sociedade piauiense da segunda metade do século XX, aprender a ler e escrever, receber o diploma do ensino primário, significava estar diante de novas oportunidades futuras no mundo do trabalho e na própria socialização em diversos grupos das comunidades sociais. Para a família de Maria do Socorro Sales, que deixou sua vida no campo

para que os filhos tivessem mais oportunidades nos estudos, ver os filhos formados seria de grande valia e satisfação.

Apesar dos esforços das famílias, nem todos os estudantes matriculados no grupo escolar conseguiam concluir o curso primário ou se dedicar exclusivamente aos estudos, e isso se dava por inúmeros motivos. No caso do ex-aluno Vicente José do Rêgo Primo, ele relembra como ajudava no sustento da família enquanto ainda estudava no ensino primário, entre os anos de 1940 e 1943:

Meu pai trabalhava de vazante de fumo e de roça, a função dele era só essa mesma, não tinha outro emprego. E minha mãe dona de casa, fazia bolo, ela fazia bolo de sal e jogava aqui nessa cabecinha (apontou para a própria cabeça) e eu saía vendendo. Eu vendia até onde é ali hoje a farmácia do Júnior, onde mora ali a Nelsinha. Dali eu voltava, se vendesse tudo bem, se não vendesse, dali eu voltava, vendendo bolo (Rêgo Primo, 2024).

Por meio do relato, percebe-se que os pais do menino Vicente tiravam seu sustento principal dos cultivos da roça, assim como uma boa parte da população unionense que morava na zona rural. Ainda sobre o ex-aluno Vicente José do Rêgo Primo, ele descreve que não conseguiu concluir o 3º ano por motivos de saúde, que o impediam de frequentar as aulas com os demais alunos, seguindo o que a política higienista para o ambiente escolar previa – o afastamento em alguns casos. Sobre isso, ele relembra:

No Fenelon Castelo Branco eu tive doente de uma perna, nessa perna aqui tinha uma ferida que não sarava de jeito nenhum e perdi um ano, perdi um ano de estudo porque não podia ir com esse ferimento. Até que Deus me ajudou e depois eu sarei desse ferimento e no outro ano eu voltei. (Rêgo Primo, 2024).

Após o ano perdido por conta da doença na perna, Vicente voltou a frequentar o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco para cursar novamente o 3º ano do ensino primário; entretanto, por razões econômicas, não conseguiu permanecer e concluir o curso: “No Fenelon Castelo Branco eu estudei o 3º ano, nem terminei o 3º ano não, porque eu já fui pra roça, pra poder ganhar dinheiro porque meu pai era pobrezinho, coitado, mas honesto!” (Rêgo Primo, 2024).

Percebe-se, no relato do ex-aluno, que a necessidade de ajudar seus pais na roça foi a razão pela qual Vicente teve que abandonar os estudos, o que era compreensível, visto que sua família necessitava de seu auxílio e que o Estado não garantia a sua permanência por meio de

políticas públicas com auxílios suficientes para sua permanência. É provável que esta realidade fosse a mesma para muitas crianças unionenses.

No que se refere à composição da sala de aula, apesar de a maioria dos alunos adentrar o Grupo Escolar com 7 anos, ainda havia diferença na faixa etária, devido a uma boa parte dos alunos só conseguirem ter acesso à escola com idade avançada em relação à idade ideal do período. Os motivos eram diversos, porém, a distância das residências rurais era o motivo mais comum do acesso tardio à escola. A respeito disso, Sales (2024) relembra:

Tinha porque todo mundo estudava lá, não tinha esse negócio de “ah, tu já tem 18 anos e não estuda”, Não tinha escola pra ir? Então tinha essa diferenciação por idade não, todo mundo estudava no Fenelon porque era a única escola que tinha. Nós estudávamos todo mundo junto, era nível de aprendizagem, 1º ano A com 7, com 8, com 10, porque a oportunidade que tinha era aquela, não tinha esse negocio de diferença não, a gente estudava junto e misturado (Sales, 2024).

A descrição da ex-aluna do período em que estudava, nos anos da década de 1950, demonstra que o critério de idade dos alunos não era um fator de impedimento para frequentar determinada série, podendo estudar com outros alunos de idades diferentes, já que o critério maior na divisão das turmas era o nível de aprendizado dos alunos.

3.6 Sob o olhar da inspeção: a atuação dos inspetores no funcionamento do grupo escolar

A organização dos grupos escolares possibilitava ao governo estadual uma melhor fiscalização do andamento do ensino, do trabalho dos professores e do desempenho dos alunos. Esta fiscalização se dava por alguns meios, como através da vigilância pela direção da escola, mas também por meio de outros órgãos e profissionais, conforme o Regulamento da Instrução de 1910:

O aludido regulamento divide as inspeções em administrativas e técnica. A inspeção administrativa seria exercida, permanentemente, pelo secretário de Estado do governo, pelo diretor geral da instrução pública, pelo Conselho Superior da instrução pública e pelos Conselhos de Instrução dos municípios e, extraordinariamente, pelos inspetores de ensino. A inspeção técnica seria exercida pelo Diretor Geral da Instrução pública e pelos inspetores de ensino (Neves, 2017, p. 114).

Um destes mecanismos de fiscalização, a Inspeção de Ensino, representada nas

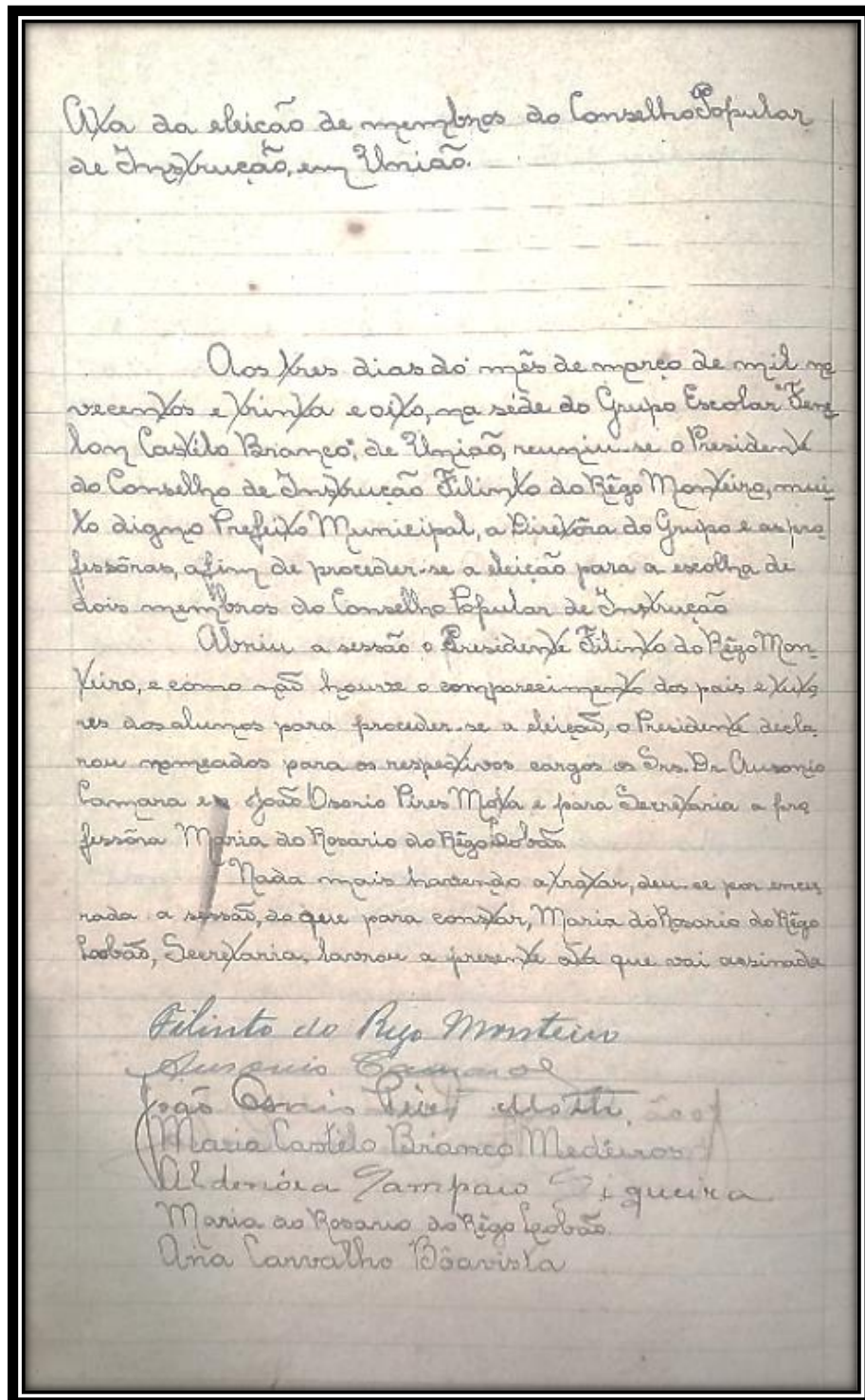
figuras dos inspetores de ensino, avaliava a situação das escolas e do ensino ofertado a fim de garantir uma padronização e uniformidade das escolas do estado. Conforme Lopes (2001), a inspeção técnica “deveria ser exercida, essencialmente, pelos inspetores de ensino. Estes deveriam fazer viagens de inspeção pelo interior do estado, além de realizar a inspeção das escolas da capital” (Lopes, 2001, p.111).

Temidos, respeitados e, não raro, até bajulados, os inspetores escolares, na intenção de organizar/manter/instituir uma dada ordem escolar, escreviam em seus relatórios plenos de críticas e/ou elogios às escolas visitadas. Suas visitas, quase sempre sem aviso prévio, eram motivo de apreensão de professores (as) e diretores (as) dos estabelecimentos escolares (Cunha, 2003, p. 51).

Com relação aos órgãos de inspeção administrativa, conforme Neves (2017) explicou, uma boa parte dos municípios piauienses dispunha de um Conselho de Instrução, estes “constituíram um elemento de fiscalização rigorosa e constante nos estabelecimentos de ensino em todo o estado dada a exiguidade do número de assistentes, assim com a prestação de tal serviço o governo acreditava que as escolas poderiam produzir os resultados tão desejado” (Neves, 2017, p. 118).

A cidade de União contava com um conselho popular de instrução que, por sua vez, tinha a incumbência de fiscalizar as escolas públicas e privadas do município e, por meio de reuniões mensais, em sua maioria sediadas no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, discutir sobre a instrução primária e auxiliar na inspeção de escolas por meio de visitas. A imagem a seguir apresenta a ata de eleição de membros no ano de 1938:

Figura 25 - Ata da eleição do Conselho Popular de Instrução



Fonte: Livros de Atas do Conselho Popular de Instrução, p.8

É perceptível nesta ata de eleição que o Presidente do Conselho de Instrução era o então prefeito municipal Filinto do Rêgo Monteiro. Era algo comum também nos conselhos das outras cidades a presença de autoridades políticas e religiosas na composição do conselho. A secretária descrita na ata era a professora Maria Castello Branco Medeiros, diretora do

Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, que também era a maior responsável por cuidar da Caixa Escolar.

Com relação às visitas de inspeção no grupo escolar unionense, estas eram feitas tanto pelos membros do Conselho de Instrução do município quanto pelo inspetor de ensino do estado, sendo deste último o relatório mais importante a ser apresentado às demais autoridades de ensino do estado.

Em 1932, durante a gestão da diretora Benedita Boavistta da Cunha, é descrito no Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco a visita do inspetor Felismino Freitas Weser, e no registro do dia de sua partida é descrito que o inspetor “nas suas raras visitas a esse grupo, não deixou nenhuma instrução, limitando-se a autorizar o funcionamento, em dois turnos, do 1º ano” (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, 1932, p. 4). Na descrição feita pela diretora Benedita Boavistta, o inspetor não encontrou problemas sérios, o que leva a gestora a não entender o relatório feito por ele sobre sua gestão, como assim descreve nos registros do dia 30 de maio do mesmo ano:

Em virtude de um inquérito iníquo procedido na Prefeitura Municipal, entre inimigos gratuitos da minha família, com o fim premeditado de afastar-me do cargo de Diretora, ao qual vinha prestando grande esforço e maior dedicação, resolvi exonerar-me do referido cargo por intermédio do Sr. Inspetor, encarregado do inquérito (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p. 4).

Com o relato da diretora Benedita Boavistta percebe-se como interesses políticos influenciavam a permanência das normalistas nas escolas, a ponto de atritos familiares interferirem na gestão e atuação das professoras. A diretora do grupo, diante desse inquérito, enviou alguns ofícios em busca de mais esclarecimentos e anunciando seu afastamento:

Ofício s/nº : Ao Sr. Diretor Geral da Instrução Pública, nos seguintes termos: “União, 30 de maio de 1932 – Exmo Sr Diretor Geral da Instrução Pública: - Tenho a honra de comunicar à V Exa que, nesta data, solicitei a minha exoneração do cargo de Diretora do Grupo Escolar “Fenelon Castelo Branco” por intermédio do Sr. Inspetor Felismino Freitas Weser, que ora se encontra nesta cidade, presidindo o inquérito sobre acusações iníquas que alguns inimigos gratuitos de minha família entenderam fazer. Alíás, o próprio relatório do Sr. Inspetor se ressentia da necessária justiça que era de esperar-me, pois devia manifestar plena consciência da improcedência das acusações, porquanto verificou pessoalmente farta documentação que lhe foi presente e que destrói francamente a perseguição de que fui vítima. (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p.4).

Ademais, no intuito de defesa da sua gestão, a diretora explana os méritos da sua

gestão, que estariam de acordo com as sugestões do regulamento de ensino:

Em vista disso lamento não ter sido possível, dentro de um pouco mais de um mês, apresentando uma grande folha de serviços, entretanto é com prazer que vos posso comunicar que, não encontrando no arquivo do Grupo quaisquer papéis de expediente, referente aos mesmo, deixo todo o expediente durante a minha gestão devidamente registrado e arquivado; a “Caixa Escolar” que jazia abandonada desde 1930, foi imediatamente restaurada; as comemorações cívicas que jamais se efetuaram, foram iniciadas; os trabalhos escolares não se interromperam, apesar da falta de material imprescindível que até agora não chegou; e finalmente a matrícula que era de pouco mais de 150 alunos consegui aumentá-la para mais de 200 alunos. (Livro de Registro do Grupo Escolar Felon Castelo Branco, p.4)

Percebe-se que, em defesa de sua gestão, a diretora Benedita Boavista citou aspectos relevantes, como o crescimento das matrículas, o reativamento da Caixa Escolar e a constante celebração das festividades escolares, e os registra e arquiva. Por sentir-se injustiçada diante da perseguição que a diretora afirmou sofrer, ela escolheu sair do Grupo Escolar Felon Castelo Branco, como pode ser visto na continuação do ofício destinado ao Departamento de Ensino:

Mas nada disto atuou na inspeção e nem no inquérito, onde, entretanto, sou apenas rudemente alvejada. Por isso resolvi pedir a minha transferência para o Grupo Escolar “José Narciso” de Parnaíba, juntando um requerimento que vos peço encaminhar e, ao mesmo tempo, o vosso parecer favorável, afim de que se verifique sem nenhuma demora. Tenho a honra de apresentá-los as minhas respeitadas saudações. (a) Benedita Boavista da Cunha. (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Felon Castelo Branco, 1932-1964, p. 6)

Após registrar este ofício no Livro de Registro Geral, os registros seguintes relatam o pedido de exoneração da parte da diretora Benedita Boavista e a primeira visita regulamentar de inspeção do Conselho Popular de Instrução. Não sabemos se o motivo que ocasionou a visita foi o impasse vivenciado naquele momento entre a diretoria do grupo e o Departamento de Ensino, ou se isto foi por simples coincidência. De toda forma, o Conselho Popular de Instrução, um órgão que também tinha a função de inspeção da instrução primária do município, fez bons comentários ao corpo docente e à diretoria do grupo no relatório destinado ao Departamento de Ensino, conforme registro do acervo do grupo:

Visita de inspeção: Pela primeira vez este Grupo recebeu hoje, a visita regulamentar do Conselho Popular de Instrução, na pessoa do seu Presidente nato. O termo de visita está assim: “Visitando hoje o Grupo Escolar ‘Felon Castelo Branco’, tive o ensejo de conhecer de perto este estabelecimento, que é composto de um corpo docente comprometido em seus deveres, salientando-se o seu esforço para o engrandecimento do mesmo. Posso assegurar que com a ajuda do Exmo. Sr. Diretor da Instrução, serão as

professoras compensadas de seus esforços e teremos a instrução desenvolvida nesta terra. União, 3 de junho de 1932. (a) João de Deus Barbosa, P. do Conselho P. de Instrução” (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p. 5-6).

É perceptível como o relatório do Conselho de Instrução não coincide com o relatório produzido pelo inspetor Felismino Weser a respeito do grupo escolar. Na concepção do Conselho de Instrução da cidade de União, o grupo escolar vinha sendo bem gerido e com professoras qualificadas. Entretanto, apesar do relato testemunhal e favorável à gestão do grupo, a diretora não recebeu uma devolutiva favorável e tampouco o inquérito em que estava sendo julgada, ocasionando, também, uma coleta de depoimento sem seu consentimento.

O Conselho de Instrução foi um órgão que, durante muitos anos, acompanhou e vistoriou as principais instituições de ensino primário de União, com atenção especial ao grupo escolar, visto como a instituição mais importante do cenário educacional unionense. Ao analisarmos o livro de atas das reuniões do conselho, que está salvaguardado no acervo do grupo escolar, nota-se que ele era composto por professores e por autoridades políticas e religiosas da época.

No que refere à inspeção do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, além de contar com os olhos atentos do departamento de ensino, por meio dos inspetores gerais e da proximidade da fiscalização do conselho de instrução, havia no grupo a função de inspetor, aquele que fazia a vistoria dos alunos e da organização do grupo, não deixando de ser mais um par de olhos do governo estadual.

No grupo de União, uma dessas inspetoras foi a professora Ana Coelho de Freitas. O memorando do Departamento do Ensino ao Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco a seguir descreve a decisão de nomear uma das professoras normalistas ao cargo:

Figura 26 - Memorando sobre inspetora escolar

ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO DO ENSINO

MEMORANDUM

Teresina, 26 de fevereiro de 1946

Senhora Diretora:

Apresento-vos a senhora - ANA COELHO DE FREITAS, que em data de hoje foi proposta à Secretaria Geral do Estado, para exercer a função de Inspetor de Alunos, ref. III, com Gr\$ 250,00 mensais, a partir da data de sua assunção nesse Grupo.

2. Deveis, assim, providenciar no sentido de que a mesma assuma o exercício da sua função, comunicando, em seguida, a este Departamento.

3. Sirvo-me da oportunidade que se me oferece para apresentar-vos

Saudações.

Raimundo de Alencar Soares
(Raimundo de Alencar Soares)

Secretário do D.E.

À Diretora do Grupo Escolar "Fenelon C. Branco"
União-Pi.

Fonte: Piauí, Departamento de Ensino, memorando n° 67 de 26 de fevereiro de 1946.

No documento, percebe-se que uma das professoras do grupo era encarregada de exercer essa função. Tanto a professora Ana Coelho de Freitas como as demais professoras que assumiriam esse posto deveriam exercer sua função levando em conta os critérios do Departamento de Ensino, vigiando não só os alunos, mas também a atuação de professores.

Em seu relato, a ex-aluna Maria do Socorro Sales descreve como a inspetora da sua época trabalhava, relatando como as inspetoras auxiliavam a diretora na manutenção da “ordem” na escola, até mesmo vistoriando os alunos:

Dona Mundica Ferreira. Ela batia a campã de entrada e de saída. Ela, se um aluno saísse para o banheiro, ela ia olhar se tinha ido mesmo para o banheiro, era assim, ela fiscalizava assim. Ela gostava muito de igreja, ela era quem cantava o hino nacional, rezava, tinha que rezar lá, rezava antes de entrar (na sala de aula). Se o aluno estivesse lá fora ela ia saber o que era que ele estava fazendo, era assim a inspetora (Sales, 2024)

Em relação às visitas de inspeção por parte dos inspetores gerais, caso houvesse alguma irregularidade no relatório, o grupo era notificado por meio de um ofício cobrando as devidas mudanças, como ocorreu no ano de 1947:

Exma. Sra. Diretora: Por intermédio dessa Diretoria, recomendo às professoras do 3º e 4º anos especial atenção, visto seus alunos, segundo o relatório apresentado pelo Sr. Inspetor, desconhecerem o programa que lhes é destinado, não satisfazendo, portanto, às exigências do ensino. Sirvo-me do ensejo para apresenta-vos os meus protestos de estima e consideração (Piauí, Departamento da Educação, ofício nº 581, 9 de junho de 1947).

As exigências dos inspetores e do próprio Departamento de Ensino eram muitas e diversas, os relatórios produzidos em cada visita possuíam um grande peso para a implantação de novas atividades nas instituições, de cobranças a professores e gestoras, planejamento de divisão de séries e abertura de novas classes. Influenciava até mesmo as mudanças de professoras de um grupo escolar para outro mediante as necessidades de cada um descrito pelo inspetor.

3.7 A caixa escolar como instituição de apoio às “crianças pobres”⁷

Diante das desigualdades sociais presentes no corpo discente do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, foi intuito a Caixa Escolar, a fim de auxiliar nas despesas que o

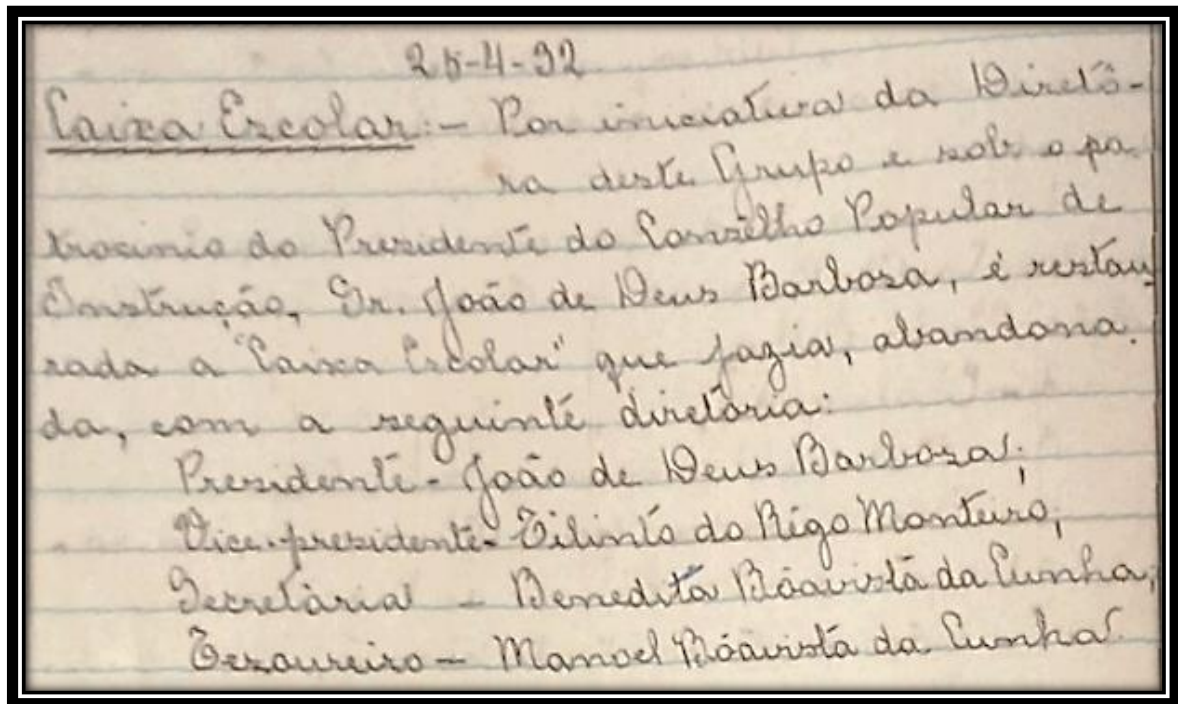
⁷ Conforme descrito na fonte consultada, a saber, o regimento das caixas escolares, disponível no arcevo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

grupo poderia ter com alunos que se encontravam em situação de extrema pobreza. A respeito disso Carvalho e Bernardo (2012) acrescentam:

Tomamos a Caixa Escolar, portanto, como parte integrante do dispositivo de poder criado pelos republicanos com objetivos claramente definidos, quais sejam o de produzir uma cultura política a partir das práticas e saberes disseminados pela escola. Se, para algumas famílias, manter o filho na escola se configuraria em um custo maior do que sua possibilidade financeira, com a Caixa Escolar essa dificuldade seria sanada, como afirmam diversos diretores na década de 10 do século passado. Uma vez amparados pelo instituto, a baixa frequência destas crianças no grupo escolar não teria justificativa. Por sua vez, mantida a frequência, os alunos teriam contato com todos os mecanismos elaborados para a difusão das idéias republicanas, do sentimento de amor à nação e, principalmente, o sentimento de responsabilidade pela pátria. Tal sentimento se manifestaria de várias formas, inclusive na formação de um maior número de trabalhadores, imprescindíveis na caminhada rumo ao progresso, através da ordem, preceito difundido e proporcionado pela instrução pública (Carvalho; Bernardo, 2012, p.13).

Diante do exposto acima, percebemos que a Caixa Escolar era um mecanismo republicano de auxílio a crianças de baixa renda para que estas não abandonassem a escola e mantivessem uma boa frequência nas aulas, tendo para isso o acesso ao fardamento e calçado adequado, e outras dificuldades sanadas. Os ideais republicanos moviam a Caixa Escolar para o propósito de que a escola, neste caso o grupo escolar, impulsionasse a frequência escolar dos alunos e, conseqüentemente, tivesse êxito na formação de futuros patriotas letrados.

A Caixa Escolar do Grupo Fenelon Castelo Branco era fiscalizada pelo Conselho Municipal de Instrução e gerido pela diretora do grupo que, por sua vez, também participava da maioria das formações dos membros do conselho, conforme os dados das atas de eleições. Em 1932, a diretora Benedita Boavistta registrou a restauração da Caixa Escolar como algo que aconteceu por iniciativa sua, ela mesma tornando-se secretária, em auxílio ao presidente e tesoureiro:

Figura 27 - Registro sobre a Caixa Escolar

Fonte: Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p.3.

No registro acima sobre a restauração da Caixa Escolar, há a descrição da sua diretoria, formada em 1932, e composta por membros muito conhecidos na sociedade unionense da época. O presidente da Caixa Escolar, João de Deus Barbosa, era também o presidente do conselho de instrução; a cadeira da vice-presidência era ocupada pelo então intendente municipal Filinto do Rêgo Monteiro; a secretária era a diretora do grupo escolar e a tesouraria ficou a cargo de Manuel Boavista da Cunha. O interesse dessas pessoas em participar de uma instituição como a Caixa Escolar provavelmente se devia ao fato de que, ao impulsionar projetos como esse, demonstrava-se à toda a comunidade as suas preocupações e interesses para com o ensino primário da cidade.

Apesar de ser secretariada pela diretora do grupo escolar, que recebia total confiança para tal função, a Caixa Escolar possuía um regimento que definia como deveria ser usada. Nas pesquisas documentais no acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, foi encontrado um exemplar do regimento das caixas escolares do Piauí, no qual destacamos a primeira parte:

REGIMENTO DAS CAIXAS ESCOLARES. Art 1 - No bairro ou localidade, onde não houver apenas o ensino comum, será fundada, sob os auspícios do grupo, uma Caixa Escolar; Art 2 - São finalidades da Caixa: a)

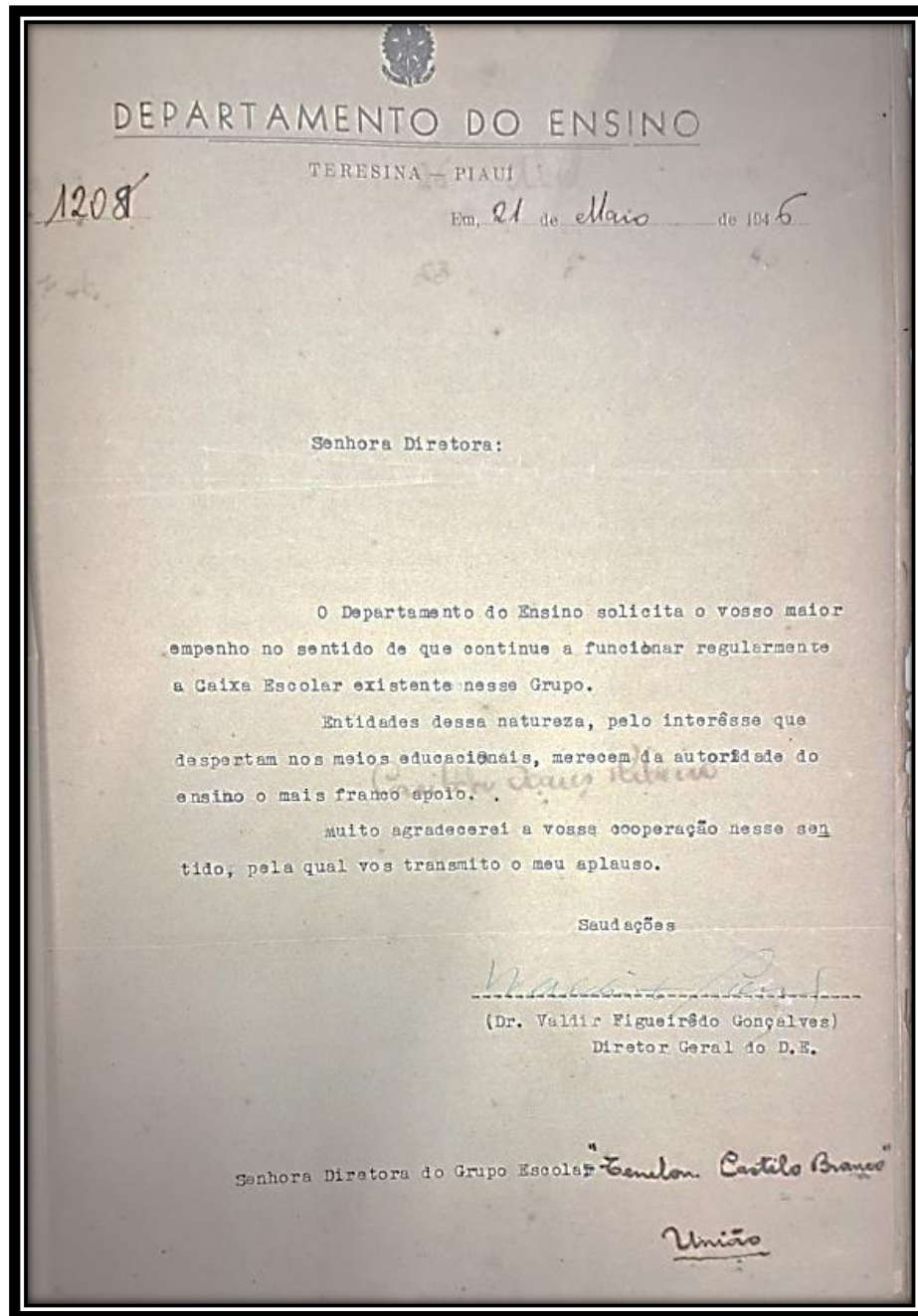
Angariar, pelos meios ao alcance, recursos e donativos b) distribuir vestuário e alimento aos alunos pobres. c) manter o serviço de propaganda das instituições do ensino. Parágrafo único – Atingidas as finalidades principais, a caixa dedicará cuidados à saúde dos escolares, inaugurando, se possível, outros serviços de amparo à escola. Art 3 – As duas comissões incumbem reger os destinos da Caixa: a primeira com os encargos administrativos e a segunda composta de pais de alunos. §1º - A diretora do Grupo, presidente efetiva da Caixa e da comissão administrativa, nomeará, dentre os corpos docente e discente, o secretário, o tesoureiro e dois chefes do serviço de propaganda. § 2º A comissão do pais terá cinco membros, um dos quais, o responsável por maior número de filhos matriculados no Grupo, será o presidente e se encarregará da escolha anual dos demais. Art 4º - Os sócios da Caixa pertencerão às seguintes classes: a) Beneméritos – os que entrarem com importância superior a um conto de réis. b) Remidos – os que concorrerem, de uma só vez, com a soma de quinhentos mil réis. c) Contribuintes – os que entrarem com as mensalidades fixadas. d) Avulsos – os que contribuirão com quantidade variável. Parágrafo único - Serão considerados sócios da Caixa os professores, alunos, pais de alunos e amigos da escola. (Piauí, Departamento do Ensino, Regimento das Caixas Escolares, 20 de março de 1942).

Nesta primeira parte do regimento das caixas escolares, destacam-se as principais finalidades que, em geral, são voltadas para o subsídio das “crianças pobres” que estudavam nas instituições de ensino primário. Ademais, o artigo 4º explicava sobre a divisão dos sócios da Caixa Escolar, sendo a quantidade de sua contribuição o maior quesito de diferenciação entre eles, que poderiam ser vinculados diretamente à escola ou participantes da comunidade escolar. Assim como ocorria na composição da diretoria das caixas escolares, uma das motivações que levavam as pessoas a serem sócias da instituição era a de receber o status de “verdadeiros republicanos atuando em favor da educação” (Carvalho; Bernardo, 2012).

De acordo com o regulamento, dentre as principais atribuições da comissão administrativa destacam-se: convocar as assembleias gerais e extraordinárias, estabelecer as diretrizes dos serviços da Caixa, fazer o registro de entradas e saídas de sócios e fixar a mensalidade deles, escriturar a receita e despesa da Caixa, verificar a existência de crianças inteiramente desprovidas de recursos dentro da área de influência do grupo escolar, e enviar a prestação de contas ao Departamento de Ensino (Piauí, Regulamento das Caixas Escolares).

Percebe-se que o regimento apresenta todas as regulamentações, finalidades e competências da Caixa Escolar, tendo como objetivo principal auxiliar no que os alunos mais necessitavam como uniforme e demais materiais escolares. Em 21 de maio de 1946, o Departamento de Ensino, na pessoa do diretor geral Dr. Valdir Figueiredo Gonçalves, enviou um documento à diretora do Grupo Escolar Felton Castelo Branco solicitando a continuidade de esforços para a plena atuação da Caixa Escolar:

Figura 28 – Circular sobre a atuação da Caixa Escolar



Fonte: Piauí, circular nº1208, 21 de maio de 1946

Entretanto, além do incentivo e apelo do departamento ao funcionamento da caixa do grupo escolar, percebe-se mais do que um financiamento da educação gerenciado pelo estado, a instituição Caixa Escolar também era caracterizada por seu caráter filantrópico tendo em vista que seria a comunidade escolar o seu maior investidor, pois era esta, juntamente com alunos e corpo docente, que participavam dos eventos que a Caixa Escolar promovia, por exemplo, o evento do Dia da Pátria de 1936:

Com grande entusiasmo das crianças e interesse das professoras, foi comemorado hoje o Dia da Pátria, às 6 horas da manhã foi hasteada a bandeira ao som de uma banda musical, tendo sido cantados os hinos Nacional e da Independência. Desfile pelas principais ruas da cidade. A noite um festival de arte em benefício da Caixa Escolar (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, 1936, p.23)

Assim como nos demais grupos escolares, as atividades da Caixa Escolar do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco ocorriam em dias estratégicos, em dias de festividades como no Dia da Árvore e no Dia da Pátria, facilitando assim a arrecadação de fundos para além das mensalidades recebidas. Os membros da comissão administrativa e os sócios marcavam presença nestes eventos, em que geralmente havia também venda de comidas, atividades culturais e até mesmo leilões beneficentes. A maioria desses eventos, como o descrito anteriormente, deveriam acontecer no contra-turno, visto que o Departamento de Ensino orientava os grupos escolares a não realizar atividades que atrapalhassem a rotina do trabalho educativo, como descrito na circular n° 620 enviada ao Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco:

[...] A Caixa, tal como deve ser, não interromperá as aulas nem trará acúmulo de serviço ao professorado. Os intuitos, que procura satisfazer, abrangem fins econômicos e educativos. Bem orientada a atividade docente e discente encontrareis em sem número de tarefas na escrituração dos livros, no preparo da correspondência e na própria discriminação dos encargos daquela entidade, a quais oferecem matéria apreciável para a motivação da aprendizagem. E aconselha-se que os alunos mais adiantados venham, com o tempo, a desempenhar a maior soma de obrigações, junto à Escola e à Caixa. Saudações – Dr Manoel Sotero Vaz da Silveira – Diretor do Departamento de Ensino. (Piauí, Departamento do Ensino, circular n° 620, 05 de março de 1942).

Apesar de a filantropia ser o elemento impulsionador do desenvolvimento das ações da Caixa Escolar, a diretoria do Grupo Escolar, em parceria com a comissão da Caixa Escolar, deveriam prestar contas com o Departamento de Ensino de todas as atividades realizadas, bem como do valor em dinheiro arrecadado e do destino que foi dado a eles em benefício dos alunos mais carentes e da própria instituição de ensino, como destaca o regulamento:

DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA. Art 5 – Compete a comissão administrativa: a) convocar as assembléas gerais e extraordinárias. b) estabelecer diretrizes a todos os serviços da Caixa. c) fazer o registro de entradas e saídas dos sócios. d) fixar, ouvida a comissão de pais, a mensalidade dos sócios. e) escriturar, mês por mês, em livro especial, a receita e despesa da Caixa. f) apresentar em assembléa geral, no dia 25 de novembro, o balanço e o relatório da situação da Caixa g) enviar ao

Departamento de Ensino, em dezembro de cada ano a prestação de contas das quantias e valores recebidos, e do emprego e distribuição de renda. h) dar ciência á comissão de pais das ocorrências dignas de apreço, relacionadas com a vida escolar. i) verificar se existem, dentro da zona de influência do grupo, crianças inteiramente desprovidas de recursos (Piauí, Departamento do Ensino, Regimento das Caixas Escolares, 20 de março de 1942).

A Caixa Escolar do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco foi, portanto, uma instituição de caráter filantrópica regulamentada pelo governo estadual, com propósitos definidos que giravam em torno do auxílio a uma minoria dos alunos – os considerados de extrema pobreza, e auxílio à própria instituição, buscando assim manter a frequência dos alunos e o funcionamento adequado do estabelecimento.

4 O GRUPO ESCOLAR COMO ESCOLA DA REPÚBLICA: COTIDIANO E CULTURA ESCOLAR

Com o advento da Nova História Cultural, no final do século XX, foram acrescentadas novas maneiras à investigação histórica, assim como novos objetos e novos sujeitos (Barros, 2009). Com relação ao campo da História da Educação, novas pesquisas foram sendo desenvolvidas, elevando como objetos de pesquisa a cultura, a materialidade e a imaterialidade escolar. Em meio a esses novos estudos envolvendo objetos como o livro escolar, a arquitetura escolar, as brincadeiras infantis, as memórias individuais e coletivas do tempo de escola, e demais temas, algo comum os unia – o intuito de investigar os significados simbólicos dos objetos, das práticas escolares, e do cotidiano.

Em estudos sobre a relevância da categoria cultura escolar para os estudos dos fenômenos históricos da educação, Bencostta (2007) destaca:

Ela (cultura escolar) permite articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chaves que compõe o fenômeno educativo escolar. Situando-se no plano das *mezo* abordagens, a categoria cultura escolar é aqui entendida como a forma como em uma situação histórica concreta e particular, são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares (Bencostta, 2007, p. 195).

Neste capítulo, buscamos compreender mais a respeito da instituição Grupo Escolar Felon Castelo Branco por meio da análise de sua cultura escolar, compreendendo características da escola que não poderiam ser percebidas somente com o uso das fontes oficiais ou das legislações educacionais. Para esta análise usamos e abusamos da metodologia da história oral, por meio das entrevistas, avaliando a materialidade escolar da instituição e eventos do seu cotidiano como as festas escolares, as brincadeiras, o recreio escolar, dentre outros.

A respeito da materialidade escolar do Grupo Escolar Felon Castelo Branco, a análise foi feita a partir da interpretação das relações sociais e culturais dos sujeitos com a materialidade e com os espaços, pois “o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas” (Bencostta, 2007, p.177).

Dessa maneira, dividimos o capítulo em duas partes. A primeira parte, sobre a cultura material do Grupo Escolar Felon Castelo Branco, foi dividida em: uniformes escolares,

onde foi discutido o modo como os alunos se vestiam; a sala de aula e seus aparatos, com a descrição de como a sala de aula era dividida, como eram as carteiras e demais materiais presentes nos espaços; livros, tanto os livros didáticos, quando eram utilizados, como aqueles disponíveis na escola para a leitura. Na segunda parte, são discutidos outros aspectos culturais do grupo escolar, também voltados para a compreensão do cotidiano escolar: o momento do recreio; as festividades escolares e o que elas representavam para a escola, para alunos, professores e comunidade escolar.

4.1 Das materialidades da cultura escolar

A preservação da materialidade escolar é um elemento importante para a compreensão de como uma instituição escolar transmitia os conhecimentos com o auxílio dos instrumentos e espaços disponíveis no período. Com relação à materialidade escolar do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, não tivemos contatos com a maioria dos objetos utilizados no período recortado por esta pesquisa; entretanto, por meio dos documentos preservados no acervo escolar e dos relatos orais, foi possível constatar alguns materiais, suas singularidades e seus significados.

Uma lista de pedidos de materiais solicitados em 1941 pela diretora do grupo escolar ao Almoixerifado Geral do Estado, expõe quais as necessidades daquele momento para o melhor funcionamento da instituição:

Quadro 12 – Relação do material solicitado em 1941

Quantidade	Descrição	Valor
02	Raspadeiras nº1000	9\$300
01	Campainha	9\$000
02	Tesouras grandes	18\$000
01	Mapa do Brasil	21\$500
15	Livros Seleta Infância	49\$200
01	Resma de papel almaço	22\$300
25	Envelopes de Ofício	1\$500
03	Livros de chamada	13\$700
02	Livros em branco 50fls	6\$000
01	Livro de matrícula	7\$500

10	Livros Nossa Pátria	28\$000
400	Cadernos escolares	116\$000
04	Dúzias de lápis brasileiro	5\$200
01	Litro de tinta Brasil	4\$300
01	Garrafa de álcool	2\$100
01	Pacote de algodão	\$200
01	Vidro de iodo	2\$500
02	Folhas de mata borão	1\$400
03	Caixas de giz branco	4\$800
01	Caixa de sabão Protetor	4\$800
02	Barras de sabão Martins	2\$100
08	Folhas de cartão Bristol	3,600
01	Toalha de rosto	1\$300
02	Caixas de penna Clark	6\$800
01	Vidro de tinta encarnada	1\$500
06	Borrachas copag	3\$200
03	Canetas sup	1\$200
20	Réguas de 30 cmts	3\$000
18	Borrachas escolares	\$900
02	Vassouras	4\$900
10	Livro Ciências Sociais 1°	24\$600
10	Livro Ciências Sociais 2°	24\$600
10	Livro Ciências Sociais 3°	28\$700
10	Livro Ciências Sociais 4°	28\$700
12	Livros Ciências Sociais 5°	49\$000
10	Coleção declápis desenho	4\$500
08	Livro Corações de Crianças Preparatório	17\$000
TOTAL:		532\$900

Fonte: A Autora. Dados: Pasta de documentos do Acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco

Na lista, os materiais são diversos, desde cadernos escolares e livros, como os livros didáticos de Ciências Sociais e livros de leitura, até materiais destinados para a limpeza e

conservação do espaço escolar, como sabão, vassoura, tinta, toalha. Outros materiais presentes na lista são objetos que os alunos usavam rotineiramente como borrachas, raspadeiras, cadernos, régua, papel almaço, caneta, entre outros.

Em fevereiro de 1942, antes do início do ano letivo, outra lista de material é solicitada pelo grupo escolar ao Almoxerifado Geral do Estado. Esta repete alguns materiais da lista do ano anterior, acrescentando outros, como pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 13 – Relação do material escolar solicitado em 1942.

Quantidade	Descrição	Valor
1	Livro em branco 50 fls	3\$000
3	Livos de chamada	13\$6000
35	Livos Corações de Criança Prep.	71\$100
25	Livos Vida de Maria Lúcia	58\$300
25	Livos Luizinha aos 8 anos	87\$400
20	Livos Corações de Criança 3º	48\$700
18	Livos Corações de Crianças 4º	65\$800
20	Livos Ufano do Meu Paiz	77\$700
20	Livos Nossa Pátria	53\$500
1	Vidro de goma-arábica	2\$100
1	Garrafa de álcool	2\$300
1	Pacote de algodão	\$200
5	Canetas Faber	1\$700
30	Canetas escolares	1\$800
5	Borrachas Lexis 210	4\$000
25	Borrachas escolares	1\$6000
100	Cadernos escolares	26\$200
400	Cadernos escolares	84\$000
2	Livros em branco de 50 fls	6\$000
5	Caixas de giz branco	5\$900
1	Litro de tinta Brasil	5\$500
5	Dúzias de lápis brasileiro	10\$000
1	Caixa de giz de cor	3\$300

5	Folhas de mata borrão	3\$000
4	Toalha de rosto	5\$300
6	Lápis bicolores	2\$300
30	Envelopes de ofício	2\$000
1	Resma de papel almaço	34\$100
2	Caixas de penas Clark	6\$800
TOTAL		687\$200

Fonte: A Autora. Dados: Pasta de documentos do Acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco

No pedido do ano de 1942, observa-se que é solicitada uma quantidade e variedade maior de livros – Corações de Criança Prep.(35), Vida de Maria Lúcia (25), Luizinha aos 8 anos (25), Corações de crianças 3º (20), Corações de Crianças 4º (18), Nossa Pátria (20). Outros materiais para uso diário dos alunos são novamente solicitados, como lápis brasileiros (60), lápis bicolores (6), entre outros.

Em 1943, uma nova relação de material é solicitada ao governo estadual. Como mostra o quadro a seguir, materiais destinados aos alunos marcam presença na lista assim como material de uso do professor, como caixas de giz (5) e livros de chamadas, além de materiais de limpeza e conservação da escola: sabão, tinta, vassouras.

Quadro 14 – Relação do material escolar solicitado no pedido do dia 15/03/1943.

Quantidade	Descrição	Valor
20	Livro Ciências Sociais 4º	
500	Cadernos escolares	175,00
6	Dúzias de Lápis	18,00
8	Lápis bicolores	3,50
3	Livros de chamada	43,00
1	Livro em branco de 50 fls	5,50
5	Caixas de giz branco	9,50
2	Canivetes	6,80
1	Litro de Tinta Brasil	5,50
25	Envelopes de Ofício	2,70
2	Vassouras	6,10
2	Folhas de mata borrão	1,20

1	Espanador	20,00
3	Toalhas de rosto	5,00
1	Caixa de sabão Protetor	60,00
1	Barra de sabão Morais	1,70
1	Garrafa de alcóol	4,50
6	Canetas sup	1,30
8	Borrachas copag	
TOTAL		318,60

Fonte: A Autora. Dados: Documentos do Acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

As relações de materiais, apesar de corresponderem apenas a alguns anos da década de 1940, demonstram a presença de livros didáticos no grupo escolar e citam alguns, além de apresentarem quais os principais itens indispensáveis para o uso diário dos alunos, como os cadernos escolares, lápis, borrachas e canetas. Ademais, o pedido de materiais simples de limpeza, como sabão e vassoura, demonstra como o grupo escolar, neste período, ainda necessitava de intermediários para a compra dos materiais, o que dificultava, de certa maneira, melhorias na infraestrutura física e pedagógica. O Conselho Municipal de Instrução, presidido em 1940 pelo então prefeito Filinto do Rêgo Monteiro, recomendou por meio de ofício que as listas de materiais deveriam ser enviadas pela diretora do grupo escolar ao Departamento de Ensino, detalhando não só o material didático necessário, mas também o material que sobrou do ano letivo anterior (Conselho Municipal de Instrução, circular s/nº, 28 de dezembro de 1940).

4.2 Vestindo-se de identidade: o uniforme escolar

Dentre a variedade de materiais que englobam a materialidade escolar de uma instituição, o uniforme escolar está incluso entre os que mais transmitem a mensagem que a escola quer passar à sociedade. Conforme Reis (2017), os uniformes, a partir das primeiras décadas do século XX, tornaram-se parte da história e memória da instituição, como um forte símbolo, além de “promover a segurança dos alunos fora da escola e estimular o orgulho dos estudantes pelo colégio” (Reis, 2017, p. 238).

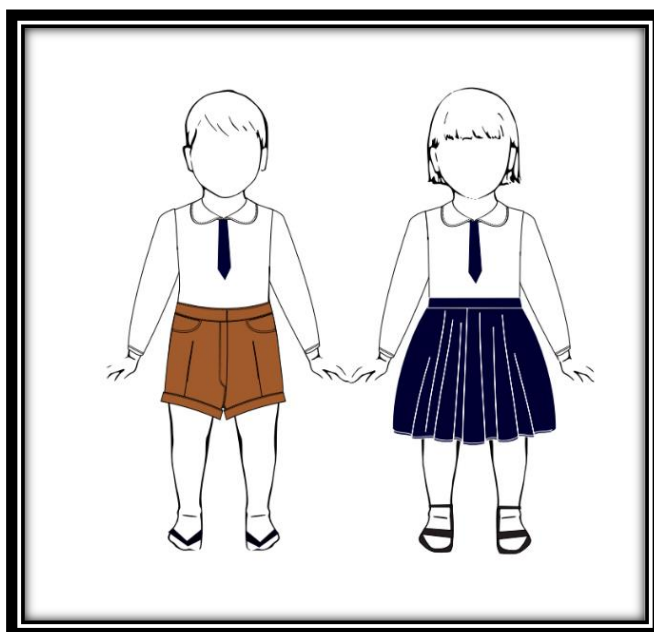
Com a expansão do ensino primário através das escolas, em especial das escolas reunidas e grupos escolares, percebe-se que no território nacional e piauiense, foi-se tornando obrigatório o uso dos uniformes pelo corpo discente. Esse costume do vestir o fardamento foi ampliado sob as influências das ideias da Escola Nova pois “com a escola nova sendo

disseminada e a política de gratuidade do ensino se expandindo, um público que dantes não tinha acesso a escola, e o uniforme passa a mostra a igualdade de direitos ao ensino primário público que o público infantil teria, independente da classe sociais” (Reis, 2017, p.240).

Ao adotar um uniforme, a escola, por meio do seu poder, estabelecia a obrigatoriedade do seu uso diário. Ademais, buscava padronizar os alunos, o que, por muito tempo, levou em consideração o fato de o fardamento ser uma maneira de disfarçar as diferenças sociais e econômicas presentes entre as crianças. Dessa forma, o estudante de baixa renda, por mais que tivesse poucas roupas, só precisaria vestir o uniforme para adentrar o espaço educativo. Entretanto, tendo em vista que a família da “criança pobre” não tinha condições para a compra ou confecção da vestimenta, a instituição escolar ou o governo deveriam buscar alternativas para sanar esse problema.

No caso do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, acreditamos que, desde os primeiros anos de funcionamento, as crianças eram obrigadas a usar o uniforme como um meio de identificação e inserção ao espaço educativo, apesar de o espaço ainda ser um local improvisado, como foi até o ano de 1937. Por meio dos relatos colhidos nas entrevistas com ex-alunos e de fotografias, foi feito um levantamento digital no Inkscape com o auxílio de uma profissional de design de moda. No levantamento, expomos como os uniformes do grupo escolar eram caracterizados, como pode ser visto nas figuras 29 e 30.

Figura 29 - Uniforme dos Anos de 1928 a 1950



Créditos: Sara Figueirêdo

O primeiro modelo de uniforme do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, destacado na figura acima, possuía detalhes característicos da moda e da cultura da primeira metade do século XX. As camisas de mangas compridas emitiam um “ar” de roupa social já adotada por boa parte da sociedade, em uma época que valorizava o excesso de tecido para evitar que o corpo ficasse à mostra, o que se mostra explícito também não só pelo tamanho das mangas das camisas, mas também pelo tamanho das saias de pregas. A gravata azul seguia o mesmo estilo social, caracterizando os alunos como parte de uma instituição escolar que prezava por ter seu alunado bem vestido e elegante. Afinal, como em toda sociedade, o modo de vestir simboliza personalidades e status social, e, de modo geral, representava pertencimento a determinado grupo.

A respeito do uniforme, a ex-aluna Maria do Socorro Sales (2024) relata que “todo mundo ia de farda porque não tinha muita roupa como opção. Então, achava a fardinha e ia todo mundo, de farda” (Sales, 2024). Dessa forma, o uniforme era um meio econômico de ir para a escola diante da escassez de roupas, partindo da ideia de que a família do aluno tivesse condições de garantir, no mínimo, o fardamento. Entretanto, quando assim não era possível, cabia à diretoria da escola buscar meios para custear os uniformes que deveriam ser doados às “crianças pobres”. Geralmente, o custeio saía da Caixa Escolar ou de alguma doação autorizada pelo governo estadual.

Ainda a respeito do primeiro modelo de uniforme do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, quando questionada sobre a existência de regras, imposições ou vistorias do fardamento, Maria do Socorro Sales (2024) acrescenta:

A gente obedecia às normas da escola, hoje não, hoje é diferente, mas naquela época ninguém ia sem farda não. Se por acaso a gente fosse sem farda a gente tinha que avisar a diretora: “Amanhã não venho de farda porque a mamãe levou pra lavar”. E não tinha duas, era só uma. Todo mundo ia de farda porque só tinha aquela farda mesmo, não tinha muita opção de roupa (Sales, 2024).

Por meio desse relato, percebe-se que os uniformes também revelam seu caráter pedagógico, pois, a partir do momento em que o grupo escolar impõe o uso do uniforme, isso significa ser mais um meio de controle dos corpos e a imposição da identidade escolar sobre os alunos. Além disso, conforme Reis (2017), era um meio de disciplinar os alunos, já que “a partir do momento em que eles começavam a aceitar certas imposições, como o uso dessa vestimenta, era um sinal de que começavam a obedecer às regras de convívio da sociedade” (Reis, 2017, p. 229).

Na maioria das vezes, o uniforme era confeccionado pelas mães ou responsáveis dos alunos ou, em outros casos, por costureiras. A respeito disso, Sales (2024) relembra:

Era a mesma farda, só fazia lavar e gomar e bem gomada. A gente que comprava, naquela época não davam nada não, nada não, na época nem merenda, não tinha nada na escola não. A gente que compava a farda, aí eles diziam como era. Fardinha de saia de prega e blusinha branca e o tamanco ou que fosse. Aqui em casa fazia as daqui. Cada mãe costurava, cada um fazia a sua e estava lá bem linda. E a gente ainda gomava bem gomadinha a saia de prega. Cada um na época, na moda da época (Sales, 2024).

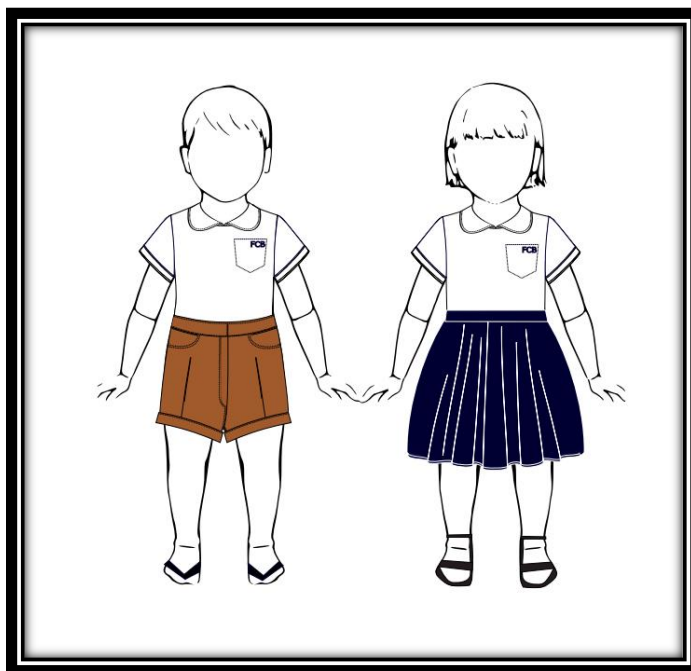
A respeito do calçado usado com o uniforme, Maria do Socorro Sales (2024) relembra que, em sua época, ela usava tamanco ou outro tipo de calçado e que não chegou a receber fardamento da escola ou do governo, o que demonstra que a distribuição de fardamento, quando assim ocorria, era destinada a uma pequena e seleta quantidade de alunos, definidos como alunos que urgentemente necessitavam devido às suas condições econômicas. Ainda sobre os calçados, Sales (2024) relembra:

[...] E era tamanco, chinelo, os tamanquinhos. Não tinha tênis não. Ninguém podia. Quando começou as japonesas todo mundo fazia um sacrifício e comprava uma. Mas era tamanquinho, era chinelinho de couro cru que o homem fazia pra gente e que dava para ir para a escola, não tinha esse negócio de tênis não, minha filha. Nos jogos era descalço que a gente corria, era descalço que a gente jogava, com um calção que não podia ser muito curto, elástico nas pernas e elástico na cintura, e a blusa de farda. E era descalço e o pé nem doía (Sales, 2024).

Além do seu caráter pedagógico, o uniforme também estava relacionado com a higiene, pois, além da obrigatoriedade do fardamento, era difundido socialmente que este deveria estar sempre limpo, o que, por muitas vezes, era difícil devido à cor branca da camisa e ao fato de que crianças de todas as épocas sempre estão em movimento. A cobrança da higiene era feita principalmente pelos professores.

O uniforme, além de uniformizar os corpos, como o próprio nome significa, também se caracteriza por identificar a escola e os alunos que a compõem, fazendo com que o sentimento de pertencimento seja moldado no imaginário social dos alunos. Isso ocorre também com o segundo modelo do uniforme do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, destacado na figura 30:

Figura 30 - Uniformes usados a partir de 1950



Créditos: Sara Figueirêdo

Neste novo modelo de uniforme, que acreditamos ter sido adotado a partir dos anos 1950, percebe-se que as cores permaneceram, mas as camisas não possuíam mais mangas longas, não eram mais acompanhadas por gravatas e foi introduzido na camisa um bolso com as iniciais do nome Felon Castelo Branco. Esses novos uniformes marcaram a memória de muitos estudantes por conta da apropriação que eles fizeram de seus uniformes e de como passaram a ver os uniformes de outras escolas, como relembra Sales (2024):

Depois tiraram a gravata e botaram um bolso com as iniciais de Felon Castelo Branco que apelidaram de Faca Corta Beiju. Tinha os apelidos e a rivalidade. O Felon era “Faca Corta Beiju”, “Filha do Cão Barbado” e “Filha da Cachorra Branca”. Apelidavam as escolas. No Patronato eram “Pato Magro Nojento”, “Partido Nacional Marreteiro”. Aí lá em cima era o “Grupo Corocô”, era assim. Aí depois mudaram, a saia de prega, cobrindo o joelho, e a blusinha branca. Tiraram a gravata e as mangas eram curtas e o bolsinho com F, C e B (Sales,2024).

Através desse relato, fica notório como o uniforme marcava as memórias e práticas escolares, e que, do mesmo modo, ele era um meio de identificar as escolas e personificar quem as vestia, mesmo que, por muitas vezes, os adjetivos fossem utilizados de maneiras erradas e pejorativas. Concordamos com Reis (2017) quando diz que

Os uniformes escolares surgem habitualmente nas narrativas sobre a vida escolar e nas memórias sobre a escola. O mesmo é destinado à identificação, à manutenção da postura corporal e a individualização. Ele se caracterizava como um elemento próprio da cultura material, que se distingue por abarcar não só os objetivos da vestimenta e aos tecidos, mas também pelos seus significados nos grupos sociais. O uniforme ou fardamento cumpriam, no decorrer do tempo, a função de distinguir grupos, e a submissão de forma objetiva de tribos e estudantes pertencentes a uma determinada instituição (Reis, 2017, p.224-225).

Na fotografia a seguir, o corpo estudantil do Grupo Escolar Felon Castelo Branco se encontrava na Praça Getúlio Vargas, provavelmente em um momento alusivo a alguma festividade. É válido destacar o uniforme, já alterado para o modelo de mangas curtas, sem gravatas e com o acréscimo do bolso. Ademais, nota-se que as saias das meninas já não são abaixo do joelho e que possuem um tamanho mais semelhante ao calção que os meninos usavam. O modo como estão organizados e o fato de que todos estão fardados demonstram a disciplina imposta para a organização dos corpos estudantis e a disciplina na escola.

Figura 31 - Alunos do Grupo Escolar Felon Castelo Branco reunidos na Praça Getúlio Vargas



Créditos: Maria do Socorro Sales

4.3 Materiais das salas de aulas

Podemos compreender mais sobre uma instituição, suas pedagogias e cultura por meio de outros objetos de estudo, como a organização dos estabelecimentos escolares, a mobília das salas de aula e demais objetos de uso escolar. A respeito de suas lembranças sobre a sala de aula em que estudavam, as entrevistadas desta pesquisa relembrou suas carteiras, o que é algo comum em lembranças de infância, por ser a sala de aula o local em que mais passavam tempo aprendendo e interagindo com os demais. A respeito da mobília da sala em que estudava, Maria do Socorro Sales (2024) relembra:

As carteiras eram de dois a dois.[...]. Na carteira já tinha um localzinho de metal para a gente colocar o vidrinho de tinta. Era de dois a dois as carteiras. No dia da caligrafia a gente levava era a caneta mesmo, aquela caneta, parecia um bico de papagaio, a gente metia a caneta e metia no vidro de tinta e escrevia. As carteirinhas de dois a dois. Fila dos homens e filas das mulheres. Os homens de dois a dois, a sala era cumprida aí fazia duas filas de dois a dois. Cadeiras de madeira e quadro negro que escrevia com a barrinha de giz. A professora tinha sua mesa e cadeira (Sales, 2024).

Na fala de Sales (2024), percebe-se como era organizada a sala de aula do seu tempo, em duas filas e com a separação entre meninos e meninas. A carteira, parte importante da sala, comportava duas crianças e tinha objetivos além da acomodação, pois, conforme Alcântara (2014), “sentar não era mais somente uma questão de acomodar o aluno em qualquer banco, não devia ser mais uma ação aleatória” (Alcântara, 2014, p. 42). Fazer com que as crianças se comportassem em filas e quietas nas cadeiras fazia parte do comportamento esperado. Para melhor compreensão, confirmamos com ex-alunas que as carteiras duplas eram semelhantes à da imagem seguinte:

Figura 32 - Cadeira escolar dupla



Fonte: Anos Dourados. Disponível em: <https://www.anosdourados.blog.br/2024/01/decada-de-60-imagens-escola-alongador.html?m=0>

As carteiras duplas, por muito tempo utilizadas no grupo escolar, assim como os demais modelos, tinham o objetivo de controlar a postura dos alunos, que deviam sentar de maneira correta, e ordenar o espaço individual de cada um. A separação das fileiras de meninos e meninas, presentes ainda neste período, demonstra como a escola ainda contribuía para uma distinção cultural fortemente enraizada entre os sexos, apesar dos avanços trazidos pelo público misto nestas escolas. Ademais, o modo como eram enfileiradas também impactava na saúde do corpo estudantil, como evitar ou atenuar problemas de visão, minimizar ou diminuir problemas higiênicos no espaço educativo, como a proliferação de piolhos, de resfriados ou outras intempéries. Sobre isso, Castro; Silva (2011) nos diz que,

Embora na vida privada ou em cenas públicas as cadeiras pudessem ter relação com o conforto e com o status social, na cena escolar elas não respondiam pela mesma função. Bancos e cadeiras ordenavam espaços e sujeitos dentro de um universo delimitado. Na escola, mesa e cadeira encontraram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem. Perpetuaram-se como objeto fundamental para um bom ensino (Castro; Silva, 2011, p. 209).

A questão da quantidade de carteiras sempre foi pauta de solicitações das diretoras do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, que relatavam a falta de carteiras suficientes para os alunos, o que acarretou, em muitos anos, a decisão de oferecer aulas também no período da tarde, devido ao número insuficiente de carteiras. A partir dos anos de 1950, o grupo escolar

já possuía outro modelo de carteira - as individuais, para somar com as carteiras duplas que ainda permaneciam. A respeito disso, a ex-aluna Elenice Melo Fortes (2024) relata:

A sala era organizada em dupla. Tinha sala que as carteiras eram duplas e tinha sala que era individual. A minha era individual. Você chegava no primeiro dia e aquela carteira que você pegou era sua até o fim do ano. Então quem gostava de sentar na frente, no primeiro dia de aula ia era cedo para lá, para na hora que abrisse o portão você já pegar a carteira, porque aí aquela ali já era a sua, ninguém tomava não, todo mundo respeitava. Mesmo no segundo semestre tendo a férias de julho, mas você voltava e a aquela cadeira era sua, a que você pegou no começo do ano. Eu sentava na frente, eu gostava da primeira carteira porque normalmente atrás eram os meninos, os mais danados, aí as confusões que tinham lá quem estava atrás entrava no bolo (Fortes, 2024).

No relato de Elenice Melo Fortes (2024), percebe-se que, no período em que ela estudou, nos anos de 1961 e 1962, ela usou as carteiras individuais, semelhantes à cadeira da figura 33, mas que cumpriam o mesmo propósito de organizar os alunos em filas, entretanto, não mais com as divisões entre o sexo masculino e feminino. O critério de escolha da carteira também já se mostrou mais dinâmico, cabendo aos alunos estabelecer pequenos contratos sociais de escolha e posse, o que, por sua vez, não levava em conta peculiaridades a respeito da saúde ou nível de aprendizado dos alunos.

Figura 33 - Carteira Escolar Individual



Fonte: Anos Dourados. Disponível em: <https://www.anosdourados.blog.br/2024/01/decada-de-60-imagens-escola-alongador.html?m=0>

Além das carteiras, outros objetos, como livros didáticos e de leitura, fazem parte da materialidade da escola e também são importantes para a compreensão da cultura escolar, das práticas escolares e das pedagogias desenvolvidas no período estudado.

4.3.1 Livros didáticos e de leitura

Os livros didáticos fazem parte da materialidade da escola e o seu uso por professores e alunos de diferentes épocas faz com que sejam incluídos também no rol das práticas escolares. Concordamos com Silva (2012) que diz que

Além de consagrado em nossa cultura escolar, o livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula (Silva, 2012, 806).

A presença dos livros didáticos no Grupo Escolar Fenelon Castelo, ao longo das décadas, ocorreu de formas distintas, a ponto de, em alguns momentos, o grupo não os disponibilizar para os alunos, e, em outros anos, os alunos tinham acesso a eles. Em nossas pesquisas, encontramos alguns registros sobre os livros didáticos e cruzamos essas fontes com as fontes orais, coletadas por meio de entrevistas.

De acordo com a ex-aluna Maria da Conceição Sales, que iniciou seus estudos no grupo escolar em 1937, ela relatou que, neste período, havia a presença do livro, e que cada aluno recebia um exemplar, e “o nome do livro era A Infância Levítica. Esse livro trazia todas as disciplinas: português, matemática, ciências, história... Cada aluno recebia um livro” (Sales, 2006 apud Lopes, 2006). Nesse período, na primeira década de funcionamento do grupo escolar, percebe-se que o uso deste único livro guiava o que os professores deveriam ensinar aos alunos, e que as disciplinas já eram preestabelecidas mediante o conteúdo do livro. É nesse período também que o governo ditatorial de Getúlio Vargas – Estado Novo, intensificou o projeto de disseminação de ideias nacionalistas, e que a produção de livros didáticos no território brasileiro ganhou expressividade diante da elevação dos custos de importação de livros produzidos ou traduzidos no exterior.

Em 1938, ainda no período do Estado Novo, foi criada pelo Ministério da Educação e Cultura a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que controlava a produção,

distribuição e o conteúdo ideológico dos livros didáticos, subordinando também as Comissões de livros didáticos dos estados (Silva, 2012).

No relato da ex-aluna Maria do Socorro Sales (2024), ela destaca que, durante a sua formação primária nos anos da década de 1950, não teve acesso a livros didáticos e que, por não ter esse acesso, o caderno era usado como único auxílio:

Não, a gente copiava os pontos, copiávamos o texto, o ponto, copiava o ponto. “Vamos copiar o ponto!”. O “ponto” era o que a gente ia estudar. Na época a gente passava mais tempo copiando do quadro do que...porque a gente tinha que levar aquilo que nós tínhamos copiado para nós estudar em casa para poder passar a atividade de acordo com aquilo que nós copiávamos. Tinha que ter dois cadernos e um lápis. Um para copiar os pontos e o outro para fazer a atividade. A gente que comprava, não tinha nada, não (Sales, 2024).

O “copiar o ponto”, além de não otimizar o tempo de aprendizado devido ao trabalho e ao tempo de escrita, também aumentava os gastos com materiais escolares, que, segundo a ex-aluna, eram custeados por sua família. Ademais, em um momento em que as práticas pedagógicas usavam o livro como seu principal e mais comum instrumento, a sua falta afetava de maneira significativa. Por meio do relato de Maria do Socorro Sales, entendemos que houve anos em que não eram ofertados livros didáticos aos alunos do grupo escolar.

No relato da ex-aluna Elenice Melo Fortes, que estudara nos primeiros anos da década de 1960, já é relatado novamente a utilização de livros didáticos no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco:

Era um livro, esse livro era passado pra todo mundo. Você pegava no 1º ano, se você tivesse mais filhos aquele ali era só passando, não era todo ano esse horror de livro que gastava. A gente tinha aquele livro que geralmente era de português e matemática. O resto a professora colocava tudo na lousa e a gente copiava, as outras matérias (Fortes, 2024).

O relato da ex-aluna mostra como o caderno ainda era usado como auxílio na falta de livros didáticos, neste caso livros de outras disciplinas além de português e matemática. Ademais, o fato de os livros passarem de irmão para irmão, lembrado por ela, demonstra como os livros didáticos não sofriam muitas alterações no decorrer dos anos, podendo assim ser reutilizados. Essa reutilização dos livros didáticos era uma prática comum nas escolas primárias do país, e sobre isso Gatti Jr (2004) reitera:

Caracterizou-se no que diz respeito aos manuais escolares, da seguinte forma: foram livros que permaneceram por um longo período no mercado sem sofrerem grandes alterações; livros que possuíam autores de lugares tidos, naquela época, como de alta cultura, como o Colégio Pedro II; livros publicados por poucas editoras que, por muitas vezes não os tinha como mercadoria principal e, por fim não apresentavam um processo de didatização e adaptação de linguagem consoante às faixas etárias às quais se destinavam”. (Gattir Jr, 2004, p. 37).

Além dos livros didáticos, também era trabalhado com as crianças do grupo escolar livros de leitura, já que o ato de ler era algo exercitado rotineiramente pelos alunos, e estes livros seriam um auxílio para desenvolver a habilidade da leitura ao tempo que também transmitiam ideais cívicos e morais. Um destes livros é registrado em 1937, quando a diretora do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco transcreve a cópia de um ofício à prefeitura; o documento tinha como conteúdo o agradecimento ao prefeito Filinto do Rêgo Monteiro pela oferta de um exemplar do livro *Um menino de qualidade*, que pode ser visualizado nas figuras 34 e 35:

Figura 34 - Capa do livro *Um menino de qualidade*



Fonte: Acervo pessoal

Figura 35 - Páginas do livro Um menino de qualidade



Fonte: Acervo pessoal

O exemplar da primeira edição de 1937, do livro *Um menino de qualidade*, publicado pela Coleção Ceres, foi doado pelo prefeito aos alunos do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco. O conteúdo do livro é voltado para as aventuras do menino Humbertinho que, apesar de ter sofrido com uma doença “sarou rápido e meteu-se a estudar com afinco”. No livro, é enfatizado que Humbertinho sai de sua terra, da fazenda onde morava, para estudar na escola, concluindo o ensino primário com ótimas notas. Após a conclusão do ensino elementar, três anos depois, ele pega o trem e volta para a fazenda, onde se depara com uma missão: ajudar os vizinhos do campo, em sua maioria iletrados, a combater uma praga que estava atacando os campos de todo o país – a saúva (Haroldo, 1937).

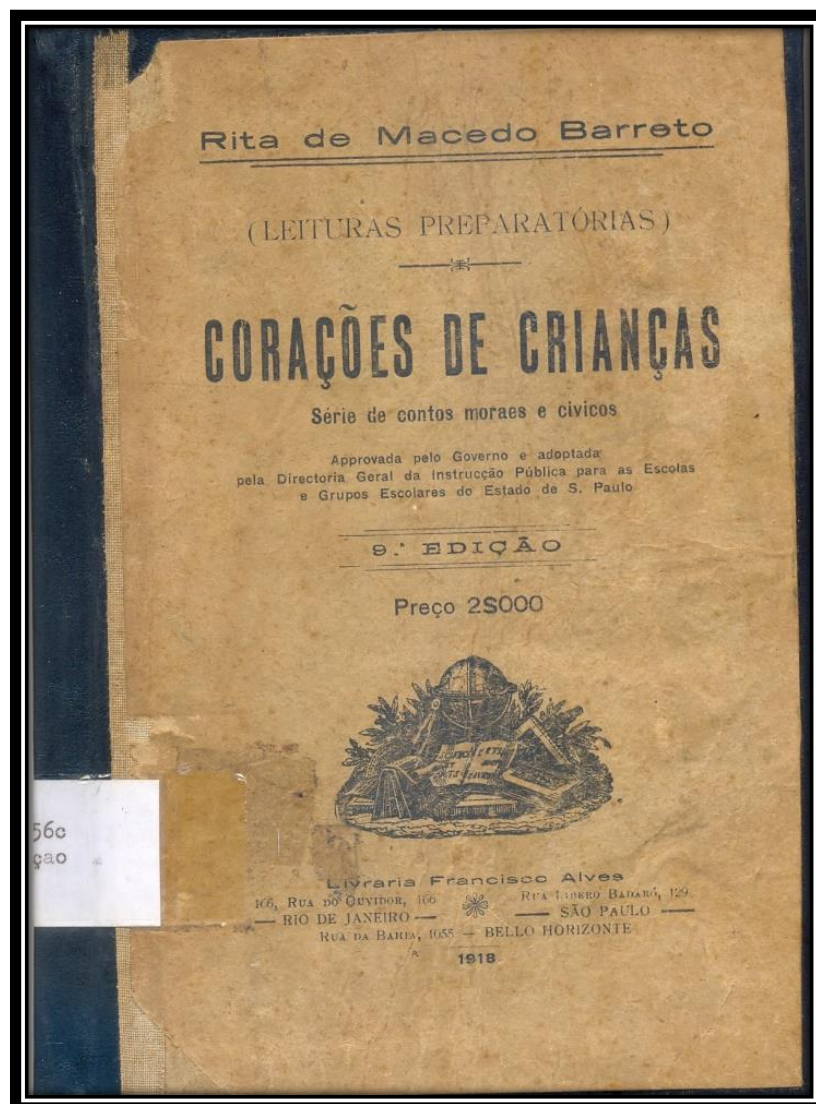
Durante o combate à saúva, o menino Humbertinho conta com os ensinamentos de um personagem letrado e com a formação em ciências agrônômicas. Este personagem era chamado Dr. Renato, e instruía Humbertinho sobre como convencer as pessoas campesinas da importância do combate à saúva, mas também o induz a ver o Poder Público como o grande mantenedor do bem-estar coletivo, aquele que se preocupa até mesmo com o homem iletrado que trabalha no campo. Nas conversas com Dr. Renato, Humbertinho aprende que com o auxílio de um importante personagem – o Governo – eles obtiveram avanços, pois foi o

Governo que pagou os professores da formação em agronomia, era quem cobria as despesas com as escolas, e quem vendeu os maquinários rurais a preço de fábrica. Ainda segundo Dr. Renato, o Governo distribuiu sementes selecionadas para o plantio e construiu a estrada de ferro que trouxe Humbertinho de volta e que também valorizou sua propriedade rural. Desse modo, o menino foi ensinado a não duvidar que o Poder Público se importasse com os homens que moravam tão longe, não podendo ser rude no julgamento com o Governo (Haroldo, 1937).

O conteúdo do livro doado pelo prefeito ao grupo escolar se resume em gerar nas crianças do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco o apreço pelo Poder Público, suas obras e seus auxílios, assim como valorizar a criança que estudava e completava o curso do ensino primário elementar, e que no futuro seriam bons cidadãos letrados, instruídos e com princípios éticos e morais solidificados.

Além deste livro, outros livros de leituras estavam disponíveis ao alunado do grupo escolar, como aqueles citados no pedido de materiais dos anos da década de 1940. Dentre eles, destacamos os livros *Corações de Crianças* e *Porque Meu Ufano do Meu Paiz*, que são ilustrados por meio das figuras 36 e 37:

Figura 36 - Livro Corações de Crianças



Fonte: Acervo Histórico do Livro Escolar – AHLE. Disponível em:
<https://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com/2013/01/>

O livro *Corações de Crianças* foi um modelo de livro bastante utilizado no decorrer dos anos no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, sendo utilizado do 1º ao 4º ano. Sua produção tem origem em São Paulo e foi aprovado pelo governo paulista para ser usado em escolas e grupos escolares do estado. O prestígio de ser aprovado pelo governo paulista fez com que este livro fosse disseminado por vários outros estados, como no caso do Piauí. O livro é constituído por uma série de contos morais e cívicos, seguindo a mesma linha de outros livros de leitura que tinham o propósito de melhorar as habilidades de leituras dos alunos do grupo escolar ao mesmo tempo em que inculcia nos alunos os ideais republicanos e morais-cívicos que o governo de Getúlio Vargas priorizava difundir. De acordo com Reis

(2006), o livro tinha o objetivo de “despertar na criança sentimentos de amor, respeito, caridade, perseverança, obediência, etc, e sendo o coração simbolicamente a ‘morada dos sentimentos’ mostra sua intenção de moldar a imagem da ‘boa criança’ com um ‘coração’ repleto de virtudes” (Reis, 2006, p.210).

De acordo com os documentos analisados, outro livro de leitura bastante utilizado pelo corpo de aluno do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco foi o livro *Porque Meu Ufano do Meu Paiz*, de autoria de Afonso Celso, um livro bastante utilizado pelas escolas de ensino primário e secundário de todo o país. O livro é dividido em onze capítulos que expõem onze motivos que comprovam a superioridade do Brasil como nação grande, desenvolvida e de um futuro promissor. Nos capítulos, é desenvolvido sobre temáticas como a grandeza territorial do Brasil, os costumes, a natureza, a mestiçagem feita entre portugueses, negros e indígenas que, segundo o autor, fazem do país uma grande e promissora nação. Percebe-se que o intuito do livro era causar no público infante-juvenil a admiração pela história do povo brasileiro e, conseqüentemente, despertar o sentimento de pertencimento da história contada, do país em que vivia. A capa do livro, apresentada na figura 37, traz uma ilustração da bandeira nacional, dando a entender que era um livro que enaltecia o país e seus símbolos, e que a partir da sua presença na escola influenciaria os estudantes ao amor e respeito à pátria.

Figura 37 - Capa do livro Porque Meu Ufano do Meu Paiz



Fonte: Biblioteca Brasileira. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4127>

4.4 O cotidiano escolar: O recreio escolar e as brincadeiras.

O espaço escolar, por ser propício ao desenvolvimento social, motor e emocional das crianças, permite que as relações entre professor e aluno, e entre as crianças, aconteçam dentro e fora da sala de aula. Momentos cotidianos como o recreio escolar marcam a memória individual e coletiva de um grupo, neste caso os alunos do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco. Analisar o recreio escolar e seus momentos de interação social, como as brincadeiras, as rodas de conversa, e as interações no momento do lanche, mostra como os alunos socializavam entre si, como aprendiam e se recreavam.

Durante os momentos livres, como no recreio, as crianças aproveitavam para brincar e se divertir, e usavam destes momentos para diferentes brincadeiras. Sobre isso, as ex-alunas relembram:

Cancão, a gente andava caçando os pedacinhos de cacos para levar. Ou então Lua. A Lua são 6 quadros e a roda, aí você ia só num pé, jogava o caco e saía, jogava o caco no primeiro quadro e saía pulando num pé só. Se você conseguisse, não pisasse nas linhas você ia até a meia lua e voltava. Brincava de Cancão, de barra. A Barra era um pau bem no meio, aí um grupo de um lado e o outro do outro. Ou então gostava muito de assim: Um pau lá, uma fila aqui outro lá, cada um jogar com a bola, correr, jogar a bola e passar para outro. Era Cancão, era a Barra, Cara e Coroa, eram essas as brincadeiras. A Lua demais, Cancão e Lua, presilha comia fogo, era essas as brincadeiras nas calçadas do Fenelon, cada uma levava seu caco no bolso (Sales, 2024).

No relato de Sales (2024), percebe-se que as brincadeiras envolviam brinquedos comuns como o anel e a bola. Outros instrumentos também eram utilizados como brinquedos ou recursos para as brincadeiras, tais como os cacos de pedra ou material semelhante, e presilhas para brincar de Lua, além de pedaços de pau para brincar de Barra. Todas essas brincadeiras envolviam grupos de alunos que usavam o recreio escolar principalmente para interagirem entre si, fortalecendo também amizades dentro da escola, criando assim momentos de sociabilidade dentro dos grupos que se reuniam no momento recreativo.

A respeito do recreio escolar do tempo em que estudava no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, especificamente nos anos de 1961 e 1962, Elenice Melo Fortes (2024) relembra:

O intervalo era meia hora, aí você ficava à vontade, brincava, comia, jogava bola quem quisesse, eu normalmente ficava em pézinha olhando. As brincadeiras eram de pega-pega, era de jogar bola, as meninas menores eram de anel, bom barquinho, esses mesmo que a gente brincava em casa se brincavam lá. As maiores já normalmente ficavam conversando, dificilmente iam (Fortes, 2024).

No relato de Fortes (2024), ela destaca que as brincadeiras eram as mesmas que os alunos brincavam no espaço doméstico, o que indica que os professores provavelmente pouco interviam no horário do recreio para ensinar novas brincadeiras ou desenvolver alguma atividade recreativa direcionada aos alunos, deixando-os à vontade para brincarem com as atividades que já conheciam.

As lembranças que a memória escolar conserva podem ser de variados assuntos, e o recreio, o intervalo entre as aulas, deixa lembranças sobre a merenda, sobre os amigos, os conflitos de criança, as brincadeiras, e até mesmo sobre acidentes. A respeito de um episódio triste ocorrido no momento do recreio escolar, Vicente José do Rêgo Primo (2024) rememora:

Eu me lembro muito bem que lá tinha um pé de tamarindo doce. Doce, acredita? Doce mesmo! Tinha esse pé de tamarindo dentro dos muros do grupo. E para se atrepar lá só tinha um que tinha coragem [...]. Ele tinha coragem de subir na última galha e as meninas ficavam pedindo, era um bocado que ficava pedindo dizendo "oh, tira uma pra mim, joga uma pra mim". E ele pegava, e era nas últimas galhas, era uma coragem mais mostra do mundo. Quando foi um dia, o "bichinho", ele pisou numa galha e a galha escorreu e ele caiu. Rapaz, ele foi bater no chão chega empinou. [...] A professora chegou e quando levantou ele, levantou já sem vida. Morreu o "bichinho", morreu na escola. E ele tinha vários irmãos (Rêgo Primo, 2024).

O relato da morte do colega ficou na memória de Rêgo Primo (2024); o susto e a tristeza pelo ocorrido durante o recreio e no espaço escolar – a morte de um aluno – abalaram a comunidade no período, deixando seu registro nas lembranças de escola de alunos e funcionários do grupo escolar da década de 1940.

A respeito das suas memórias sobre o recreio escolar e também sobre a merenda ou sua falta, Sales (2024) relembra:

Eu me lembro demais como era que levava os cadernos, num saco de plástico, depois com muito tempo a gente ia fazendo uma sacolinha de plástico, mas levava dentro de uma sacola. Na mesma sacola, as meninas com brincadeira, levava manga, mas era bom porque não tinha merenda escolar. Aí a gente levava manga, levava farinha de puba e comia lá, na escola manga e farinha de puba, uma beleza! Porque o recreio era de nove horas a nove e meia, e não tinha nada para comer e comia a manga com farinha. A Maria Ferreira ali, a mãe dela fazia muito bolo, e ela levava bolo pra gente, aí as amiguinhas ainda comiam bolo. Na época das mangas era manga, na época do milho era milho assado, era assim, não tinha merenda escolar. Depois, muito tempo, é que chegou o leite, que chamavam leite de manguba (mangaba), ou leite de pau, e era uma beleza e a gente achava bom porque todo mundo tinha fome [...]. A Dona Madalena zeladora que fazia, era só desmanchar e esquentar ele e botar no sol, era uma beleza. Cada um levava sua merendinha se quisesse merendar. (Sales, 2024).

As lembranças remontam aos primeiros anos da década de 1950, um momento em que a escola ainda não garantia aos alunos o direito à merenda escolar, o que faz com que os alunos, quando podiam, levassem o próprio lanche, que geralmente era o alimento que estava em abundância naquele período, em momentos de colheita, como o milho e a manga citados

pela ex-aluna. Entretanto, nesta mesma década, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), no qual teve destaque o Programa de Alimentação Escolar, que usava recursos externos para o financiamento da merenda escolar e que visava combater a fome e diminuir a evasão escolar. Acreditamos que o momento em que Sales (2024) cita a presença de uma merenda escolar – o leite de mangaba – tenha sido um dos primeiros indícios dos recursos do programa chegando ao Grupo Escolar Felon Castelo Branco.

4.5 As festividades no Grupo Escolar Felon Castelo Branco⁸

O ato de festejar faz parte da vida humana desde a Antiguidade, as sociedades rurais festejavam a colheita bem-sucedida, os casamentos, as vitórias e triunfos nas guerras. Festejavam pelo que estavam vivendo no momento ou pelo que já havia acontecido no passado, como um memorial importante a ser lembrado. No mesmo sentido, as festividades adentram o espaço escolar brasileiro com o intuito de lembrar os grandes feitos heróicos da história do país, de celebrar dias e símbolos da nação, de enaltecer o Poder Público e tudo o que ele oferecia ao povo. O festejar fez e faz parte do vivenciar a escola e memorizá-la de forma individual e coletiva. Dessa forma, para compreender os significados das festividades escolares, é necessário de antemão entender o espaço escolar como um “lugar de memória” (Nora, 1993).

De acordo com Nora (1993), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, p.13).

A partir da proclamação da República, instituiu-se um calendário de celebrações a fim de enaltecer símbolos e pessoas que representassem valor ao novo modelo de poder constituído. Durante a Era Vargas (1930-1945), o calendário de festividades permaneceu; inclusive, durante o seu governo ditatorial – o Estado Novo – novas datas comemorativas foram acrescentadas. O intuito das celebrações era o de difundir na comunidade escolar e na sociedade em geral o respeito ao Estado, como explica Melo (2009):

A nacionalização da sociedade é um dos principais objetivos do governo de Getúlio Vargas, que deveria ser alcançado utilizando vários elementos ou

⁸ A sessão sobre as festividades contém fontes do artigo “Foi entusiasticamente celebrado”: As Festividades do Grupo Escolar Felon Castelo Branco, em União-PI (1932-1963), de autoria de ROCHA, H. A. M. da; SOUSA, J. B. de. (2024).

argumentos que auxiliassem o Estado nesta consolidação, como a educação e a cultura, para o fortalecimento da memória nacional (Melo, 2009, p. 26).

Durante os governos de Getúlio Vargas, as festas escolares tiveram grande significância devido ao seu caráter pedagógico, que favorecia a educação moral de crianças e da sociedade em geral, sendo assim um meio de difundir os ideais de amor à pátria e o anseio de progresso. De acordo com Cândido (2019, p.231), “[...] as ocasiões festivas, ao serem apropriadas pelas instituições de ensino, ganham contornos particulares capazes de indicar em ‘grande estilo’ o festivo, o lugar social ocupado pela escola e seus ensinamentos”.

Cândido (2019) também destaca que as festas realizadas nas escolas brasileiras no século XX podem ser analisadas em três categorias principais: as festas cívicas escolares, as festas que comemoram as instituições de ensino e suas etapas, e as festas da natureza. Ademais, frisa que outras categorias são criadas para dar conta das demais festas, como, por exemplo, as homenagens. Dessa maneira, podemos analisar as festividades do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco a partir dessas quatro categorias, compreendendo os significados dessas solenidades, como aconteceram e como foram registradas nos documentos oficiais e nas memórias individuais e coletivas de quem as vivenciou.

Em contato com o Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, constatamos diversas ocorrências de festividades escolares registradas entre os anos de 1932 e 1963. Além disso, em demais documentos localizados no acervo escolar, também se apresentam eventos festivos relacionados ao grupo escolar. O primeiro registro de festividade escolar no livro de registros é datado de 1º de maio de 1932, quando se descreve que alunos, professores, autoridades e a comunidade em geral celebravam a Confraternização das Classes Operárias:

Cumprindo o preceito legal, e a despeito da indiferença do meio, foi dignamente comemorado o dia consagrado a confraternização das classes operárias, com uma sessão cívica, às 9 horas, a que compareceram todas as professoras e alunos, o Sr. Prefeito Municipal, o Presidente do Conselho Popular Municipal de Instrução e diversos cavalheiros e senhoras. Após cantado, por todo o Grupo Escolar, o “Hino Nacional”, a Diretora abriu a sessão com uma alocução sobre a data em seus múltiplos detalhes. Sobre a mesa havia em exposição os trabalhos escolares de exercícios dos alunos sobre o feriado. A festa foi encerrada com outro hino – o da “Independência” – cantado igualmente por todos os alunos. (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p.3)

A Confraternização das Classes Operárias fazia parte do quadro de festas cívicas do calendário de festividades instituído pelo governo e tinha o propósito de desenvolver nos

alunos o valor do trabalho e sua importância para a construção de uma nação próspera. No registro, a diretora descreve que, apesar “da indiferença do meio”, que, de acordo com registros anteriores, referia-se a um conflito entre a diretora e o inspetor geral de ensino, a festividade cívica foi realizada, contando com a presença de autoridades, a entoação de hinos e a exposição de trabalhos escolares feitos pelos alunos. Esses trabalhos escolares realizados pelos alunos eram trabalhos manuais sobre a temática da festividade, o que demonstra que o tema, seus símbolos e significados também eram ensinados dentro da sala de aula.

As festas cívicas, como a mencionada anteriormente, marcaram as escolas brasileiras no século XX e, em especial, os grupos escolares, descritos como escolas da República. O calendário nacional de festas instituía que o civismo deveria ser perpetuado durante todo o ano. Conforme Vivan e Sousa (2023), essas festividades ocuparam momentos marcantes na história dos grupos escolares, tornando-se um meio de ensinar os ideais republicanos a todos os alunos, professores e à comunidade em geral. A respeito disso, Cândido (2019) acrescenta:

A partir do momento em que o civismo, entendido como conteúdo fundamental para o processo de formação do cidadão comprometido com o progresso da sua pátria, se constitui como comportamento social relevante a ser ensinado, as escolas, como instituições representativas do Estado, são chamadas a cumprir essa obrigação; esse conteúdo e esse valor escolar passam a ser ministrados em diferentes momentos do currículo e também nas oportunidades festivas. Associado à formação do cidadão, o ensino do cidadão, o ensino do civismo e da cidadania é concebido pelos educadores da época como a vertente educacional privilegiada para a concretização dos ideais políticos no sistema educacional (Cândido, 2019, p. 233-234).

Em acordo com os calendários festivos, a obrigatoriedade e a importância de realizar estas festividades foram celebradas inúmeras festas cívicas no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, conforme o quadro de autoria de Rocha e Bezerra (2024):

Quadro 15 - Festas cívicas no Grupo Fenelon Castelo Branco

Descrição da festa cívica	Anos dos registros da festividade
Dia do Trabalho/ Confraternização das classes operárias	1932;1961.
Dia da Pátria	1935; 1936; 1939; 1963
Dia da Bandeira	1937; 1939; 1941; 1942,1944; 1945
Aniversário do Estado Novo	1941; 1942; 1944
Data da República	1941

Autoras: Rocha; Sousa (2024). Disponível em:

<https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/349/358>

Conforme o quadro acima, percebe-se que, no grupo escolar, as festas cívicas aconteciam de acordo com o calendário nacional e que, por mais que houvesse algumas inconstâncias de celebração ou de registros delas, havia na instituição uma ritualidade presente no decorrer dos anos, cumprindo, assim, a obrigação imposta pelo Estado. De acordo com Melo (2009), esta obrigação deveria ser plenamente executada para que, por meio dessas celebrações, fosse construída uma memória cívica piauiense:

Todas as crianças, jovens estudantes dos vários estabelecimentos, das escolas públicas e privadas, de todos os níveis de ensino e de professores eram convidados a participar das várias comemorações cívicas, um chamamento como uma lembrança da obrigação e da relação de fidelidade ao Estado, não esquecendo que todos tinham que participar e de não deixar de lembrar que o futuro do país lhes pertencia. Todos deveriam comparecer, criava-se a ilusão de um estado participativo, o calendário cívico constava de datas a serem festejadas e vivificadas para engrandecimento do pátria amada e do torrão natal, como o Dia da Árvore, o Dia do Pan-Americano, o Dia da Bandeira, o Dia da Raça, a Semana da Pátria e o 7 de setembro, da Proclamação da República (Melo, 2009, p.131).

Durante o Estado Novo, novas celebrações foram adicionadas, como o Aniversário do Estado Novo e o Aniversário de Getúlio Vargas. A respeito de uma dessas festividades, é descrito que, no dia 10/11/1944, a celebração do aniversário do Estado Novo foi realizada com grande entusiasmo e brilhantismo, contando com desfiles pela cidade de União:

Com grande entusiasmo, foi comemorado o 7º aniversário do “Estado Novo”. Para maior brilhantismo das solenidades, houve uma demonstração de Educação Física, dos alunos deste Grupo Escolar, sob a direção da professora Zuleide Pereira de Magalhães. Depois de falarem diversos oradores, deu-se um desfile pelas principais ruas da cidade; encerrando as festividades com distribuição de merenda a 400 alunos (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p.44)

Outras festividades escolares de cunho cívico foram desenvolvidas no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, e uma das principais e mais celebradas foi a Festa da Pátria, celebrada no dia 7 de setembro. Nesta data, o sentimento patriótico deveria ser demonstrado por meio de cânticos de hinos, exposições de trabalhos manuais e demais manifestações de amor e respeito à Pátria. Sobre isso, foi registrado no livro de registros do grupo escolar, no ano de 1935:

Foi comemorado hoje com grande entusiasmo o “Dia da Pátria”, constando dos seguintes programas às 7 horas. Parada escolar, hinos do Piauí, Nacional e da Independência. Discurso pela professora Ana Carvalho Boavista. Desfile pelas principais ruas da cidade. À noite, conferência sobre a data por Dr. Carlos Maia. Hora de Arte. Compareceram todas as professoras, 170 alunos, todas as autoridades, o comércio e a sociedade unionense (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p. 19).

Os registros da Festa da Pátria nos anos das décadas de 1930 e 1940 mostram a presença de desfiles na maioria das vezes que foi realizada, assim como a participação de autoridades e demais membros da população unionense, o que já não é citado a partir dos anos da década de 1950. A respeito desta mesma festividade escolar na década de 1950, Sales (2024) relembra:

Sim, a gente sempre fazia o hasteamento da bandeira e cantava-se o hino, no dia 7 de setembro. Não se fazia desfile, mas a gente ia para a escola fardado, com a farda mais gomada do mundo para hastear a bandeira e cantar o hino nacional porque era o dia da Pátria. E elas (professoras) explicavam tudo direitinho, dizia como era. A Dona Mundica Ferreira tocava bandolim, ela levava até o bandolim nesse dia para acompanhar a gente cantando porque todo mundo sabia cantar o hino nacional e a gente aprendeu muito. No dia da Pátria cantava-se também o o hino da Pátria, no Dia da Bandeira cantava-se o hino da bandeira. Hoje em dia não sabem nem o que é isso, bandeira e hino nacional não sabem. Mas no 7 de setembro cantava-se o hino da Pátria, no dia da bandeira o hino da bandeira e no dia a dia o hino nacional antes de entrar para a sala de aula, não tinha outra, tinha que cantar e entrava por turma direitinho cada uma para suas salas (Sales, 2024).

O testemunho de Sales (2024) sobre a Festa da Pátria destaca que não ocorriam mais desfiles pela cidade como em anos anteriores. Em sua fala, percebemos como o civismo era celebrado e exercitado nos alunos todos os dias, já que todos sabiam de cor os hinos, pois faziam parte da rotina escolar cantar o hino. O dia 7 de setembro era mais um dia em que a nação era celebrada, todavia, com mais entusiasmo e atividades. Ainda sobre as festas cívicas, concordamos com Melo (2009), que diz:

A festa cívica tem uma função pedagógica, porque educa a população à civilidade, à estética e para as normas morais de comportamento, a festa tem, ainda, a capacidade de ser um acontecimento voltado para alegria e para diversão e muda o cotidiano da cidade e das pessoas, provocando uma suspensão da rotina em que a população não é somente espectadora ela também se sente parte da festa e, assim como os estudantes, também aprende lições ensinadas com as festas (Melo, 2009, p. 116).

A realização das festas cívicas no grupo escolar era de tão grande importância aos olhos do Departamento de Ensino do estado que, em uma visita de inspeção ocorrida em

1935, o Inspetor Federal Felismino Weser Freitas “organizou um programa para as festas dos dias 6 e 7 de setembro próximo, em comemoração do dia da Pátria” (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p.19).

Dentre as festas cívicas que foram celebradas no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco a festa do Dia da Bandeira foi a mais registrada no livro de registros e demais documentos do grupo escolar, sendo registrada 6 vezes. Entretanto, acreditamos que todas as festividades mencionadas nos documentos podem ter tido mais ocorrências que não foram devidamente registradas. No Dia da Bandeira, geralmente, também faziam parte da festividade atividades relacionadas aos símbolos da república, e cantava-se o hino da bandeira (Sales, 2024).

Para além das festividades cívicas, eram realizadas outras festividades nos grupos escolares, como aquelas em homenagem a algum “herói nacional”, as relacionadas à natureza ou as que celebravam o ensino das escolas. Os registros das festas voltadas para a natureza foram organizados por Rocha e Sousa (2024) na seguinte tabela:

Quadro 16 - Festa do Dia da Árvore

Descrição da Festividade	Anos dos registros da festividade
Festa da Árvore	1932; 1933;1935;1936,1939;1941; 1944;1955;1961;1962;1963.

Autoria: Rocha; Sousa (2024). Disponível em:

<https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/349/358>

Dentre todas as festividades que foram realizadas no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, a Festa da Árvore foi a mais celebrada conforme os registros do acervo escolar. Esta celebração à árvore era comemorada geralmente no dia 21 de setembro, início da primavera, e, assim como as demais festas escolares, possuía um caráter pedagógico, pois devia gerar nos alunos o apreço e o cuidado com a natureza para um presente e futuro promissor (Cândido, 2019).

A Festa da Árvore era uma das festividades que mais movimentavam o grupo escolar, contando com o plantio de mudas de árvores, jogos escolares, dentre outras atividades. O fato de o grupo escolar estar localizado em frente à Praça Thomas Gonçalves, que atualmente é denominada Praça Getúlio Vargas e conhecida como a “Praça do Fenelon”, fazia com que muitas outras escolas da cidade se juntassem para celebrar com os membros do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, como foi registrado no ano de 1932:

Com solenidade foi comemorada hoje, a Festa da Árvore, organizada pelas professoras deste grupo. Teve lugar essa solenidade na Praça Tomaz Goncalves, onde se acha situado o Grupo. Foi plantada nessa ocasião uma carnaubeira, falando em seguida aos alunos a professora Maria Augusta de Souza Rubim. O programa da festa constava de ginástica e jogos, feitos pelos alunos. Compareceram todas as autoridades, o colégio do professor Benedito Moura, o comércio e a sociedade (Livro de Registros do Grupo Escolar Fenelon Castelo, p. 8)

Em alguns anos, o plantio da árvore acontecia dentro do próprio prédio do grupo escolar e sempre acompanhado de hinos, poesias, jogos escolares e também meios de arrecadar dinheiro para a Caixa Escolar, como pode ser visto no registro de 1933:

Foi comemorado hoje a Festa da Árvore, organizada pelas professoras deste Grupo. O programa de festa constava de hinos e jogos pelos alunos, depois de plantada a árvore, que foi uma pequena palmeira, duas alunas recitaram poesias em honra a pequena planta. Compareceram à solenidade 175 alunos, as professoras do Grupo e diversos membros da sociedade unionense. A noite houve um festival em benefício a “Caixa Escolar” do mesmo grupo (Livro de Registro do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, p.10).

De acordo com Cândido (2019), a celebração da árvore como um símbolo importante era carregada de representações, “almejava-se incutir nas crianças o amor à natureza, representativa do conceito de pátria e república. Ensinar o respeito à natureza, segundo os educadores da época, tinha o mesmo significado de disseminar o patriotismo entre a população” (Cândido, 2019, p.246). O hino sempre cantado pelos alunos transparece esses ideais de agradecimento, simbolismo e devoção à árvore e à natureza:

Quadro 17 - Letra do Hino da Árvore

Cavemos a terra, plantemos nossa árvore.
 Que amiga bondosa ela aqui nos será!
 Um dia, ao voltarmos, pedindo-lhe abrigo
 Ou flores, ou fruto, ou sombra dará.

O céu generoso nos regue esta planta
 O sol de dezembro lhe dê seu calor
 A terraque é boa, lhe firme as raízes
 E tenham as folhas frescua e verdor

Cavemos a terra, plantemos nossa árvore.

Seus ramos frondosos aqui, abrirá

Um dia ao voltarmos em busca de flores

Com as flores, bons frutos e sombra dará

Fonte: Escola Normal. Disponível em:

https://escolanormal.com.br/files/uploads/arquivos/1542997149_5bf8449db55fe.pdf

Sales (2024) relembra da Festa da Árvore como a mais importante celebrada no grupo escolar, destacando também a participação de outras escolas na festividade:

No dia 21 de setembro era a maior festa da escola que era o Dia da Árvore, aquelas palmeirinhas que tem lá na frente fomos nós que plantamos na época. A gente plantava, era um dia de festa, dia de jogos. Quem era a professora de Educação Física era a Dona Nazi Barros, que ensinava a fazer os jogos de acordo com a época. Então dia 21 de setembro era o dia da festa grande da escola e vinha todas as outras escolas, não tinha muitas escolas, tinha só o Patronato e uma lá na Rua dos Cocos. Agora tem muitas escolas pra cá porque vieram de lá pra cá, e tinha só uma escolinha lá que chamavam, era engraçado o nome, chamavam de corococô porque era longe daqui. Então nesse dia vinha todas as escolas pra fazer festa no Felon Castelo Branco. O que que distribuía? Bombons. Porque na época só era isso, distribuía umas balinhas. Porque não tinha muita coisa assim também, na época não tinha merenda escolar, na nossa época não. E a gente levava manga, manga para a escola para comer no recreio (Sales, 2024).

Em 1965, a direção do grupo escolar recebeu a cópia do decreto nº 55.795, que expõe a instituição em todo o país da obrigatoriedade da celebração da festa e a mudança do nome “Dia da Árvore” para “Festa Nacional da Árvore”, assim como outras regras:

a instituição também marcaram a memória da instituição e de todos os que participaram. Dentre elas, se destacaram as festividades de início e encerramento do ano letivo e a festa da Semana da Criança. Dentre as festividades não cívicas, a Festa do Encerramento do ano letivo foi a mais celebrada na instituição, como exposto no quadro a seguir:

Quadro 18 - Festas que celebram a instituição

Descrição da festividade	Anos dos registros da festividade
Início do Ano letivo	1933
Semana da Criança	1943
Encerramento do Ano letivo	1933; 1934; 1935; 1936; 1939; 1940; 1941; 1942; 1943; 1944; 1945; 1947; 1948; 1949; 1950; 1951; 1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1959; 1961; 1963.

Autoras: Rocha; Sousa (2024). Disponível em:
<https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/349/358>

A respeito das festividades que celebram a instituição, Cândido (2019) destaca que “as festas de inauguração, aniversário, encerramento do ano letivo e formatura eram comemorações públicas com duas funções principais: dar visibilidade aos feitos políticos no âmbito educacional e confirmar a importância da escola entre pais, alunos e professores” (Cândido, 2019, p.242). Em relação às festividades do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, pode-se perceber, com o auxílio do quadro 18, que, em comparação às outras festividades, a Festa de encerramento é a festividade com mais constância com o passar dos anos.

Nas duas primeiras décadas de funcionamento do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, na festa de encerramento, os registros apontam a significativa presença de autoridades e da comunidade, o que representava a importância da formação das crianças. Em 1936, a festa de encerramento é descrita, dando ênfase à presença de autoridades como o prefeito, o juiz de direito da cidade, o presidente do Conselho de Instrução, e a entrega dos diplomas:

Foram encerrados hoje, os trabalhos escolares do ano letivo, neste Grupo. Com o comparecimento do Presidente do Conselho Popular de Instrução, Dr. Segisnando Alencar, do Juiz de Direito da Comarca, Dr. Alberto de Rezende Veras, e das professoras, deu-se a entrega de diplomas aos alunos, do 4º ano do mesmo grupo. (Livro de Registros do Grupo Escolar Fenelon

Castelo Branco, p. 16).

A Festa de Encerramento também ficou marcada na memória dos estudantes. Sales (2024), que estudou nos anos da década de 1950, relata que, neste período, a festividade já era realizada de forma intimista, nas salas de aula, sem a presença de autoridades. Porém, ainda contava com apresentações especiais:

Sim, cada professora fazia sua festinha. A Dona Francisquinha do Sr. Onório gostava muito de apresentações na escola, ela gostava muito. Eu me lembro no dia que nós terminamos o 4º ano ela fez uma grande festa, eu fui até a apresentadora. Era assim: “Encerrando o ano letivo e nós alunos do 4º ano deveríamos fazer uma festa, mas como não foi possível nós fizemos uma programação especial”. Aí a gente dizia o que era a programação, isso dentro da sala de aula. Inclusive, na época, me lembro demais, a gente fez a dança das flores, e a música era assim: “Sempre a sorrir, sempre a cantar, assim mimosa, flores reunidas nesse jardim gentil a suspirar. Somos as rosas lindas margaridas, sempre a sorrir sempre a cantar, assim mimosas flores reunidas nesse jardim gentil a suspirar. Somos as rosas lindas margaridas.” Cada uma era uma flor: “Da rosa eu tenho a cor, das rosas eu sou a mais linda” Cada uma de nós era uma flor. A gente fazia dentro da sala de aula, a festa de encerramento letivo, era muito bom. A Dona Francisquinha gostava muito de festa, e cada uma (professora) encerrava na sua sala. (Sales, 2024)

A respeito das festas que homenageam grandes heróis, foi realizado no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco a Festa de homenagem ao presidente Getúlio Vargas, como é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 19 - Festa de homenagem

Descrição da festividade	Anos dos registros da festividade
Festa de homenagem a Getúlio Vargas	1943

Autoras: Rocha; Sousa (2024). Disponível em:

<https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/349/358>

A festividade, conforme descrição da ata de 19 de abril de 1943, é regada de elogios à figura do então presidente Getúlio Dornelles Vargas, “tendo havido preleções pelas professoras, sobre a personalidade do ilustre aniversariante Presidente Vargas” (Livro de Registro Geral do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, 1932-1964, p.41).

As festas que celebravam o Estado Novo ou a figura do presidente Getúlio Vargas obtiveram a atenção dos jornais piauienses, que descreviam sobre elas em suas páginas. No

ano de 1943, quando o grupo escolar de União enalteceu a figura de Getúlio Vargas, o jornal Gazeta descreve o acontecimento:

Figura 39 - Notícia jornalística sobre o Dia do Presidente



Fonte: Gazeta, 23 de abril de 1944, n° 1.492

Diante do exposto sobre essas festividades do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, percebe-se como esse modelo de escola era ideal para a realização dessas festas, que, por sua vez, deveriam fazer parte do calendário educacional de todas as escolas do país. Ademais, percebe-se que os grupos escolares foram modelos de escola idealizados para formar o cidadão republicano, aprendendo a respeitar e praticar os bons costumes e desenvolver o seu amor pela Pátria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos escolares foram estabelecimentos de ensino idealizados para a modernização da escola primária, sendo também pensados como um instrumento não apenas de instruir o público infantil e formá-las no ensino elementar, mas também de educá-las nos moldes patrióticos e republicanos. O Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, objeto desta pesquisa, foi implantado em 1928, em um momento de expansão dos grupos escolares pelo interior do Piauí, pois só havia escola deste tipo na capital, Teresina, e na cidade de Parnaíba, que foi a primeira a implantar um grupo escolar em 1922. Neste processo de expansão dos grupos escolares, algumas cidades de densidade demográfica e de importância econômica foram contempladas com este modelo de escola, principalmente as localizadas na região norte. A cidade de União, considerada uma das mais importantes cidades piauienses do período, foi a segunda cidade do interior a receber um grupo escolar.

O Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco foi criado em 1928 a partir da elevação das escolas reunidas da cidade a grupo escolar. Entretanto, foi constatado que a sua implantação não ocorreu de forma ideal já que durante os primeiros 10 anos de existência o grupo escolar contava com muitos entraves, dentre eles a condição inadequada dos prédios em que funcionava, prejudicando dessa maneira a oferta e a qualidade do ensino ao seu público.

Em 1938, o grupo escolar recebeu um prédio próprio que, por sua vez, foi alvo de disputas políticas em torno do discurso do seu custeio e de sua construção. Constatamos que os esforços de construção do prédio ocorreram por meio da parceria dos governos estadual e municipal, tendo em vista o valor destinado pelo estado na compra do terreno e a construção do prédio, e as contribuições que a cidade de União já vinha fazendo aos cofres estaduais. Ademais, acreditamos que o poder municipal também tenha contribuído para a construção do prédio, já que o valor destinado pelo estado não seria suficiente para sua construção total, tendo em vista os valores estipulados na época para esse tipo de obra.

O prédio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, construído na área central da cidade de União, significava mais do que uma nova localização da escola. O prédio com características imponentes, arquitetura eclética com traços neocoloniais e neobarrocos, tinha o objetivo de marcar na cidade e no cotidiano da população a presença do poder municipal, estadual e da Nação. Além disso, representava também uma importante edificação para a modernização do espaço urbano da cidade de União, que somado a outras obras públicas realizadas no período, contribuía com um projeto progressista de sociedade vigente no período.

Com relação a organização do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, percebemos como a rede de funcionários era importante para o funcionamento do estabelecimento, centrado principalmente na figura da diretora. Dentre as suas muitas funções, a diretora organizava os horários, mediava os conflitos, representava o estado na instituição escolar, sendo a maior responsável por gerenciar a escola. As professoras, não menos importantes, eram vistas pelas autoridades governamentais como as principais responsáveis pelo desempenho do corpo discente e o êxito de sua formação.

Para o governo estadual, apesar do alto custo que os grupos escolares imprimiam, principalmente na sua expansão pelo território, ainda sim eles eram vistos como a instituição ideal devido sua organização e currículo. A educação primária piauiense seria então moderna a partir da formação de professoras na Escola Normal Oficial, da expansão dos grupos escolares e da atuação das professoras normalistas neste tipo de escola.

Com relação às disciplinas ofertadas no grupo escolar, percebemos uma maior importância dada a algumas em detrimento de outras. Destacam-se as disciplinas relacionadas aos conhecimentos de leitura e escrita, tendo em vista a relevância ainda maior desses saberes para a sociedade da época. Ademais, além dessas disciplinas, a matéria de Educação Física também possuía prestígio no currículo do ensino primário e nas atividades desenvolvidas no grupo escolar. Os alunos deveriam ser sadios, praticantes de esportes, para que assim fossem concebidas gerações de brasileiros com corpos mais próximos do padrão idealizado.

O grupo escolar de União era importante não só para a rede de ensino estadual, mas também para os estudantes que tinham acesso a ele e para suas famílias, que viam nos estudos um meio de melhoria de vida no futuro, de alcançar de forma mais fácil uma oportunidade no mundo do trabalho.

A educação difundida nos grupos escolares era uma educação mais voltada aos viéses escalonovistas, apesar de que nem sempre as práticas pedagógicas eram usadas levando em consideração esta corrente. As festividades que aconteciam no grupo escolar eram mais um meio de valorização do poder público, do regime vigente, da educação patriótica de amor aos símbolos, instituições e personagens que enalteciam ou faziam parte do regime republicano.

Dentre as festividades mais recorrentes no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, destacavam-se a Festa do Dia da Árvore e a Festa do Dia da Pátria, que eram momentos de celebração por parte de alunos e professores da natureza e da nação brasileira, sendo muitas vezes assistidas pela comunidade escolar, autoridades e sociedade unionense em geral.

Por meio do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, várias gerações de unionenses foram educadas e alfabetizadas. A escola se movimentava concomitantemente ao movimento da cidade, das mudanças na legislação e das mudanças sociais e culturais. Nesta pesquisa, foi possível perceber também como o cotidiano escolar foi registrado nos documentos do acervo escolar, mas também nas memórias de ex-alunos que mantinham, em meio às ondas dos esquecimentos, vivas lembranças de histórias, de experiências, de dores e sabores da infância e da escola. Ao acessar a narração dessas lembranças sobre diferentes momentos do grupo escolar, foi possível compreender o que a escola e o ensino representavam para os alunos e para a população unionense em geral, podendo, por meio dessas memórias individuais, interpretar as memórias coletivas a respeito da instituição e da educação do período.

Ao historicizar sobre o referido grupo escolar, foi possível perceber, de forma direta ou indireta, como o ensino primário neste tipo de escola era ofertado, organizado e difundido. Ademais, pesquisas como esta, que alçam a escola como objeto de estudo, nos permitem compreender como a educação primária foi se desenvolvendo no decorrer do século XX, em especial no território piauiense. Dessa maneira, acreditamos contribuir com os estudos e pesquisas a respeito dos grupos escolares, do ensino primário, da memória e história dos estabelecimentos escolares, e de outros objetos do campo da História da Educação, tanto em nível regional como nacional, tendo em vista que este é um campo promissor e de significativa relevância para a sociedade, pois ajuda a preservar a história de suas instituições e a memória do seu povo.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)**. 2014. 339f. Tese de Doutorado. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALMEIDA, Jane Soares de. O legado Educacional do Século XX. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de Souza; Valdemarin, Vera Teresa. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Autores Associados: Campinas, 2004.

ANDRADE, Francielle Aparecida Garuti; TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. **História da Educação e pesquisas sobre instituições escolares: um balanço da produção nas universidades paranaenses (2008-2016)**. Cadernos de História da Educação, v.19, n.1, p.214-229, jan/abr.2020.

ANDRADE, Maria do Socorro Pereira de Sousa. **A geografia nos grupos escolares no Piauí: Currículo, prática educativa e cultura escolar (1927-1961)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

BADUY, Marina; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Origens do Grupo Escolar e a Modernização (Educacional) no Brasil. **Intercursos** - Revista Científica, Ituiutaba – MG, v.19,n1,Jan-Jun.2020.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARROS, José D' Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão – SE, v.11, n.2, p.03-26, jul/dez. 2020.

BARROS, José D' Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BATISTA, Danilo José dos Reis. **Asas da Modernidade: o município de União-Pi no percurso da Era Vargas (1930-1945)**. Cancioneiro: Teresina, 2023.

BATISTA, Danilo José dos Reis. **Narrativas da História Política, Social, Religiosa e Econômica do município de União: da origem a atualidade**. Cancioneiro: Teresina, 2021.

BENCOSTTA, Marcus Levy (org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras:1994.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí: enfoque normativo, estrutura organizacional e processo de sistematização**. Teresina: Edufpi, 1996.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. O que a escola festeja? Uma retomada histórica sobre os tipos e sentidos das festas escolares. In CATANI, D.; JÚNIOR, D. (org.). **O que a escola faz? Elementos para a compreensão da vida escolar**. Uberlândia: EDUFU, 2019.

CARVALHO, Magda Pereira. **A atuação do inspetor escolar na rede estadual de ensino de Patos de Minas**. Patos de Minas:FIJ, 2008(Especialização em Inspeção Escolar).

CARVALHO, R. A.; BERNARDO, F. de O. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora: v. 16, n. 3, p. 141-158, set. 2011/fev. 2012.

CASTELO BRANCO, Felelon Castelo. **Poesias**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

CASTELO BRANCO, Homero. **Felelon Ferreira Castelo Branco**. Teresina: Livraria e Editora Nova Aliança, 2019.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras escolares. **Educar em revista**, n39, janeiro – abril, p. 207-224, 2011.

CELSONO, Affonso. **Porque Meu Ufano do Meu Paiz**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa:Difel, 1990.

COSTA FILHO, Acebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Uma visita do senhor inspetor: cultura cívica em relatórios. In: CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Crystina Venancio (Org). **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Edufpi, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e introdução de Roberto Machado. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREITAS, Marcos César de; BICCAS, Maurilane de Sousa. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo; Cortez, 2009.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral; possibilidades e procedimentos**. 2ed. – São Paulo: Humanitas, 2006.

GATTI JR, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil**. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice 1993.

HAROLDO, Tio. **Um Menino de Qualidade**. Coleção Ceres: 1937.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Das escolas reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupo escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. In: Araújo, José Carlos Souza; Freitas, Anamaria Gonçalves Bueno de; Lopes, Antônio de Pádua. **As escolas normais no Brasil: Do Império à República**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

LOPES, Lourival da Silva. **Histórias de professores aposentados: (re)visitando trajetórias profissionais**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciência da Educação, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCHESE, Terciane Ângela. História das instituições escolares, um olhar metodológico. In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele. **Instituições, Histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal** – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAUAD, Ana. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

MEDEIROS, Jayra Barros. **Brisas do progresso: faces e contornos da Primeira República em União (PI)**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

MEDEIROS, Jayra Barros. O “*Estanhado*” e o “*Vim-Vim*”: estreito contato entre a Literatura e Imprensa Escrita da Primeira República. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal-RN. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/629012917/jayra-barros-jornal>

MEDEIROS, Maria Castello Branco. **Histórias de uma vida: memórias**. Teresina: Edição Própria, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe B; VIDEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral**

para empresas, universidades, comunidades, famílias. 3ed, São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1935).** 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a Construção da Memória Educativa. **Revista de Ciências da Educação**, v.1, n1, p.71-84 set/2006. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>.

NEVES, Camila Oliveira. **A expansão da escolarização primária pública piauiense (1900-1946).** (Dissertação de Mestrado) Teresina: UFPI, 138f, 2017.

NORA, Pierre. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n.10, São Paulo, dez., 1993. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 22 jun.2024.

NOSELLA, Paollo; BUFA, Ester. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2013.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n°2, 1996, p. 59-72.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí.** (Dissertação de Mestrado) Curitiba: UFPR, 1984.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e Memória da Educação em Oeiras – Piauí.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina.2006.

REIS, Jacielma da Cruz dos. Vestidas de azul e branco ao estilo conservador: o uniforme do colégio São José, em Caxias –MA, na década de 1950. In: MELO, S. M. B.; SOUZA, J. B. S.; SALAZAR, D. C. S. C. (Org). **Esquinas do tempo e narrativas de Caxias.** Caxias, MA: EDUFPI, 2017.

ROCHA, Hortência Almeida Medeiros da.; SOUSA, Jane Bezerra de. “Foi entusiasticamente comemorado”: as Festividades do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em União-PI (1932-1963). **Cadernos Cajuína**, 9(3). 2024. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/349/358>

SANFELICE, José Luiz (Org). **História e Historiografia da Educação: o debate teórico metodológico atual.** 3 ed. Campinas: Autores Associados – HISTEDBR, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em história da educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 07-31.

SILVA, André Luiz dos Santos; MACEDO, Christiane Garcia; GOELLNER, Silvana

Vilodre. A Biometria como instrumento da Educação Física (1932-1944): constituição de sujeitos e identificação de tipos populacionais. **Revista Movimento**, v. 28, e28014, jan/dez, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/120277>.

SILVA, Cristiano. **A constituição da rede escolar de Timon**: do Grupo Escolar ao Ginásio Bandeirante de Timon (1942-1971). Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

SILVA, Marco Antônio. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012

SILVA, Mariane Vieira da. **Impor, organizar, velar, cumprir e dirigir**: a direção escolar no ensino primário piauiense (1910-1947). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2017.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Picos e a consolidação de sua rede escolar: do grupo escolar ao ginásio estadual**. (Dissertação de Mestrado) Teresina: UFPI, 156f., 2005.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Ser e Fazer-se professora no Piauí no século XX**: A História de Vida de Nevinha Santos. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SOUSA, José Carlos de. **A História da Educação Física como disciplinar escolar no Piauí: De 1939 a 1975**. (Dissertação de Mestrado) Teresins: UFPI, 110f, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUSA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados; Campinas – SP: 2004, p. 111-161.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora Unesp, 1998. E-book Kindle.

SOUZA, Maria Cecília de C. Christiano. **Escola e Memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VASCONCELOS, Maria Inêz Bandeira de. **Liceu Piauiense (1845-1970):desvendando aspectos de sua história e memória**. (Dissertação de Mestrado) Teresina: UFPI, 2007. 161f.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares**: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Mercado: Campinas, SP, 2006.

VIÑAO FRAGO, António. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, n. 0, p. 63-82, Set-Dez/1995.

VIVAN, Weslei; SOUZA, José Edimar de. GRUPO ESCOLAR ONZE DE AGOSTO, NOVA PRATA, RS: As festividades escolares. In: SOUZA, J. E. (org.). **Escola Primária no Rio Grande do Sul no Século XX**: Os Grupos Escolares. Curitiba – PR: Editora CRV, 2023,

p. 119-132.

WARDE, Mirian Jorge. Questões teóricas e de método: a história da educação nos marcos de uma história das disciplinas. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (org.). **História e história da educação**: o debate teórico metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 88-99.

ZANATTA, Fernanda Rodrigues; LUCHESE, Terciane Ângela. RITUAIS ESCOLARES NA ESTAÇÃO BARÃO, RS: horas cívicas do grupo escolar professora Maria Edith Selbach (1937-1944). In: SOUZA, J. E. (org.). **Escola Primária no Rio Grande do Sul no Século XX**: Os Grupos Escolares. Curitiba – PR: Editora CRV, 2023, p. 151-163.

FONTES CONSULTADAS

BRASIL. Decreto-Lei n.8529, publicado em 2 de janeiro de 1946. Lei orgânica do ensino primário. Diário Oficial da União – Seção 1- 4/1/1946, 1946, p.113

BRASIL. Decreto-Lei nº55.795, publicada em 25 de fevereiro de 1965. Acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

CONSELHO de Instrução de União-PI. Circular s/nº, 28 de dezembro de 1940.

FERREIRA, João Luiz. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo Exm, Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado no dia 01 de junho de 1924. Theresina – Typ do Piauhy, 1924. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873233&pesq=Uni%C3%A3o&pagfis=1253>

FERREIRA, João Luiz. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo Exm, Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado no dia 01 de junho de 1922. Theresina – Typ do Piauhy, 1922. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873233&pesq=Uni%C3%A3o&pagfis=1172>

FERREIRA, João Luiz. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo Exm, Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado no dia 01 de junho de 1920. Theresina – Typ do Piauhy, 1920. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873233&pesq=Uni%C3%A3o&pagfis=1001>

FORTES, Elenice Melo. Entrevista concedida a Hortência Almeida Medeiros da Rocha. Teresina (PI), 08 jul.2024

GAZETA. Fatos e Notas. Piauí, Ed. 01346, fev.1943. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830402&pasta=ano%20194&pesq=Grupo%20+%20escolar&pagfis=1678>

GAZETA. O “Dia do Presidente” no Interior. Piauí, Ed. 1.492, abril.1944. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830402&pasta=ano%20194&pesq>

=Grupo%20+%20escolar&pagfis=2269

GRUPO Escolar Fenelon Castelo Branco. Livro de Atas do Conselho Municipal de Instrução, 1936-1948.

GRUPO Escolar Fenelon Castelo Branco. Livro de Registros do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, 1932-1964.

GRUPO Escolar Fenelon Castelo Branco. Pastas de documentos dos anos de 1940 a 1947.

LEAL, João de Deus Pires. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. João de Deus Pires Leal, governador do Estado, no dia 01 de junho de 1929. Theresina – Typ do Piauí, 1929. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873233&pesq=Uni%C3%A3o&pagfis=1676>

MELLO, Mathias Olympio. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo Exm, Sr. Dr. Mathias Olympio de Mello, governador do Estado, no dia 1 de junho de 1927. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873233&Pesq=Uni%20e%20escolar&pagfis=1499>

MELLO, Mathias Olympio. Mensagem apresentado a Câmara Legislativa pelo Exm, Sr. Dr. Mathias Olympio de Mello, governador do Estado no dia 1 de junho de 1926. Theresina – Typ do Piauí. 1926. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720470&pasta=ano%20192&pesq=%20e%20escolar&pagfis=1394>

O PIAUHY. Volveu á cidade de Barras. Piauí, Ed. 984, p.6, nov.1908. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=816221&pesq=Grupo%20e%20escolar&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=116>

PIAUHY. Decreto nº 947. Theresina, 23 de janeiro de 1928. Acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí.

PIAUÍ. Departamento da Educação. Memorando nº 530, 1947. Acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

PIAUÍ. Departamento da Educação, nº 581, 9 de junho de 1947. Arquivo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

PIAUÍ. Departamento de Ensino, circular nº 932. 26 de abril de 1946. Arquivo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

PIAUÍ, Departamento do Ensino, circular nº 620, 05 de março de 1942. Arquivo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

PIAUÍ. Departamento do Ensino. Regimento das Caixas Escolares, 20 de março de 1942. Arquivo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

PIAUHY. Diário Oficial, 7 de outubro de 1937, p.2. Acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí.

PIAUHY, Diário Oficial, 10 de agosto de 1938, p. 6. Acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí.

PIAUÍ. Diretoria da Instrução Pública. Ofício nº643, Teresina, 3 de abril de 1933. Acervo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

PIAUÍ. Inspetoria de Educação Física, circular nº26, 19 de julho de 1946. Arquivo do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.

PIAUÍ. Monografias: Estatístico-descritivas municipais. Imprensa Oficial, 1934.

PRIMO, Vicente José do Rêgo. Entrevista concedida a Hortência Almeida Medeiros da Rocha. União (PI), 03 nov.2024.

ROSA, Miguel de Paiva. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo Exm, Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 1 de junho de 1913. Teresina – Typ do Piauhy. 1913. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873233&pesq=Uni%C3%A3o&pagfis=724>

ROSA, Miguel de Paiva. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo Exm, Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 1 de junho de 1914. Teresina – Typ do Piauhy. 1914. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873233&pesq=Uni%C3%A3o&pagfis=794>

ROSA, Miguel de Paiva. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo Exm, Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 1 de junho de 1915. Teresina – Typ do Piauhy. 1915.

SALES, Maria do Socorro. Entrevista concedida a Hortência Almeida Medeiros da Rocha. União (PI), 04 jul.2024.

APÊNDICES

1. Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor (a)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa denominada “**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR FENELON CASTELO BRANCO (1928-1971)**”. Esta pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora Hortência Almeida Medeiros da Rocha, do Programa de Pós-Graduação em Educação e tem como objetivo analisar a implantação, organização e funcionamento do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em União (PI), no período de 1928 a 1971.

Neste sentido, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse termo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante. Após seu consentimento, assine todas as páginas e ao final desse documento que está em duas vias. O mesmo, também será assinado pela pesquisadora em todas as páginas, ficando uma via com participante da pesquisa e outra com a pesquisadora. Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com a Hortência Almeida Medeiros da Rocha - responsável pela pesquisa - através do seguinte telefone (86) 99527-6000, e-mail: hortenciaamrocha@gmail.com. Se mesmo assim, as dúvidas ainda persistirem você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.br; no horário de atendimento ao público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Se preferir, pode levar este Termo para casa e refletir antes de decidir participar. Esclarecemos mais uma vez que sua participação é voluntária, caso decida não participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da pesquisa, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo e a pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento. Ainda informamos que em virtude do caráter público da pesquisa vinculado a UFPI, a mesma ficará disponível no repositório de teses e dissertações da UFPI-PPGED, disponíveis na página www.ufpi.br/ppged.

A pesquisa tem como justificativa a relevância de se conhecer a história e a memória do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, que desde a sua instalação em 1928 até o ano de 1971, foi a instituição pública de ensino primário mais relevante da cidade de União-PI, educando gerações de unionenses e resistindo ao tempo e as mudanças da educação brasileira,

sendo uma instituição que continua atuante e prestes a completar cem anos de funcionamento. Ademais, o desenvolvimento desta pesquisa irá possibilitar a preservação do acervo documental da escola para pesquisas posteriores. Além disso, com esta pesquisa, contribuiremos de modo significativo para os estudos em História da Educação no Brasil, especialmente no Piauí, e, sobretudo, em União, cidade que até hoje possui grande relevância no cenário piauiense, e que necessita da produção de pesquisas acadêmicas que abordem sobre sua história e preserve a memória da sua população e das suas instituições escolares.

Para realização da pesquisa a mesma recorrerá a uma abordagem qualitativa exploratória, do tipo histórico, que se utilizará de levantamento bibliográfico, documental e pesquisa empírica para o alcance dos dados e discussões. Assim, o caminho metodológico deste trabalho iniciará com a revisão bibliográfica sobre o tema, buscando compreender o estado da arte e a contextualização do objeto de estudo. Logo, serão utilizadas teses, dissertações e livros sobre o tema em perspectiva nacional e regional.

A segunda etapa é composta pelo contato com as fontes pois com elas conseguiremos iniciar uma operação historiográfica autêntica que permita que o historiador as interprete a fim de escrever sobre os fenômenos históricos. E para uma melhor interpretação dos dados coletados durante a pesquisa, a análise das fontes terá como base teórico-metodológica a História Cultural.

Esclareço que esta pesquisa acarreta alguns riscos como os de caráter social e emocional. Devido ao uso de entrevistas previstas na metodologia desta pesquisa, é possível que haja algum constrangimento por parte dos entrevistados no que tange ao momento da entrevista, seja por rememorar algo que tenha lhe causado fortes emoções ou por algum questionamento feito pelo entrevistador. Para contornar esses possíveis riscos, será apresentado, de antemão, o roteiro das perguntas para os entrevistados, além disso os participantes terão toda a liberdade de responder ou não determinada pergunta, ou até mesmo de desistir da participação em qualquer momento da pesquisa, seja antes, durante ou depois da entrevista.

Sabendo que a postura do pesquisador influi no decorrer da pesquisa e do contato com os participantes, a pesquisadora se compromete a tomar todas as decisões de forma ética, portando-se de forma compreensiva e respeitosa, não constrangendo os entrevistados, e buscando manter uma relação confiável para que assim seja possível desenvolver uma pesquisa ética e significativa.

É válido frisar que os relatos orais dos entrevistados serão digitalizados e compartilhados para um acervo digital que será criado durante o desenvolver da pesquisa e que poderão ser acessados por todos que pretendem desenvolver pesquisas e estudos sobre a educação unionense, piauiense e brasileira.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas, em eventos científicos e disponibilizada no repositório de teses e dissertações da UFPI-PPGED) e os pesquisadores se comprometem a manter o sigilo e identidade anônima dos participantes (se for da escolha livre do participante), sempre prezando pelo que estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. E você terá livre acesso

as todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, bem como lhe é garantido acesso a seus resultados.

Esclareço ainda que você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de sua participação neste estudo você poderá ser indenizado conforme determina a Resolução 466/12 e Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, bem como lhe será garantido a assistência integral.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente de acordo com os que me foi exposto, Eu _____ declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas. Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.

Preencher quando necessário:

- Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;**
- Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.**
- Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação;**

Local e data: _____

Assinatura do(a) Participante

HORTÊNCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA
Pesquisadora Responsável.
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Campus
Ministro Petrônio Portela.

2. Apêndice B – Instrumento de coletas da pesquisa “HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR FENELON CASTELO BRANCO (1928-1971): Roteiro de perguntas semiestruturadas para os entrevistados:

GRUPO Nº1 DE ENTREVISTADOS: EX-ALUNOS

1) Escolarização no Grupo Escolar

Quantos anos você tem?

Qual a sua escolaridade?

Quais os anos que você estudou no Grupo Escolar?

Como era o interior do Grupo escolar naquele período?

Quais as disciplinas você estudava?

Quem eram os principais funcionários do Grupo Escolar?

Você concluiu o ensino primário neste Grupo? Participou da solenidade e recebeu diploma?

2) Vivências dentro e fora da sala de aula

Quem eram seus professores?

Qual horário você entrava e saía?

Quem eram seus colegas de turma?

Como a sala era organizada?

Vocês tinham acesso a livros? Lembra de algum?

Quais tarefas você mais gostava de fazer em sala de aula?

Como eram as provas?

Como era o momento do intervalo?

Como você vê a educação desse tempo?

3) Cultura escolar do Grupo Escolar

Como era o seu uniforme?

Você participava das festas cívicas como Dia da Pátria, Dia da Árvore, Dia do Trabalho e outras?

Você chegou a desfilar na rua da cidade nas solenidades da escola?

Qual apresentação ou momento foi mais marcante nas suas lembranças?

GRUPO Nº2 DE ENTREVISTADOS: EX-PROFESSORES

1) Escolarização e formação do(a) professor(a)

Onde você estudou o ensino primário e secundário?

Quem eram os seus professores?

Com quantos anos você se tornou professor (a)?

Em qual turma você se formou?

Quais eram as disciplinas que você estudava durante sua formação como professor(a)?

2) Atuação docente no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco

Como foi o seu processo de ingresso no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco?

Já havia trabalhado em outra instituição escolar?

Por quanto tempo exerceu a docência no grupo escolar?

Quais turmas ficou responsável?

Quais disciplinas você ministrou?

Quais eram suas práticas pedagógicas?

Você tinha auxílio de algum livro didático?

Como você organizava o tempo para dar conta dos assuntos do currículo?

Você organizava festas escolares? Se sim, quais atividades escolares você desenvolvia com os alunos?

Como eram os critérios de avaliação dos alunos?

Atualmente, como você vê a educação daquele período?

GRUPO Nº3 DE ENTREVISTADOS: EX-GESTORES

1) Escolarização e formação docente

Onde você estudou o ensino primário e secundário?

Quem eram os seus professores?

Com quantos anos você se tornou professor (a)?

Em qual turma você se formou?

Quais eram as disciplinas que você estudava durante sua formação como professora?

2) Atuação como gestor (a)

Com quantos anos de atuação docente você se tornou gestor(a)?

Quais os principais desafios que você enfrentou na sua gestão?

A escola recebia a visita de inspetores de educação?

Quais eram as exigências municipais e estaduais mais desafiadoras?

Você organizava festas escolares?

Como você organizava e trabalhava com o corpo docente do grupo escolar?

Em algum momento você fez algum curso de aperfeiçoamento relacionado à gestão?

Você recebia bonificação por exercer o cargo de diretor(a)?

Quais eram os ideais de escola e educação quando você atuou na direção do grupo?

Como era o cotidiano no grupo escolar?

Atualmente, como você vê a educação daquele período?

GRUPO Nº4 DE ENTREVISTADOS: COMUNIDADE ESCOLAR

1) Escolarização e atuação ou vinculação ao Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco

Onde você estudou durante a infância?

Qual sua relação com o Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco?

Você trabalhou no grupo escolar em algum momento da sua vida? Se sim, em que função?

Como você atuava no dia a dia no grupo?

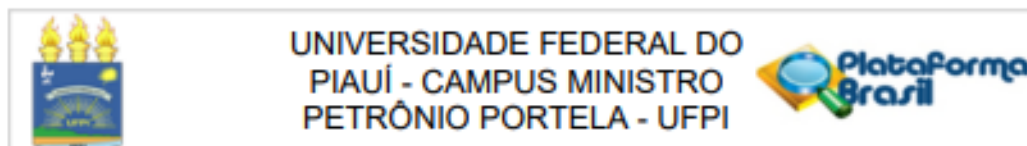
Você chegou a participar ou assistir a festividades da escola e/ou a festas cívicas?

Qual a importância do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco para a população unionense daquele período?

Atualmente, como você vê a educação daquele período?

ANEXOS

Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR FENELON CASTELO BRANCO (1928-1971)

Pesquisador: HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 76696923.0.0000.5214

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.879.415

Apresentação do Projeto:

Este parecer refere-se à análise de resposta às pendências, emitidas pelo CEP/UFPI no parecer número 6.737.467, em 02/04/2024, concernente ao projeto de pesquisa intitulado HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR FENELON CASTELO BRANCO (1928-1971).

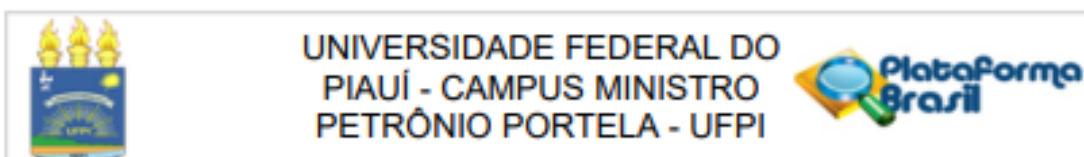
A pesquisadora responsável é a mestranda HORTÊNCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA, do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGeD), da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI).

A pesquisa tem como justificativa a importância de se "conhecer a história e a memória do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco que, desde a sua instalação em 1928 até o ano de 1971, foi a instituição pública de ensino primário mais relevante da cidade de União-PI, educando gerações de unionenses e resistindo ao tempo e as (sic) mudanças da educação brasileira, sendo uma instituição que continua atuante e prestes a completar cem anos de funcionamento".

Utiliza a metodologia ancorada em abordagem qualitativa exploratória, do tipo histórico, realizada por meio de levantamento bibliográfico, documental e de entrevistas semiestruturadas (história oral).

A pesquisadora pretende entrevistar pessoas que foram importantes para a história da instituição e que vivenciaram suas várias fases, sendo "05 alunos, 05 professores, 03 pessoas

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.679.415

da comunidade escolar, e 02 gestores". o Grupo "comunidade escolar" será representado por "entrevistados que tenham exercido, no período estudado, alguns destes cargos: inspetor(a); merendeira; zelador(a); porteiro(a); membro do conselho escolar".

A amostra estabelecida para a pesquisa é, portanto, de 15 participantes.

Em relação ao recrutamento de participantes, é informado: "O acesso aos nomes dos participantes dos quatro grupos (ex-alunos, ex-professores, ex-gestores e comunidade escolar) se dará por meio do arquivo escolar que, por ter sido preservado, conta com prontuários, boletins mensais com os nomes dos funcionários, Livro de Registro do Grupo Escolar e livro de atas do Conselho Escolar. Através destes documentos será possível identificar os possíveis entrevistados e localiza-los. Assim, aqueles que estiverem adequados aos quadros de critérios de recrutamento e que aceitarem o convite, participarão da pesquisa. Haverá um contato prévio com os entrevistados, seja pessoalmente ou por telefone, apresentando a pesquisa e pedindo a participação por livre e espontânea vontade".

São indicados os seguintes critérios de inclusão:

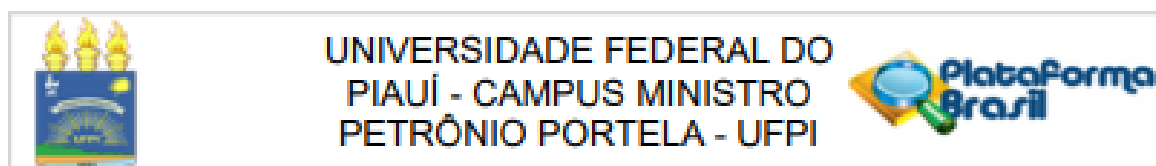
- * " Ter estudado no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco no período entre 1928 a 1971 (Entrevistados do grupo 'ex-alunos').
- ¿ Experiência de docência no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco no período entre 1928 a 1971 (Entrevistados do grupo 'ex-professores').
- ¿ Ter sido gestor(a) do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco no período entre 1928 a 1971 (Entrevistados do grupo 'ex-gestores').
- ¿ Participação do grupo comunidade escolar do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco no período entre 1928 a 1971 (Entrevistados do grupo 'comunidade escolar')".

São indicados os seguintes critérios de exclusão:

- * " Ex-alunos que estudaram no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco a partir do ano de 1972.
- ¿ Experiência de docência no Grupo escolar Fenelon Castelo Branco a partir do ano de 1972.
- ¿ Ter sido gestora do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco a partir do ano de 1972.
- ¿ Experiência na comunidade escolar do Grupo Escolar a partir de 1972".

A hipótese do projeto é: "O Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco foi, na temporalidade de 1928 a 1971, a mais relevante instituição escolar de ensino primário do município de União(PI), sendo fundada e organizada conforme os moldes da educação de sua época".

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.679.415

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário da pesquisa é "analisar o processo de implantação, organização e funcionamento do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco e sua atuação na consolidação do ensino primário de União(PI) no período de 1928 a 1971".

Os objetivos secundários da pesquisa são:

- ¿"Compreender o contexto histórico nacional, regional e local de criação e implantação do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco.
- ¿Analisar a organização e funcionamento da instituição escolar pesquisada.
- ¿Identificar a atuação e relevância do grupo escolar para a consolidação do ensino primário de União-PI.
- ¿Discutir a cultura escolar e práticas pedagógicas da instituição por meio das fontes documentais, imagéticas e orais".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

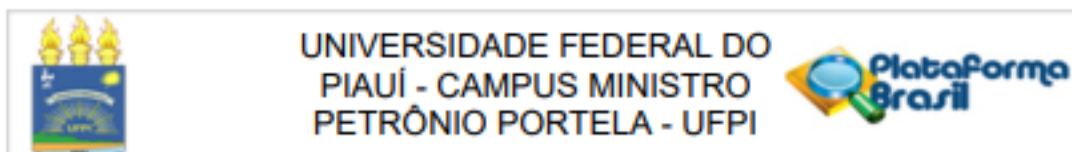
Constam das Informações Básicas do Projeto, do projeto de pesquisa e do TCLE os seguintes riscos:

"Os riscos desta pesquisa são mínimos (sic), mas ainda consideramos que há alguns, como riscos de caráter social e emocional. Devido o uso de entrevistas previstas na metodologia desta pesquisa, é possível (sic) que haja algum constrangimento por parte dos entrevistados no que tange ao momento da entrevista, seja por rememorar algo que tenha lhe causado fortes emoções ou por algum questionamento feito pelo entrevistador. Para contornar esses possíveis riscos, será apresentado, de antemão, o roteiro das perguntas para os entrevistados, além disso os participantes terão toda a liberdade de responder ou não determinada pergunta, ou até mesmo de desistir da participação em qualquer momento da pesquisa, seja antes, durante ou depois da entrevista .Sabendo que a postura do pesquisador influi no decorrer da pesquisa e do contato com os participantes (sic), me comprometerei a tomar todas as decisões de forma ética, me portando de forma compreensiva e respeitosa, não constrangendo os entrevistados, e buscando manter uma relação confiável para que assim seja possível desenvolver uma pesquisa ética e significativa (sic). Firmo, por fim, o compromisso de resguardar o direito à identidade dos participantes, coforme (sic) a resolução CNS 510/2016 no artigo 9º, inciso V".

Foram apresentados na documentação arrolada os seguintes benefícios:

"Essa pesquisa sobre a história e a memória do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, no período de 1928 a 1971 trará benefícios com sua contribuição para a historiografia educacional

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.879.415

piauiense, especialmente no campo da História das Instituições Educativas. Além disso, será uma fonte histórica bibliográfica de grande significado para a história da educação de União(PI) que carece de trabalhos acadêmicos e científicos que abordem sobre sua gente, suas peculiaridades durante mudanças históricas, a preservação da memória da população e de suas instituições escolares, promovendo assim o desenvolvimento de novas pesquisas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Após análise da documentação apresentada e considerando as Resoluções e Normas aplicáveis, considera-se que a pesquisa em questão é exequível e relevante para a área de atuação, uma vez que inclui o estado do Piauí entre os estudos sobre a memória escolar no Brasil, por meio de aporte teórico-metodológico pertinente, a história oral.

É necessário, no entanto, atentar para as pendências apontadas no parecer anterior e para sugestões de ajustes, a fim de garantir a adequação ética e científica da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Verificou-se que os documentos obrigatórios para a avaliação ética da pesquisa foram apresentados, mas um deles merece ser ampliado para pleno cumprimento das pendências apontadas na avaliação anterior:

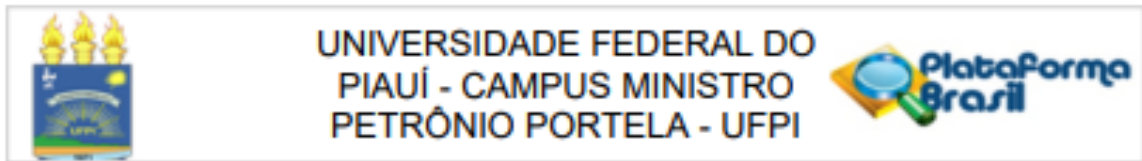
- Instrumento de coleta: apresentar formulários ou perguntas específicas para os diferentes grupos entrevistados (ex-professores, ex-gestores, ex-alunos, membros da comunidade escolar).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental, verificamos as pendências listadas a seguir:

- PENDÊNCIA 1: evidenciar os critérios de recrutamento dos participantes da pesquisa na Plataforma Brasil (PB). Como se pretende ter acesso aos grupos entrevistados? Nas informações básicas do projeto foram apenas detalhados os grupos em que serão divididos os participantes: ex-alunos (5), comunidade escolar (3), ex-gestores (2); ex-professores (5). Seria importante, entretanto, definir quais são os participantes que representam o grupo comunidade escolar. São funcionários que já atuaram na escola, como inspetores, porteiros, merendeiras? Reitera-se ainda nesta avaliação a pergunta: como a pesquisadora acessará, por exemplo, os cinco ex- professores e os dois ex-gestores do grupo escolar? Por meio de consulta

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.679.415

aos arquivos da escola ou à Secretaria de Educação do Estado do Piauí? Ex-alunos serão identificados por meio de prontuários/arquivos?

Análise do CEP: PENDÊNCIA SANADA. A forma de recrutamento dos participantes foi devidamente informada.

PENDÊNCIA 2: também evidenciar na PB os critérios de inclusão e de exclusão dos participantes da pesquisa. Tendo encontrado as fontes para acesso aos participantes de cada grupo, quais critérios serão utilizados para incluir ou excluir quem efetivamente responderá às perguntas previstas no instrumento de coleta?

Análise do CEP: PENDÊNCIA SANADA. Os critérios de inclusão e de exclusão foram devidamente detalhados.

- PENDÊNCIA 3: tendo definido os grupos, as fontes de acesso e os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, será importante rever o instrumento de coleta de dados. Sugestão: formular questionários específicos para cada grupo. O que se encontra na Plataforma Brasil se refere apenas a ex-estudantes. Análise do CEP: PENDÊNCIA SANADA. São apresentados agora instrumentos de coleta de dados para cada grupo pesquisado. Todos estão adequados.

- PENDÊNCIA 4: rever o cronograma de execução da pesquisa para a avaliação pelo CEP das demais pendências apresentadas.

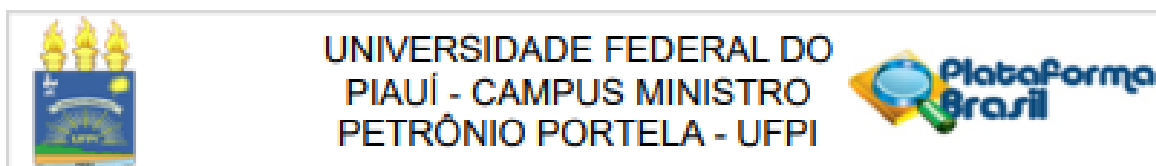
Análise do CEP: PENDÊNCIA SANADA. Cronograma adequado.

Realizada a análise da documentação anexada e não tendo sido constatadas inadequações, o protocolo de pesquisa encontra-se apto para aprovação.

Em atendimento as Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar ao CEP RELATÓRIOS PARCIAIS (semestrais) e FINAL. Os relatórios compreendem meio de acompanhamento pelos CEP, assim como outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa. O relatório deve ser enviado pela Plataforma Brasil em forma de "notificação". Os modelos de relatórios que devem ser utilizados encontram-se disponíveis na homepage do CEP/UFPI (<https://www.ufpi.br/orientacoes-cep>).

Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.879-415

do CEP, como EMENDA. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar a/s modificação/ões. Justificar fundamentadamente, caso haja necessidade de interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

O Comitê de Ética em Pesquisa não analisa aspectos referentes a direitos de propriedade intelectual e ao uso de criações protegidas por esses direitos. Recomenda-se que qualquer consulta que envolva matéria de propriedade intelectual seja encaminhada diretamente pelo pesquisador ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Unidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO 2268011.pdf	30/04/2024 23:01:58		Aceito
Cronograma	cronograma_atualizado.docx	30/04/2024 22:59:48	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Outros	instrumento_atualizado.docx	30/04/2024 22:58:28	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_comite.docx	30/04/2024 22:54:26	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	22/12/2023 16:10:38	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Outros	termodeconfidencialidadehort.pdf	22/12/2023 16:07:26	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	tcle.pdf	22/12/2023 16:05:25	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA	Aceito

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
 Bairro: Ininga CEP: 64.049-550
 UF: PI Município: TERESINA
 Telefone: (86)2222-4824 Fax: (86)2222-4824 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAÚÍ - CAMPUS MINISTRO
PETRÔNIO PORTELA - UFPI



Continuação do Parecer: 6.879.415

Ausência	tcle.pdf	22/12/2023 16:05:25	ROCHA	Aceito
Outros	declaracaoinstitucionalfenelon.pdf	22/12/2023 16:02:21	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Outros	instrumento.docx	22/12/2023 15:57:59	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	22/12/2023 15:53:31	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Outros	curriculotattes.pdf	22/12/2023 15:51:55	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	22/12/2023 15:49:44	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaopesquisador.pdf	22/12/2023 15:48:11	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	cartaencaminhamentodoprojeto.pdf	22/12/2023 15:46:45	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito
Folha de Rosto	folharostoh.pdf	22/12/2023 15:37:04	HORTENCIA ALMEIDA MEDEIROS DA ROCHA	Aceito

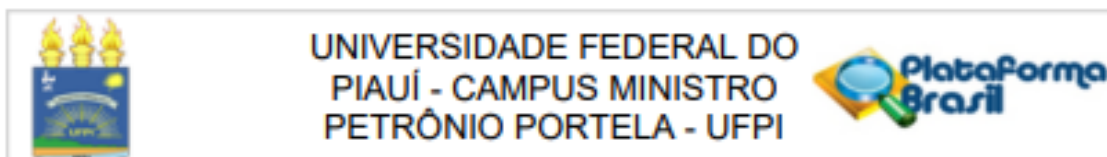
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga CEP: 64.049-550
UF: PI Município: TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 Fax: (86)2222-4824 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br




Continuação do Parecer: 6.879.415


TERESINA, 10 de Junho de 2024

Assinado por:
Emidio Marques de Matos Neto
(Coordenador(a))

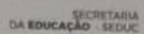
Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br

Anexo B – Autorização Institucional


CETI FENELON
CASTELO BRANCO



18ª GRE
GRANDF FENELON



SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO - SEDUC

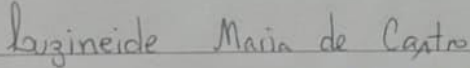


GOVERNO DO
PIAUI
SEU TEM TRABALHO
COM O PIAUI

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, LUZINEIDE MARIA DE CASTRO, Diretora do Centro Estadual de Educação Integral Fenelon Castelo Branco, localizado na Praça Pres. Getúlio Vargas, Bairro Centro, 64120000 – União-PI, autorizo a pesquisadora Hortência Almeida Medeiros da Rocha, CPF 077.142.813-83 e RG 4.228.040, aluna do curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal do Piauí, Teresina – PI – UFPI, com matrícula n 20231002536, responsável pelo estudo *História e Memória do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco (1928-1971)*, que tem como objetivos: Compreender o contexto histórico de criação e implantação do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco; Analisar a organização e funcionamento da instituição; Identificar a atuação e relevância do grupo escolar para a consolidação do ensino primário de União-PI; Discutir a cultura escolar e práticas pedagógicas da instituição por meio das fontes documentais, imagéticas e orais, a realizar a pesquisa no arquivo deste Centro Estadual de Educação de Tempo Integral.

União-PI, 18 de dezembro de 2023.



Luzineide Maria de Castro
DIRETORA
Aut. Port. GSE Nº 0296/2017
CPF: 421.309.643-20
CETI Fenelon Castelo Branco União-PI

Praça Pres. Getúlio Vargas, Centro, União/PI.